



UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ
INSTITUTO DE LINGUÍSTICA, LETRAS E ARTES
MESTRADO PROFISSIONAL EM LETRAS - PROFLETRA

ELIANE PACHECO MAUÉS

**UMA ABORDAGEM SEMÂNTICO-ENUNCIATIVA NO ENSINO DE LÍNGUA
PORTUGUESA NA EDUCAÇÃO BÁSICA: o indígena e os sentidos que o constituem no
funcionamento da linguagem**

MARABÁ – PA

2024

ELIANE PACHECO MAUÉS

UMA ABORDAGEM SEMÂNTICO-ENUNCIATIVA NO ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA NA EDUCAÇÃO BÁSICA: o indígena e os sentidos que o constituem no funcionamento da linguagem

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado Profissional em Letras - ProfLetras, da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Para - UNIFESSPA, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Letras.

Área de concentração: Estudos da Linguagem e Práticas Sociais.

Orientadora: Profa. Dra. Rosimar Regina Rodrigues de Oliveira.

MARABÁ – PA

2024

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará
Biblioteca Setorial Campus do Taurizinho

M448a Maués, Eliane Pacheco
Uma abordagem semântico-enunciativa no ensino de
Língua Portuguesa na Educação Básica: o indígena e os
sentidos que o constituem no funcionamento da linguagem /
Eliane Pacheco Maués. — 2024.
137 f.: il. color.

Orientador(a): Rosimar Regina Rodrigues de Oliveira.
Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Sul e
Sudeste do Pará, Instituto de Linguística, Letras e Artes,
Programa de Mestrado Profissional em Letras
(PROFLETRAS), Marabá, 2024.

1. Linguagem e línguas - Estudo e ensino. 2. Leitura - Estudo
e ensino. 3. Indígenas – Educação. 4. Educação escolar. I.
Oliveira, Rosimar Regina Rodrigues de, orient. II. Título.

CDD: 22. ed.: 407

Elaborado por Renata Matos de Souza – CRB-2/1586

ELIANE PACHECO MAUÉS

UMA ABORDAGEM SEMÂNTICO-ENUNCIATIVA NO ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA NA EDUCAÇÃO BÁSICA: o indígena e os sentidos que o constituem no funcionamento da linguagem

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado Profissional em Letras - ProfLetras, da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Para - UNIFESSPA, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Letras.

Data de aprovação: Marabá (PA), _____ de _____ de 2024.

Banca Examinadora:

Profa. Dra. Rosimar Regina Rodrigues de Oliveira

Orientadora

Prof. Dr. Adilson Ventura da Silva (ProfLetras/UESB)

Examinador Interno

Prof. Dr. Taisir Mahmudo Karim (UNEMAT)

Examinador Externo

Dedico a meu pai, Raimundo Carneiro Maués – em memória –, cuja presença é viva em meu coração e invade meus pensamentos nos momentos de reflexão que permearam esta produção.

AGRADECIMENTOS

A Deus, que plantou este sonho em meu coração e me fortaleceu para superar os obstáculos que a vida nos reserva, pois só ele sabe os grandes desafios que enfrentei em minha caminhada.

À minha orientadora, Rosimar Regina Rodrigues de Oliveira, por aceitar o desafio de me orientar com empenho e afeto fazendo os apontamentos indispensáveis nessa jornada de produção.

Ao professor Eduardo Guimarães, por me conceder a oportunidade de participar, como ouvinte, das aulas de doutorado da Universidade do Estado de Mato Grosso. Agradeço cordialmente seus ensinamentos.

A todos os docentes que fazem parte do programa de mestrado PROFLETRAS/UNIFESSPA, por contribuírem de maneira significativa para minha formação.

À minha mãe, Alina, que sempre cuidou da minha filha para que eu pudesse estudar.

À minha filha, Alícia, a quem amo incondicionalmente, pelo amor e carinho que me impulsionaram nos momentos desafiadores desta produção.

Às minhas irmãs, Elane e Elizângela, por me apoiarem incondicionalmente para que eu pudesse realizar este sonho da melhor forma possível.

A todos os meus familiares e amigos, que sempre emanam energias positivas pelo meu sucesso.

Aos meus sobrinhos, Alane, Diogo, Raiane e Suzy, que, de maneira singular, contribuíram para esta conquista.

À minha amiga Maria, por todo apoio, conversas, orientações, ensinamentos e companheirismo ao longo do curso. Obrigada por tudo, Maria.

Aos meus colegas do PROFLETRAS, pela valiosa troca de experiências e pelas amizades que guardo no coração.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de pessoal de Nível Superior (CAPES), pela oportunidade de ser contemplada com a bolsa de estudos de mestrado, que viabilizou esta produção.

“Assim a argumentação é uma relação, na locução, do alocutor com alocutário, ou seja, é uma relação própria do lugar do dizer. Trata-se de como o agenciamento que produz a sustentação de argumentação é um agenciamento que movimenta as condições sócio-históricas que o falante traz para o espaço de enunciação” (Guimarães, 2018, p.98).

RESUMO

Esta dissertação tem o objetivo de apresentar uma proposta de ensino de língua portuguesa com base no funcionamento da argumentação, assim como nos procedimentos de construção de sentido em enunciados que abordem o indígena ou os povos indígenas. Oferece uma proposta de ensino de leitura e análise de textos com atividades semântico-enunciativas apropriadas ao ensino da língua portuguesa na Educação Básica. Os pressupostos teóricos que fundamentam esta pesquisa são os estudos de Guimarães (2002, 2017, 2018), que tratam da Semântica da Enunciação. Consideramos como acontecimentos da linguagem os enunciados que trazem as questões indígenas e, por sua vez, a argumentação é aqui compreendida como algo que é produzido no acontecimento de enunciação. A metodologia empregada envolve atividades semântico-enunciativas que visam oferecer aos alunos ferramentas teóricas e práticas que permitam estudar as relações linguísticas, analisar o funcionamento semântico de textos e a direção da argumentação. Nesse sentido, a proposta foi elaborada com base nas orientações de Guimarães (2012), organizada em oficinas divididas em dois “movimentos”, cada um com quatro etapas. No primeiro movimento, abordamos o processo de colonização do Brasil e alguns conceitos da semântica da enunciação, como lugar social de dizer, enunciado, enunciação, espaço de enunciação, cena enunciativa e direção da argumentação. No segundo movimento, trouxemos o funcionamento da linguagem, tomando como referência os termos índio, indígena, tribo, aldeia. Os lugares na cena enunciativa são analisados com base no filme “Xingu”. Traçamos diálogos sobre a constituição do espaço de enunciação brasileiro e o cenário atual das línguas indígenas no estado do Pará. Desse modo, com a aplicação da proposta de ensino, observamos que os alunos compreenderam a importância de estudar a linguagem questionando os seus sentidos e analisando-a na relação com o seu funcionamento histórico e social. Com as análises realizadas, entenderam que o processo de colonização do Brasil aconteceu de maneira violenta, causando um impacto devastador nas populações indígenas brasileiras. Compreenderam que a argumentação é produzida na enunciação, na qual o falante ocupa um lugar social específico sustentando uma posição e produzindo certos sentidos e não outros.

Palavras-chave: Argumentação; Leitura; Análise; Sentido; Indígena.

ABSTRACT

This dissertation aims to present a proposal for teaching the Portuguese language based on the functioning of argumentation, as well as on the procedures for constructing meaning in statements that address indigenous people or indigenous peoples. It offers a proposal for teaching reading and text analysis with semantic-enunciative activities appropriate for teaching Portuguese in Basic Education. The theoretical assumptions that underpin this research are the studies of Guimarães (2002, 2017, 2018), which deal with the Semantics of Enunciation. We consider as linguistic events the statements that bring up indigenous issues, and, in turn, argumentation is understood here as something produced in the event of enunciation. The methodology employed involves semantic-enunciative activities that aim to provide students with theoretical and practical tools to study linguistic relationships, analyze the semantic functioning of texts, and the direction of argumentation. In this sense, the proposal was developed based on Guimarães' (2012) guidelines, organized into workshops divided into two "movements," each with four stages. In the first movement, we address the process of Brazil's colonization and some concepts of enunciation semantics, such as social place of saying, statement, enunciation, enunciative space, enunciative scene, and direction of argumentation. In the second movement, we explored the functioning of language, referencing terms such as indian, indigenous, tribe, and village. The positions in the enunciative scene are analyzed based on the film "Xingu." We draw dialogues about the constitution of the Brazilian enunciative space and the current scenario of indigenous languages in the state of Pará. Thus, with the application of the teaching proposal, we observed that students understood the importance of studying language by questioning its meanings and analyzing it in relation to its historical and social functioning. Through the analyses carried out, they understood that the colonization process in Brazil occurred violently, causing a devastating impact on Brazilian indigenous populations. They comprehended that argumentation is produced in enunciation, in which the speaker occupies a specific social position, sustaining a stance and producing certain meanings and not others.

Keywords: Argumentation; Reading; Analysis; Meaning; Indigenous.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Alocutor-padre	23
Figura 2 – Articulação por dependência.....	29
Figura 3 – Articulação por coordenação.....	30
Figura 4 – Reescrituração por substituição.....	32
Figura 5 – Reescrituração por substituição: elipse	32
Figura 6 – Post de Facebook	53
Figura 7 - Produções apresentadas pelos alunos.	83
Figura 8 - Madame de Maison-Rouge como Diana, 1756.	89

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1 – Atividade do Movimento 1, passo 1.....	76
Imagem 2 - Atividade do Movimento 1, passo 2, atividade 1.....	78
Imagem 3 -Atividade do Movimento 1, passo 2, atividade 2.....	80
Imagem 4 - Atividade do Movimento 1, passo 2, atividade 3.....	82
Imagem 5 - Atividade do Movimento 1, passo 4, atividade 1.....	85
Imagem 6 - Atividade do Movimento 1, passo 4, atividade 2.....	86
Imagem 7 - Atividade do Movimento 1, passo 4, atividade 3.....	87
Imagem 8 - Atividade do Movimento 2, passo 2, atividade 1.....	88
Imagem 9 - Atividade do Movimento 2, passo 2, atividade 2.....	90
Imagem 10 - Atividade do Movimento 2, passo 2, atividade 3.....	93
Imagem 11 - Atividade do Movimento 2, passo 2, atividade 4.....	94
Imagem 12 - Atividade do Movimento 2, passo 2, atividade 7.....	95
Imagem 13 - Atividade do Movimento 2, passo 3, atividade 1.....	96
Imagem 14 - Atividade do Movimento 2, passo 3, atividade 2.....	96
Imagem 15 - Atividade do Movimento 2, passo 3, atividade 3.....	97
Imagem 16 - Atividade do Movimento 2, passo3, atividade 4.....	97
Imagem 17 - Atividade do Movimento 2, passo 3, atividade 5.....	98
Imagem 18 – Atividade do Movimento 2, passo 4, atividade 1.....	99

LISTA DE SIGLAS

CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CIMI – Conselho Indigenista Missionário

FUNAI – Fundação Nacional do Índio

FUNASA – Fundação Nacional de Saúde

GN – Grupo Nominal

IBEP – Instituto Brasileiro de Edições Pedagógicas

Iphan – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

ISA – Instituto Socioambiental

LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

MinC – Ministério da Cultura

PISA – Programa Internacional de Avaliação de Estudantes

SAEB – Sistema de Avaliação da Educação Básica

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	8
1 ABORDAGEM TEÓRICO-METODOLÓGICA	12
1.1. A significação na semântica da enunciação	12
1.2 O enunciado e a enunciação	13
1.2.1 Espaço de enunciação	14
1.2.2 A constituição das línguas e dos falantes	16
1.2.3 As relações políticas no espaço de enunciação.....	17
1.2.4 O acontecimento da enunciação	18
1.2.5 O sentido como integração ao texto.....	19
1.2.6 O agenciamento da enunciação	20
1.3 A cena enunciativa	21
1.3.1 Configuração da cena enunciativa	22
1.4 A textualidade na abordagem semântico-enunciativa	27
1.4.1 Modo de relação por articulação.....	29
1.4.2 Modo de relação reescrituração	31
1.5 Argumentação, argumentatividade e a construção de sentidos no enunciado	34
1.5.1 A argumentação: relação de alocação	35
1.5.2 Argumentação: a sustentação do que se diz produzida pela enunciação.....	36
1.5.3 A argumentatividade na construção de sentido	37
1.6 O conceito de Texto na Semântica da Enunciação	38
1.6.1 Texto: as relações de integração textual	38
1.6.2 O lugar do leitor/analista do texto meme pelo viés da semântica da enunciação.....	40
2 A LÍNGUA PORTUGUESA EM TERRITÓRIO BRASILEIRO E SUA RELAÇÃO COM OUTRAS LÍNGUAS	42
2.1 As línguas indígenas e seus falantes	45
3 O MEME E A LÍNGUA EM FUNCIONAMENTO	51
3.1 Recorte histórico	51
3.2 Métodos de análise	52
3.3 A análise	52
4 PROPOSTA DE ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA pelo viés semântico-enunciativo	56
4.1 Uma proposta de intervenção para o ensino de língua portuguesa segundo a semântica da enunciação	57

4.2	Identificação da proposta de ensino	57
4.3	As adversidades no cenário da pesquisa	75
4.4	Relatório de aplicação da proposta de ensino de língua portuguesa.....	75
	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	101
	REFERÊNCIAS	103
	APÊNDICE A – MATERIAL DIDÁTICO DO ALUNO	105
	APÊNDICE B – TEXTO UTILIZADO COMO ATIVIDADE DE LEITURA	128

INTRODUÇÃO

Observamos que o ensino e aprendizagem da língua portuguesa, no Brasil, em geral, não está satisfatório, uma vez que os indicadores de desempenho se mantêm negativos, especialmente após a pandemia, como demonstram os exames do Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (PISA) e os últimos indicadores do Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB).

Esse cenário é resultado dentre outros fatores, de um ensino mecanizado, que se baseia em regras desvinculadas da realidade dos alunos, que têm sido meros espectadores nesse processo. O uso inadequado e prolongado das redes sociais, com acesso a conteúdos não relacionados aos estudos, tem provocado um impacto negativo no processo de ensino, uma vez que grande parte dos jovens troca o tempo que deveria destinar aos estudos para se dedicar ao acesso às redes sociais e jogos virtuais. No entanto, sabe-se hoje que é possível utilizar as tecnologias em benefício da educação e, assim, ressignificar o processo de ensino e aprendizagem.

Diante dessa realidade, vi no mestrado profissional a oportunidade de buscar novos conhecimentos que podem resultar em metodologias de ensino capazes de transformar de maneira positiva esse contexto educacional. Ao ingressar no mestrado, meu objetivo era encontrar uma linha teórica que me permitisse desenvolver uma metodologia de ensino de língua portuguesa aplicável ao ensino da argumentação. Deparei-me, então, com a Semântica da Enunciação, que orienta o ensino com base no funcionamento semântico do texto, o que implica uma nova concepção de ensinar leitura e interpretação de texto, considerando os sentidos e o funcionamento argumentativo.

Pedi à professora Rosimar Oliveira que aceitasse me orientar, pois já sabia que ela se dedicava a estudos nessa área, porém eu não conhecia nada a respeito da linha teórica. Não estou exagerando em falar que, até o momento, o maior desafio da vida acadêmica foi compreender a teoria da Semântica da Enunciação, que para mim era nova e complexa. Isso, somado ao interesse que sempre tive em utilizar um recurso educacional relacionado às tecnologias, favoreceu-me com a oportunidade de usar como ferramenta de ensino algo que os jovens já apreciam e com que estão familiarizados. Observei que os memes eram textos bastante usados por esse público, e isso me motivou a direcionar parte da pesquisa para a análise desse tipo de texto.

Quanto à presença da temática indígena neste trabalho, ela surgiu num momento em que eu e minha orientadora conversávamos acerca da maneira como essa temática assim como

a africana são abordadas nos livros didáticos e como as escolas tratam o assunto. Foi assim que decidi trazer a temática indígena para este estudo.

Embora a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e demais leis prescrevam que o ensino deve respeitar a diversidade, observamos que, na maioria das vezes, a temática indígena não está presente nas propostas de ensino e, nas raras situações em que aparece, ela é tratada de forma folclórica, estigmatizada e imbuída de preconceito. Analisamos o livro didático de língua portuguesa do 9º ano, intitulado “Tecendo Linguagens”, da editora IBEP, que é o livro utilizado nas escolas públicas do município de Jacundá e não encontramos nenhuma abordagem sobre o tema indígena.

Assim, desejamos com este trabalho propiciar uma reflexão sobre o assunto e simultaneamente oferecer uma proposta de ensino que vise minimizar esse preconceito mascarado, que não respeita e tampouco valoriza a diversidade; ao contrário, põe a dignidade e pluralidade cultural dos povos indígenas numa situação de invisibilidade. Desejamos, com a proposta, possibilitar uma ressignificação desse cenário e, conseqüentemente, promover a desconstrução dessa imagem estereotipada que se constrói dos povos indígenas.

Diante das razões explicitadas, pode-se dizer que esta pesquisa ganha relevância, uma vez que possibilita colocar em prática uma proposta de ensino sustentada na teoria da enunciação, que considera a argumentação, conforme Guimarães (2018, p. 95), “[...] uma prática linguística pela qual se apresentam enunciados que garantem uma conclusão que decorre, de algum modo, desses enunciados.” O autor desenvolveu um procedimento de análise de texto no qual apresenta a proposta de um conjunto de atividades favoráveis ao desenvolvimento da habilidade de interpretar textos. É importante destacar que a recomendação do autor é que esses procedimentos possam ser articulados com outras disciplinas.

Lançamos mão da proposta de Guimarães (2018) porque acreditamos que ela pode contribuir para o estudo do texto de maneira significativa. Com base no que o autor propõe, elaboramos uma ferramenta de ensino com orientações metodológicas para professores, que apresenta uma sequência de atividades que devem ser acompanhadas pelo professor, passo a passo, de modo a orientar e direcionar o estudo por etapas, estabelecendo relações e exercitando um caminho a ser percorrido. Espera-se com isso que o aluno, no final tenha condições de ler, analisar e escrever/produzir bons textos.

Assim sendo, o objetivo geral desta proposta é desenvolver a habilidade de leitura e interpretação/análise de textos, visando à ampliação do conhecimento sócio-histórico e a compreensão do funcionamento da argumentação considerando que argumentar é sustentar uma posição, sob uma perspectiva do lugar social de enunciação.

Nesse sentido, vamos analisar textos que fazem parte da categoria meme e que estejam relacionados ao tema “indígena”. Essa análise será orientada pelos seguintes objetivos específicos:

- a) Identificar como o texto se constitui considerando-o como uma unidade de sentido que integra enunciados a partir da relação com o falante na enunciação;
- b) Verificar a constituição dos sentidos no funcionamento da língua;
- c) Analisar em que medida os sentidos das palavras ou expressões mudam de acordo com as relações que estabelecem com outras palavras ou expressões nos enunciados em que se encontram.

Com o intuito de alcançar os objetivos aqui propostos, colocaremos em prática um procedimento particular de análise de texto desenvolvido por Guimarães (2012), em que o autor propõe um conjunto de movimentos e passos, ou atividades, a serem realizados em uma determinada ordem, ou seja, o professor apresenta o texto ao aluno, desenvolve a análise do texto e, num segundo movimento, conduz o aluno nesse processo de análise.

É indispensável ressaltar que analisaremos o texto considerando-o uma unidade de significação, não nos ocuparemos em realizar descrições semânticas. É importante, pois, falar aqui em que consiste um texto, conforme Guimarães (2012, p. 25), que considera que o “texto é uma unidade de sentido que integra enunciados no acontecimento da enunciação”. Ou seja, nesse conceito, o texto é considerado unidade de significado, que é caracterizada na construção de sentido no acontecimento do dizer.

No que se refere ao acontecimento, Guimarães (2018, p. 37) diz que “o acontecimento faz diferença na sua própria ordem.” O acontecimento da enunciação se caracteriza por apresentar uma temporalidade própria, ou seja, a temporalidade do acontecimento é constituída do presente, passado e futuro, em que o presente traz um memorável e abre perspectiva para uma futuridade de sentidos, o que significa dizer que a diferença entre acontecimentos diversos reside nessa temporalidade.

Guimarães (2018) explica que o acontecimento da enunciação se dá por meio do funcionamento da língua nos espaços de enunciação, que são lugares em que as línguas estabelecem relações, entre línguas e línguas e entre línguas e seus falantes. Esses falantes são agenciados a dizer, e esse agenciamento dos falantes por meio das línguas é político, visto que não é igual.

Com base na teoria da Semântica da Enunciação, apresentamos uma proposta de atividades a serem realizadas, cujo objetivo é o de apresentar orientações (conceitual e prática) considerando o funcionamento semântico do texto. As atividades são organizadas em

movimentos e passos seguindo uma ordem específica, de modo que o professor, no primeiro movimento, desenvolve a análise do texto e, no segundo, orienta o aluno a fazer a análise.

Os capítulos desta dissertação estão assim constituídos: No capítulo um, apresentamos os pressupostos teóricos que fundamentam este estudo, baseando-nos nos trabalhos de Guimarães (2002, 2017, 2018), que constituem a Semântica da Enunciação. Nesse capítulo, são apresentados e discutidos os principais conceitos que orientam esta pesquisa. No capítulo dois, apresentamos uma abordagem sobre a língua portuguesa em território brasileiro e a sua relação com outras línguas. Também falamos das línguas indígenas no Brasil e seus falantes. No terceiro capítulo, detalhamos a análise de um texto (meme) fundamentado na semântica da enunciação. No capítulo seguinte, apresentamos uma proposta de ensino de língua portuguesa adequada a alunos do 9º ano da Educação Básica, com base nos pressupostos teóricos que constituem a Semântica da Enunciação de Guimarães (2002, 2017, 2018). Nessa proposta, disponibilizamos orientações aos professores quanto aos passos para mediar as atividades de leitura e análise textual. Posteriormente, no capítulo 5, descrevemos os resultados da aplicação dessa proposta em uma turma de 9º ano de uma escola pública do município de Jacundá, no estado do Pará. Por fim, apresentamos as considerações finais desta dissertação, que respondem aos principais questionamentos investigativos iniciais, confirmando ou não a hipótese levantada no início e apresentando os resultados obtidos com a aplicação da proposta de ensino.

1 ABORDAGEM TEÓRICO-METODOLÓGICA

Neste capítulo, apresentamos a teoria da Semântica da Enunciação, uma abordagem desenvolvida no Brasil por Guimarães (2005, 2017, 2018). Para o desenvolvimento de sua teoria, esse autor foi influenciado pelos trabalhos de Michel Bréal, Émile Benveniste e Oswald Ducrot. Em seu trabalho, ele dialoga com a teoria de análise do discurso, corrente francesa, da qual traz conceitos para fazer um deslocamento teórico, numa nova abordagem para os estudos da enunciação.

1.1. A significação na semântica da enunciação

Guimarães (2018) desenvolve a teoria da Semântica da Enunciação sob uma perspectiva materialista, em que a linguagem é entendida considerando sua relação com a história. Desse modo, ele amplia o escopo da análise enunciativa, considerando não apenas os aspectos linguísticos, mas também a dimensão histórica como um fator determinante na construção do sentido.

Conforme Guimarães (2018, p.13), “a semântica é a disciplina científica que estuda a significação da linguagem”. Considerando isso, o autor propõe uma teoria semântica que relaciona a enunciação com a história, e essa relação é fundamental para a produção de sentido, trazendo-nos, assim, o conceito da semântica da enunciação, conforme excerto a seguir.

[...] trata-se de uma disciplina linguística que tem como objetivo o estudo da significação, tomada como produzido pela prática dos falantes de dizer algo em uma língua. [...] A semântica, tal como caracterizamos aqui, é uma semântica da enunciação. (Guimarães, 2018, p. 15).

Dessa forma, a significação está intrinsecamente ligada ao conceito de enunciação, e esta se constitui como acontecimento da linguagem, ou seja, o acontecimento do dizer. Portanto,

[...] a significação é o que se apresenta por aquilo que se diz. [...] Trata-se de considerar *o que se diz*, ou seja, algo que se caracteriza por ter ocorrido e ocorrido porque alguém disse (falou, escreveu, etc). Posta dessa maneira, a significação é produzida pela *enunciação*, por alguém, de algum material de linguagem específico (Guimarães, 2018, p. 13-14, grifo do autor).

Nessa abordagem teórica, é preciso compreender os conceitos de enunciado, enunciação/acontecimento, espaço de enunciação, cena enunciativa, agenciamento enunciativo, argumentação e argumentatividade e texto. Segundo Guimarães (2018, p.14), “a enunciação é o que ocorre quando alguém diz algo, quando um falante de uma língua diz uma sequência que

é, de alguma maneira, reconhecida pelos falantes dessa língua”. Assim, pode-se dizer que a significação se dá no funcionamento da língua. Em relação ao conceito de língua, Guimarães postula que

A língua pode ser caracterizada como um conjunto sistemático de regularidades com as quais é possível dizer algo verbalmente. A língua é assim um conjunto de elementos (sons, palavras, sintagmas, todo tipo de expressão) cujas relações constituem este conjunto de regularidade (Guimarães, 2018, p.14-15).

Veremos a seguir os conceitos de enunciado e enunciação para assim termos uma melhor compreensão teórica acerca da Semântica da Enunciação.

1.2 O enunciado e a enunciação

Vamos aqui compreender a unidade de análise da Semântica da Enunciação, no caso, o enunciado. Sobre esse conceito, Guimarães (2018) afirma que

Do ponto de vista da enunciação, *o enunciado* é a unidade de linguagem que apresenta, no seu funcionamento, uma consistência interna, aliada a uma independência relativa. Estas características são consideradas em relação ao todo de que o enunciado faz parte num acontecimento de enunciação. Ou seja, a unidade de análise é uma unidade de linguagem encontrada (que está presente) em acontecimentos específicos.[...] É a *independência relativa*, aliada à consistência interna, então, que faz o enunciado significar e assim ser enunciado, e não se reduzir a uma sequência de sons, ou palavras, ou de formas, simplesmente (Guimarães, 2018, p.15-16, grifo do autor).

Por isso, a consistência interna de um texto está relacionada aos seus elementos formais e estruturais. Em outras palavras, essa consistência interna é estabelecida por meio das relações entre os enunciados. Em alguns momentos, podemos nos referir a essas relações que são estabelecidas sintaticamente. Além disso, a independência relativa dos enunciados é um fator imprescindível a ser considerado. Isso significa que os enunciados não têm significados isoladamente, mas estão conectados a outros textos, outros enunciados. Nesse sentido, a enunciação é o acontecimento do dizer, em que um enunciado se relaciona com outros, e a enunciação produz sentidos que afetam diretamente o acontecimento enunciativo. Podemos, pois, afirmar que o sentido de um enunciado em particular é construído a partir de outros enunciados que foram proferidos antes como serão produzidos depois.

Em relação à enunciação, Guimarães assim a define:

[...] a enunciação diz respeito a algo que ocorre quando se diz algo. Trata-se, para nós, de um acontecimento, o acontecimento do dizer. O acontecimento da enunciação se apresenta como um acontecimento de linguagem. Enquanto tal este acontecimento ocorre num espaço de enunciação específico (Guimarães, 2018, p.18-19).

Dessa forma, o autor ressalta que é possível considerar a enunciação tal qual o acontecimento, de modo que o texto em que está o enunciado se dá por meio do funcionamento da língua, que atende a suas sistematicidades particulares. Assim,

[...] a enunciação é um acontecimento que produz sentido. Ou seja, o sentido se produz pela enunciação, pelo acontecimento de funcionamento da língua. E este acontecimento se apresenta como se dando pela existência de uma língua, por que há falantes que são tomados enquanto falantes pela relação com tal língua. Nesta medida esta língua só é língua enquanto língua destes falantes. Correlatamente o falante não é uma pessoa física, é um lugar de enunciação determinado pela relação com a língua, no que chamamos espaço de enunciação (Guimarães, 2018, p. 22).

Ainda, segundo o autor, a semântica se dedica a compreender a significação na linguagem. Por sua vez, a significação se estabelece no espaço de enunciação por meio do funcionamento da língua. O funcionamento da língua agencia o falante a dizer, tomado pelo espaço que se constitui pela conexão falante e língua, falante e falante, língua e língua a que estiver exposto. Assim, a semântica

é considerada aqui como *o sentido* de enunciados que se produz neste acontecimento do funcionamento da língua que agencia os falantes. A enunciação, que produz sentidos, é, como vimos, o acontecimento do funcionamento da língua num espaço de enunciação (Guimarães, 2018, p. 22, grifo do autor).

Portanto, a semântica da enunciação é a disciplina que estuda os sentidos que os enunciados produzem na enunciação, uma vez que são enunciados que integram o texto, ou seja, estão articulados no texto. Desse modo, apresentam uma consistência interna e uma independência relativa nos acontecimentos em que funcionam.

1.2.1 Espaço de enunciação

O espaço de enunciação se constitui como espaço político, uma vez que este integra línguas, com maneiras específicas de serem enunciadas e tomadas pelo agenciamento da cena enunciativa. Segundo Guimarães (2018, p. 23), [...] “a enunciação é o acontecimento do funcionamento da língua no espaço de enunciação”. Ou seja, esse espaço de enunciação está essencialmente associado ao funcionamento da língua. Os espaços de enunciação, de acordo com Guimarães, 2005,

[...] são espaços de funcionamento de línguas, que se dividem, redividem, se misturam, desfazem, transformam por uma disputa incessante. São espaços habitados por falantes, ou seja, por sujeitos divididos por seus direitos ao dizer e aos modos de dizer (p.18).

Em outras palavras, esse teórico diz que o espaço de enunciação se constitui no espaço em que as línguas funcionam se relacionando, e isso ocorre em virtude da relação das línguas com os falantes. Dessa forma, pode-se dizer que a existência de uma língua depende dessa relação. Segundo Guimarães (2018, p. 23) “[...] a língua não é algo abstrato, é algo histórico, apresenta-se pela prática humana, por relações que fundamentam o funcionamento dessa prática cuja característica é a de produzir significações: a linguagem.” Uma característica relevante na caracterização do espaço de enunciação é o fato de as línguas não apresentarem a mesma distribuição. No Brasil, por exemplo, existem diversas línguas que são usadas de maneira desigual, e ocorre de uma minoria delas se sobrepor à maioria. Guimarães (2018) apresenta a situação das transformações que se deram no espaço de enunciação das línguas no Brasil Colônia, quando a carta de doação de terras a portugueses, documento oficial, usaram a língua oficial do Império Português em lugar das línguas indígenas faladas aqui Brasil em 1532.

Nesse sentido, o espaço de enunciação se configura como um espaço político onde as línguas estão em funcionamento, tomadas por sua historicidade, pelos lugares em que o falante se constitui nas relações sociais. A respeito desse espaço político, estas são as considerações de Guimarães (2005):

[...] o político, ou a política, é caracterizado pela contradição de uma normatividade que estabelece (desigualmente) uma divisão do real e a afirmação de pertencimento dos que não estão incluídos. Desse modo, o político é um conflito entre uma divisão normativa e desigual do real e uma redivisão pela qual os desiguais afirmam seu pertencimento. Mais importante para mim é que, desse ponto de vista, o político é incontornável porque o homem fala. O homem está sempre a assumir a palavra, por mais que esta lhe seja negada (p. 16).

Essa distribuição desigual das línguas produz o conflito entre os incluídos (aqueles a quem é autorizado o direito à fala) e os excluídos, os que não têm autorização a falar e, assim, são silenciados. Essas relações acontecem no espaço de enunciação, que, segundo Guimarães (2018, p.26), “[...] não é um espaço físico, é um espaço destas línguas e seus falantes.”

A representação de falante aqui se difere do conceito que encontramos nos dicionários, em que são considerados indivíduos físicos, psicológicos que falam uma língua específica. A conceituação apresentada por Guimarães (2018) nos faz entender que os falantes são concebidos por línguas do espaço de enunciação. São, conseqüentemente, uma figura linguística. Conforme o autor, “[...] o falante não é uma figura empírica ou psicológica, o falante é constituído pelas línguas do espaço de enunciação e é assim uma figura linguística.”

Veremos a seguir como as relações políticas são fundamentais para a produção de sentidos no espaço de enunciação.

1.2.2 A constituição das línguas e dos falantes

Para compreender o modo como as línguas se constituem, precisamos observá-las no espaço de enunciação. De acordo com Guimarães (2018, p.24) “[...] a língua deve ser definida, levando-se em conta o espaço de enunciação. [...] ela pode ser caracterizada como um conjunto sistemático de regularidades com as quais é possível dizer algo verbalmente.”

A língua, segundo Guimarães (2018), reúne elementos linguísticos que se relacionam atendendo a algumas regularidades (importante destacar que não são totalmente regulares, senão seriam estáticas) na enunciação, acontecimento do dizer.

Em consonância com o semanticista,

A língua tem um conjunto de elementos linguísticos (sons, palavras, formas, etc) que é preciso descrever segundo categorias específicas para isso. Esses elementos se caracterizam porque se combinam de algum modo que também é preciso estabelecer. Apresentam modos regulares de combinação quando alguém diz algo em acontecimentos específicos, ou seja, na enunciação. O funcionamento da língua, nesta medida, produz sentido. E este funcionamento se dá porque as línguas tomam os falantes, os agenciam enquanto seus (Guimarães, 2018, p. 24).

Em contrapartida, o autor afirma que as línguas se relacionam em um espaço de enunciação no momento em que agenciam seus falantes. Portanto, o falante é “[...] uma figura linguística constituída por essa relação de línguas, que tomam os falantes, que se distribuem desigualmente para os falantes ao constituí-los.” (Guimarães, 2018, p.25) Dessa maneira, para existir uma língua, é necessário que haja outras, da mesma forma que a condição para haver línguas é a existência de falantes e, assim, reciprocamente. E sobre os falantes, Guimarães (2018) ressalta que eles

[...] não são os indivíduos, as pessoas que falam esta ou aquela língua. Os falantes são estas pessoas enquanto determinadas pelas línguas que falam. Neste sentido falantes não são pessoas na atividade físeo-fisiológica ou psíquica, de falar. São sujeitos da língua enquanto constituídos por este espaço de línguas e falantes que chamo espaço de enunciação” (p. 25).

Consequentemente, as línguas não existem de forma isolada umas das outras, tal como não existem sem os falantes. O que ocorre é uma interdependência entre as línguas e os falantes, em que a presença de um implica indispensavelmente a existência do outro. “A relação não é assim de uma língua com seus falantes, ela é um pouco mais complexa, a relação é de línguas com línguas e com falantes.” (2018, p. 25). Podemos entender que a complexidade consiste na forma como as línguas relacionam-se entre si e também com seus falantes.

1.2.3 As relações políticas no espaço de enunciação

Conforme Guimarães (2005), a enunciação tem sempre um caráter político, o que faz o falante se tornar uma figura política no espaço de enunciação. Ou seja, esse caráter político se está relacionado a esse espaço de enunciação porque trata-se de um espaço permeado pelo conflito. Por isso, Guimarães (2018, p. 28) afirma que “na medida em que o espaço de enunciação é o espaço da prática linguística, ele está aberto a permanentes mudanças.” E ele exemplifica essa mudança ao analisar a situação do Brasil em 1532, quando houve o contato entre a população indígena, que falava diversas línguas indígenas, e os portugueses, que, por sua vez, comunicavam-se em português. Como resultado desse encontro, a língua portuguesa passou a se sobrepor às línguas indígenas. Isso pode ser observado na redação de documentos oficiais em português, como é o caso da carta de doação de terras feita por Martim Afonso de Sousa. A língua portuguesa tornou-se, assim, a língua oficial no Brasil, em desfavor às línguas indígenas faladas naquela época. Uma vez que o político é o litígio que decorre de um conflito que acontece devido à desigualdade nas relações sociais, podemos observar isso na situação mencionada anteriormente com relação às línguas indígenas (Guimarães, 2018).

O autor ressalta ainda a distinção que ocorria naquela época entre o português oficial, utilizado nos documentos, e o português corrente, empregado nas interações diárias com as línguas indígenas (Guimarães, 2018). Ele explica que “[...] a prática da relação das línguas e suas divisões se configuram por relações de conflito, que se modificam numa direção específica, a da dominância do português.” (Guimarães, 2018, p. 32). Essa disputa favorece a predominância da língua portuguesa oficial em detrimento do português corrente e das línguas indígenas, conforme se vê no excerto a seguir

[...] vemos que no processo histórico das relações das línguas, há uma mudança fundamental: a língua portuguesa passa a ser língua oficial, mudando assim as relações de força no espaço da enunciação e assim o litígio que aí se constitui. Passa a haver uma língua que toma os falantes enquanto língua oficial, reguladora das relações, e assim exclui quem não é falante desta língua, e há outra língua (ou línguas) que constituem outros falantes, e estes são significados como excluídos. Nessas condições é diferente a relação entre língua-oficial e falante do português corrente e língua-oficial e falante de língua indígena (Guimarães, 2018, p. 32-33).

Compreendendo esse processo em que a língua portuguesa se tornou oficial no Brasil, podemos perceber a dimensão política que estabelece a exclusão da língua indígena, o que, por sua vez, resulta na exclusão dos próprios falantes indígenas. Conforme Guimarães (2018, p.33), “as relações entre falantes do português oficial e falantes do português corrente tomam como

homogêneas a língua oficial e a língua portuguesa corrente. Assim, nessa relação, a exclusão ocorre com as línguas indígenas e os falantes.”

É fundamental ter em mente que o português falado no Brasil apresenta inúmeras variantes, mas, como forma de padronização da língua, é a norma estabelecida pelo Estado que prevalece. Embora as diferentes variações sejam comumente utilizadas no dia a dia, em situações formais, é esperado que se empregue a língua normatizada e gramaticalmente correta, de acordo com as regras estabelecidas.

A respeito desse tema, Guimarães (2018) pontua que

[...] há uma diversidade da língua, produzida por uma divisão da própria língua na relação com seus falantes, funcionando politicamente no espaço de enunciação. Este funcionamento político apresenta a língua como uma e como aquela que dirige o espaço de enunciação. E isto não é um aspecto empírico, quantitativo, etc. É uma característica semântica, de significação. Este aspecto leva a considerar que não há espaço de enunciação que não seja múltiplo, pois, mesmo que nele haja “só uma língua”, ela não é uma só, ela se divide, exatamente porque seu funcionamento está necessariamente exposto a algo externo, pois os falantes são determinados pelas condições históricas de existência (p. 34).

E ainda vale ressaltar que atualmente, no Brasil, fala-se inúmeras línguas indígenas, várias línguas europeias e orientais. Guimarães (2005) afirma que essa divisão é fruto da relação dos falantes com a língua e da maneira como se identificam com essa divisão. Conforme o autor, “esta divisão é marcada por uma hierarquia de identidades” (p.21). Ou seja, essa distribuição é realizada desigualmente entre os falantes, segundo os valores próprios dessa hierarquia.

1.2.4 O acontecimento da enunciação

Com o intuito de melhor compreender a enunciação, vamos aqui apresentar a definição de acontecimento adotada por Guimarães (2018), que define “o acontecimento como o que faz diferença na sua própria ordem. Essa definição considera, de um lado, que o acontecimento não pode ser visto como algo empírico, como se fosse, simplesmente, o fato de que algo ocorre.” (p.37). Ou seja, o acontecimento se caracteriza por constituir um passado, um presente e um futuro de sentido. A conceituação de acontecimento está diretamente ligada à posição na qual os significados são atribuídos. Cada acontecimento sempre se relaciona a outro, e assim estabelece uma temporalidade específica. Isso significa que o sentido próprio é determinado em função das relações constituídas no acontecimento. Dessa forma, o que caracteriza o acontecimento é a sua temporalidade própria. Ele opera em disparidade com o momento da

formulação do locutor. Tem um passado como memorável de enunciações, e, ao mesmo tempo, projeta um futuro de sentidos.

Guimarães (2018, p. 37) afirma que “a ordem em que algo é considerado é que lhe dá o sentido de acontecimento específico”. O autor ressalta um aspecto importante no acontecimento que consiste na sua própria temporalidade, ou seja, o acontecimento não é um fato isolado de outros, sem nenhuma relação com passado e projeção futura (Guimarães, 2005). Ele é, na verdade, continua o autor,

[...] o que faz diferença na sua própria ordem, e com isso leva a caracterizar a enunciação. Uma primeira questão é que o analista deve configurar a dimensão em que as coisas serão analisadas. E é nesta dimensão que o acontecimento deve ser caracterizado (Guimarães, 2018, p 38).

O autor chama a atenção também para a especificidade do acontecimento, o que se caracteriza na temporalidade de sentidos. Essa temporalidade está constituída por um passado de significações. Importante ressaltar que essas enunciações não são particulares/próprias do falante. Desse modo, no acontecimento, o passado se dá por recortar um passado memorável que estabelece uma latência de futuro e, assim, projeta sentido. “Quando se enuncia, fica significado não simplesmente aquilo que se apresenta no momento específico em que se diz” (Guimarães, 2018, p.40). Isso significa que a articulação de passado, presente e futuro são determinantes no acontecimento da enunciação. E no que se refere a isso, Guimarães (2018) tem o seguinte a dizer:

Ao recorte do passado, produzido pelo acontecimento, chamo de *memorável*, e esta projeção de enunciações futuras, de *futuridade*. Na articulação que venho fazendo, esse acontecimento se constitui num espaço de enunciação, pois se constitui pelo funcionamento de uma língua, ou línguas. E esse funcionamento agencia os falantes enquanto aqueles que enunciam, agencia os falantes a dizer, vamos chamar esta figura de *lugar de enunciação*. Ou seja, o acontecimento da enunciação agencia o falante a dizer enquanto um lugar de enunciação, como lugar que enuncia (p. 41, grifo do autor).

Em suma, o acontecimento da enunciação se dá pelo funcionamento da língua, que, por sua vez, agencia os falantes. (Guimarães, 2018). Mais adiante falaremos melhor do agenciamento político que acontece no lugar de enunciação.

1.2.5 O sentido como integração ao texto

Compreender a caracterização de sentido aqui requer ter entendido que ele se constitui da relação entre enunciados. De acordo com Guimarães (2018, p. 41), “enunciar num

acontecimento é dizer algo com sentido, que se produz pela temporalidade própria de cada acontecimento.” Ou seja, o sentido se constitui a partir de uma temporalidade específica.

Guimarães (2018, p. 42, grifo do autor), afirma que “*o sentido de um enunciado é sua relação de integração ao texto em que está*”. Ou seja, o sentido de um enunciado integra outros que assim o faz significar, visto que faz parte de um todo maior, ou seja, o texto em que está integrado, considerando que o texto não é uma soma de enunciados, mas uma integração deles.

Isso considerado, Guimarães (2018) afirma que

[...] a descrição e análise de sentidos dos enunciados, nossa unidade de análise, tem que ser capaz de ver como as relações entre os elementos linguísticos dos enunciados os apresentam enquanto integrados ao texto. E é isto que as análises semânticas precisam ser capazes de fazer para analisar o sentido dos enunciados (p.42).

Dito de outra forma, compreender as relações que os elementos linguísticos estabelecem quando integrados ao texto é o fator determinante para entender o sentido dos enunciados (Guimarães, 2018).

1.2.6 O agenciamento da enunciação

O agenciamento da enunciação demanda movimentos que envolvem o funcionamento da língua, tomado por uma temporalidade particular assim como a integração do enunciado com os elementos linguísticos textuais. Assim,

[...] a enunciação é o acontecimento do funcionamento da língua, cuja especificidade é sua temporalidade própria (o passado, presente e futuro de sentidos que constitui). Por outro lado, o sentido é aqui considerado como o modo de integração do enunciado, e seus elementos linguísticos, ao texto. A produção de sentido pelo acontecimento da enunciação envolve um aspecto fundamental: o agenciamento do falante, pelo funcionamento da enunciação, em que *aquele que diz*. No acontecimento de enunciação estabelece-se uma *alocução*, ou seja, uma relação constituída pela prática da linguagem, pelo agenciamento dos falantes que assim dizem (Guimarães, 2018, p.43).

O autor explica que o falante aqui não fala por um lugar particular dele, mas, sim, do lugar social tomado pelo agenciamento político. Guimarães (2018, p.44) diz que, “[...]a enunciação não se caracteriza por intenções de alguém. O sentido se constitui exatamente pelos modos de agenciamento do acontecimento de linguagem.” Desse modo, o agenciamento toma o falante por lugares sociais de dizer. Quanto a isso, o autor explica que

[...] se o falante é agenciado em o lugar de dizer, este lugar que diz só o faz na medida em que o falante se divide em *lugar que diz* e *lugar social de dizer* (chamamos este lugar de *alocutor*), um lugar oficial, no caso: o falante ao ser agenciado a enunciar é dividido, pelo próprio agenciamento do falante, em Locutor e alocutor. De um lado,

o locutor se apresenta como lugar que diz, de outro o lugar que diz só diz enquanto de um lugar social do dizer. Tal como indicamos acima, chamamos o primeiro dos dois lugares desta divisão de Locutor (ou L, simplesmente), e chamamos o segundo dos dois lugares, o lugar social do dizer, ou alocutor (-x), ou simplesmente al-x, onde x é uma variável a ser preenchida pela consideração do lugar específico em que o falante é agenciado (Guimarães, 2018, p.44-45, grifo do autor).

Esse agenciamento do falante que o constitui como enunciador permite que ele ocupe diferentes lugares sociais de dizer tomado pelo agenciamento. Guimarães (2018, p. 45, grifo do autor), considera que “o agenciamento do falante a dizer constitui o que chamamos de *cena enunciativa*, que caracteriza as relações de uma *alocução*.” O autor afirma igualmente que

[...] o espaço de enunciação, que constitui os falantes pelo modo de distribuição das línguas para estes, é político, em virtude de ser desigual esta distribuição das línguas. O espaço de enunciação constitui-se assim como um litígio. Este caráter político é também próprio do acontecimento de enunciação (p.45).

Esse modo de distribuição desigual das línguas acaba por marcar uma variedade que vai aparecer como correta com relação às outras e que passa a ocupar lugar de prestígio e a ser referência para as demais como sendo a correta. Isso acaba configurando uma disputa política interna. Para Guimarães (2018, p.46), “[...] o agenciamento próprio do acontecimento de enunciação é político. É isso que vamos chamar de agenciamento político da enunciação”. E segue dizendo que

O acontecimento da enunciação produz sentido nisto que chamamos *cena enunciativa* constituída pelo agenciamento do falante em lugares de enunciação. Estes lugares configuram o funcionamento da alocação. No que expusemos acima caracterizamos dois destes lugares Locutor e alocutor.[...] consideramos ainda um terceiro lugar de enunciação, o lugar de dizer, que chamamos de enunciador (Guimarães, 2018, p. 46, grifo do autor).

Dessa forma, o agenciamento da enunciação acontece pelo funcionamento da língua. A produção de sentido na enunciação ocorre por meio da cena enunciativa, que é formada pelo posicionamento do falante em diferentes lugares de enunciação.

1.3 A cena enunciativa

A cena enunciativa, de acordo com Guimarães (2018), é constituída por falantes que são agenciados politicamente. Para o autor, “[...] o espaço de enunciação é constituído pela distribuição desigual das línguas para seus falantes. Por outro lado, o acontecimento de enunciação, pelo agenciamento do falante a dizer, estabelece as cenas enunciativas por uma divisão dos lugares de enunciação”. (Guimarães, 2018, p.50). Essa disparidade na distribuição autoriza que determinados falantes tenham permissão para falar em certos espaços, enquanto

em outros não. E explica que “o que aqui caracterizamos como uma desigualdade instala, no centro do funcionamento da linguagem – o político –, um conflito que o constitui” (p. 50). Assim, o conflito se configura no espaço de enunciação. E o que aqui se chama de político é assim caracterizado:

Definiremos o político como segue: ele se caracteriza pela oposição entre a afirmação da igualdade em conflito com uma divisão desigual do real produzida enunciativamente pelas instituições que o organizam: organizam os lugares sociais e suas relações, identificando-os (ou seja, atribuindo-lhes sentidos), e recortam o mundo das coisas, significando-as. Por esse conflito o real se divide e redivide, se refaz incessantemente em nome do pertencimento de todos no todos (Guimarães, 2018, p.50).

Dessa maneira, essa desigualdade impede que certos falantes (alocutor-x) possam falar em determinada cena enunciativa devido à distribuição linguística que privilegia alguns em detrimento de outros, o que resulta na exclusão de diversas línguas.

Guimarães (2018, p.53, grifo do autor), explica que “[...] a cena enunciativa é produzida pelo agenciamento político da enunciação. Em outras palavras, o falante é agenciado politicamente e assim constitui a *cena enunciativa*: o acontecimento da enunciação produz sentidos ao constituí-la”. Sob essa perspectiva, compreendemos que o falante, ao ser agenciado pelo espaço político da enunciação, torna-se parte da cena enunciativa diante de uma divisão que determina os lugares de fala.

1.3.1 Configuração da cena enunciativa

Ao mencionar o falante na enunciação, Guimarães (2018, p.55, grifo do autor), diz que esse “falante, ao ser agenciado em *Locutor*, é agenciado como aquele que fala para alguém (seu *Locutário*) enquanto tomado no mesmo espaço de enunciação, constituindo uma relação específica no acontecimento.” Ou seja, essas relações são características do acontecimento da enunciação que se dá pelo funcionamento da língua. Quanto ao alocutor, o autor diz que ele

é sempre um alocutor-x, ou seja, um alocutor que é a cada acontecimento especificado por uma caracterização do próprio acontecimento enunciativo, e este alocutor constitui por seu dizer um lugar seu correlato numa alocação específica, trata-se do *alocutário-x* deste *alocutor-x*, aquele para quem o alocutor diz. O alocutário é aquele para quem o alocutor diz o que se diz numa alocação (Guimarães, 2018, p.56, grifo do autor).

Isso significa que esse alocutor-x vai variar de acordo com a divisão própria do agenciamento, a depender do acontecimento específico, ou seja, de sua temporalidade própria e, assim, constituído no espaço de enunciação. Guimarães (2018, p.57, grifo do autor) fala que,

“assim, não é possível pensar na cena enunciativa sem que se possa dizer como a variável x do lugar social de dizer é significado, o que exige que se considere, exatamente, a complexidade própria da temporalidade do acontecimento[...]”. Dito de outra forma, Guimarães (2018) destaca que a temporalidade exclusiva do acontecimento vai incidir diretamente no alocutor- x e que

A disparidade própria da divisão do falante no acontecimento de anunciação é por si político. De um lado o Locutor significa ser o responsável pelo dizer, pela unidade do dizer, do texto. Por outro lado, o lugar social de dizer (alocutor) significa, no confronto com o Locutor, a significação da não unidade, da não intencionalidade de quem diz (p.58).

Isso significa dizer que o político agencia o locutor(x) na cena enunciativa em diferentes lugares na enunciação e

[...] neste funcionamento enunciativo, o Locutor (L), ao ser agenciado, institui um Locutário (LT) (L é o lugar que diz (eu) para alguém (tu)); o alocutor (al- x) ao ser agenciado, institui um alocutário (at- x) (al- x é o lugar social de dizer que se apresenta para um at- x , o lugar social para o qual um certo al- x diz); o enunciador, o lugar de dizer, que se apresenta como quem diz de um lugar coletivo, individual, universal, ou genérico. O enunciador não projeta um tu, é um modo de o eu se apresentar na sua relação com o que se diz (o que se diz por quem se diz) (Guimarães, 2018, p. 62).

Dessa maneira, primeiramente é necessário ser um Locutor para, assim, se configurar um alocutor- x , que, por sua vez, vai desempenhar uma posição social (ao falar, o Locutor se torna o falante e enuncia a partir de uma posição social, enquanto o alocutor- x comunica a posição social a partir da qual se fala).

Figura 1 – Alocutor-padre



Fonte: Compartilhenanet¹.

¹Disponível em: www.compartilhenanet.blogspot. Acesso em 7 jul. 2023.

Na charge, é possível observar o enunciado que apresenta um Locutor que diz do lugar social de alocutor-padre que deixa de ser uma pessoa empírica e passa a assumir uma posição social específica. Na configuração da cena enunciativa, temos o falante que, ao ser agenciado a falar, configura mais uma divisão, em que o enunciador constitui como um eu próprio do que é dito. Nesse sentido, Guimarães (2018) afirma:

[...] o lugar de dizer (o enunciador) se relaciona com aquilo que diz, e por modos diversos, significando relações diferentes entre lugar de dizer e o que se diz. Frise-se que a própria relação do eu ao tu da alocação é significada pela configuração enunciativa de lugares sociais da enunciação (p.63).

Dessa forma, não existe um “eu” que não possa ser modificado, que, ao se relacionar com um “tu”, permaneça sempre o mesmo, pois [...] “o agenciamento da enunciação é o agenciamento do falante a falar (Guimarães, 2018, p.63). Este, na condição de agenciado a enunciar, se divide em lugar que diz (Locutor), lugar social de dizer (alocutor), e lugar de dizer (enunciador).

Portanto, para compreender a cena enunciativa, faz-se necessário, antes de qualquer coisa, entender a maneira como ela se constitui no funcionamento da língua.

Sobre isso, Guimarães (2005) explica que

o lugar de Locutor [...] é então o lugar que se representa no próprio dizer como fonte deste dizer. E desta maneira representa o tempo do dizer como contemporâneo deste mesmo L, e assim representa o dizer como o que está no presente constituído por L (p. 23 - 24).

A condição necessária para ocupar o lugar de L é poder dizer a partir de lugares sociais autorizados, assim como na distribuição da língua que esse L pode utilizar. Em outras palavras, existe uma condição que se faz imprescindível para que o Locutor possa tomar para si a origem do que se enuncia. Essa condição é ele deixar de ser ele mesmo e se posicionar de um lugar social de locutor.

Ainda de acordo com Guimarães (2005, p. 24), “assumir a palavra para decretar só é possível na medida em que o Locutor, que se dá como origem do decreto, só o é enquanto constituído como lugar social de locutor que decreta.” Um bom exemplo para melhor compreensão é o caso do juiz de cartório que tem autorização para realizar o casamento e declarar os noivos marido e mulher. Porém, essa autorização só é possível à pessoa na condição de juiz, e não na condição de pessoa física.

É importante destacar que essa autoridade que o juiz tem é fruto do lugar social constituído a ele. Segundo Guimarães (2005, p.24, grifo do autor), “a este lugar social do locutor chamaremos de *locutor-x*, onde o locutor (com minúscula) sempre vem predicado por um lugar

social que é a variável “x” representada (presidente, governador, etc²).” Desse modo, é importante deixar clara a diferença entre o Locutor e o lugar social do locutor, e que ele somente pode tomar para si o lugar social (locutor-x) quando ele se concretiza como Locutor. Para Guimarães (2005, p.24), “o Locutor é díspar a si. Sem essa disparidade, não há enunciação”. Conseqüentemente, existe uma diferença no que se refere ao acontecimento da enunciação característica do Locutor e do locutor-x. Essa diferença reside entre o presente do Locutor e a temporalidade do acontecimento³.

Guimarães (2018, p.58) fala em outro conceito da cena enunciativa, “um outro aspecto desta divisão de lugares que constitui a politopia”. O agenciamento do falante é dividido por essa politopia, que consiste em um lugar de dizer e um modo de dizer na condição de enunciador. Esse agenciamento do falante, segundo Guimarães (2018),

[...] não agencia alguém, nem mesmo um lugar específico, o agenciamento do falante no acontecimento o agencia dividindo-o por uma politopia da cena de enunciativa. Na cena enunciativa fala-se a partir de lugares diferentes. O agenciamento do falante o divide por essa politopia da cena de enunciação, do acontecimento do dizer segundo sua temporalidade específica (p.61).

Observemos uma outra figura da cena enunciativa que é o enunciador. Ele se representa como um “lugar de dizer”. O autor fala que o enunciador individual se constitui em um “eu” que pensa ser a origem do dizer, por desconhecer ou esquecer que fala de um lugar e com formas linguísticas de primeira pessoa sobre o que é dito. Guimarães (2005) o chama de enunciador-individual, que pode ser assim entendido:

o enunciador- individual, enquanto um lugar de dizer, traz um aspecto específico para isto que estamos chamando lugares de enunciação. É a representação de um lugar como aquele que está acima de todos, como aquele que retira o dizer de sua circunstancialidade. E ao fazer isso representa a linguagem como *independente* da história (p.25, grifo do autor).

Compreendemos, assim, que o enunciador individual se manifesta de modo a não estabelecer relação com a história, não possuindo, pois, influência da memória de sentidos. No acontecimento em que se dá, sua particularidade é a individualidade na enunciação.

² alocutor-x; o "x" representa o lugar social a partir do qual se fala, onde o falante deixa de ser o sujeito empírico e passa a ocupar um lugar social de locutor, que, dependendo da cena enunciativa, pode ser, Ex.: alocutor-policial, alocutor-professor, alocutor-padre, alocutor-mãe...).

³ O termo “locutor” foi adotado nos textos de 2005. Em nossa dissertação, adotaremos “alocutor”, que é uma mudança de nomenclatura apresentada no livro *Semântica, Enunciação e Sentido*, de 2018.

Guimarães nos fala de outro tipo de enunciador, que é aquele que produz o sentido de apagamento do lugar social de dizer. Ele se apresenta como quem fala junto com outros indivíduos e é denominado de enunciador-genérico. Um exemplo de enunciador genérico está em funcionamento nos ditos populares, pois, ao falar, simula-se estar no princípio do dizer, porém sustentado pela repetição do dito popular. Por exemplo, no ditado “mais vale um pássaro na mão, que dois voando”, o enunciador fala se posicionando de acordo com uma convenção determinada para todos. Sobre esse aspecto, Guimarães (2005) explica que se trata de

um “todos” que se apresenta como diluído numa identificação de fronteiras para o conjunto desse todos. O enunciador se mostra como dizendo com todos os outros: se mostra como um indivíduo que escolhe falar tal como outros indivíduos, uma outra forma de se apresentar como *independente* da história (p. 25, grifo do autor).

O autor fala também de um enunciador universal, que se apresenta enunciando sem a utilização de nenhuma modalização. Ele usa o exemplo “todos morrem”. Nesse enunciado, quando o enunciador traz para si o dizer, designa-se como aquele que enuncia em função da associação do que é dito com os fatos. Isso significa que o enunciador não enuncia a partir de um ser social, ou aquele que se distancia do contexto (história). Esse enunciador se posiciona em um lugar de quem diz sobre o mundo.

Para Guimarães (2005, p. 26), “o enunciador-universal é um lugar que significa o Locutor como submetido ao regime do verdadeiro e do falso”. O autor menciona que o discurso científico como um exemplo desse lugar, embora não seja algo específico desse tipo de discurso. O enunciador coletivo, por sua vez, diz a partir de um lugar de um conjunto e “se caracteriza por ser a voz de todos como uma única voz” Guimarães (2002, p.38). Isto é, fala correspondendo uma coletividade.

Nesse sentido, podemos compreender que a cena enunciativa envolve os lugares sociais do locutor, como locutor-professor, locutor-mãe, locutor-prefeito, locutor-presidente, locutor-indígena, etc. Guimarães (2005) destaca que o Locutor se apresenta predicado de um lugar social dividido por meio de uma deontologia do dizer. Em contrapartida, a cena enunciativa envolve, igualmente, *lugares de dizer* que o autor chama de enunciadores, que se configuram de modo a caracterizar a ausência dos lugares sociais do locutor.

De acordo com Guimarães (2005, p.26), “embora sempre se apresentem como independentes da história ou fora da história, são lugares próprios de uma história.” O autor afirma ainda que existem enunciadores tais quais: i) enunciador-individual, a partir do momento em que a enunciação caracteriza o Locutor de modo independente da história; enunciador-genérico, numa situação em que a enunciação caracteriza o Locutor como difuso em um todo,

de forma que a pessoa fala como e com diversos indivíduos; ii) enunciador-universal, caso em que a enunciação configura o Locutor de modo a não pertencer à história, não estando submetido ao que pode ser verdadeiro ou falso; iii) e o enunciador-coletivo, caso em que o dizer é expresso a partir de uma perspectiva corporativa, sob a qual se diz representando um todo específico.

Em suma, para compreender a cena enunciativa, é preciso considerar o funcionamento da língua e a constituição dos lugares de dizer.

1.4 A textualidade na abordagem semântico-enunciativa

A Semântica da Enunciação se propõe a estudar o texto considerando o funcionamento da língua num espaço de enunciação. De acordo com Guimarães (2018), o agenciamento enunciativo é responsável por criar textos que integram enunciados. Os enunciados significam por meio dessa relação de integração de textos. Essa relação de integração ocorre por meio de dois modos de relação essenciais que são o de articulação e o de reescrituração. Nesse sentido, realizamos aqui a síntese desses dois procedimentos de análise, segundo Guimarães (2018):

Nosso procedimento de análise deve ser apropriado para analisar enunciados existentes (com seus modos de relação), enquanto enunciados de textos. Mas não se trata de constituir um corpus específico. Trata-se de poder, a partir da análise de enunciados específicos, poder formular o modo como funcionam expressões em línguas diversas quando enunciadas (p.75).

O autor orienta para a importância de buscar enunciados pontuais para, assim, colocar em prática o procedimento em busca de conhecer uma determinada forma linguística. E assim nos apresenta o trabalho de sondagem: “a sondagem se caracteriza por encontrar, por exemplo, um enunciado, em um recorte do acontecimento da enunciação, e explorar este enunciado enquanto elemento desse recorte e assim integrado ao texto que se corta” (Guimarães, 2018, p.75-76).

Comprendemos que a sondagem é elemento primordial para o bom desenvolvimento da análise, considerando a seleção do recorte pelo qual “as formas linguísticas aparecem como correlacionadas em virtude de terem uma mesma relação com o acontecimento, independentemente da posição na sequência” (Guimarães, 2018, p.76).

Após a definição de sondagem e recorte, passamos agora aos modos de relação por articulação e reescrituração. Quanto a isso, Guimarães (2018) faz as seguintes considerações:

Para as análises, serão observados os modos de relação enunciativa de articulação e reescrituração, em virtude da natureza da unidade de análise que consideramos, o

enunciado. Como vimos, essa unidade tem consistência interna e independência relativa. A análise deve levar em conta estes dois aspectos. Os modos de articulação se apresentam em virtude da primeira das características, e o de reescrituração, em virtude da segunda (p.79-80).

A consistência interna de um texto diz respeito à forma como suas partes estabelecem relações entre si, considerando as relações sintáticas e estruturais. A independência relativa, por sua vez, refere-se aos sentidos do texto, que não estão limitados apenas a si mesmos, mas interagem com outros enunciados. Assim, é no funcionamento do texto que ocorrem essas relações, permitindo que o enunciado constitua sentido a partir de outros enunciados ditos anteriormente e posteriormente.

Guimarães (2018, p.75) afirma ainda que o “agenciamento enunciativo produz textos que integram enunciados. Os enunciados significam por esta relação de integração aos textos. Esta relação de integração se configura por dois modos de relação fundamentais: o de articulação e o de reescrituração.” Em síntese, no que se refere a procedimentos de análise, Guimarães (2018) diz que

Nosso procedimento de análise deve ser apropriado para analisar enunciados existentes (com seus modos de modos de relação), enquanto enunciados de textos. Mas não se trata de constituir um corpus específico. Trata-se de poder, a partir da análise de enunciados específicos, poder formular o modo como funcionam expressões em línguas diversas quando enunciados (p.75).

Com relação a esse procedimento, o próprio autor orienta para a importância de buscar enunciados pontuais para assim colocar em prática o procedimento, a fim de conhecer uma determinada forma linguística, e nos apresenta o trabalho de sondagem, que consiste em “encontrar, por exemplo, um enunciado, em um recorte do acontecimento da enunciação, e explorar este enunciado enquanto elemento deste recorte e assim integrado ao texto que se corta.” (2018, p.75-76),

Compreendemos que a sondagem é elemento primordial para o bom desenvolvimento da análise, considerando a seleção do recorte, pelo qual, segundo Guimarães (2018, p.76), “as formas linguísticas aparecem como correlacionadas em virtude de terem uma mesma relação com o acontecimento, independentemente da posição na sequência.”

Apresentada a definição de sondagem e recorte, passamos agora aos modos de relação por articulação e reescrituração, a respeito dos quais Guimarães (2018) faz as seguintes considerações:

Para as análises, serão observados os modos de relação enunciativa de articulação e reescrituração, em virtude da natureza da unidade de análise que consideramos, o enunciado. Como vimos esta unidade tem consistência interna e independência

relativa. A análise deve levar em conta estes dois aspectos. Os modos de articulação se apresentam em virtude da primeira das características, e o de reescrituração, em virtude da segunda (p.79-80)

Desse modo, a consistência interna de um texto diz respeito à forma como suas partes estabelecem relações entre si, considerando as relações sintáticas e estruturais. A independência relativa, por sua vez, refere-se aos sentidos do texto, que não estão limitados apenas a si mesmos, uma vez que interagem com outros enunciados.

1.4.1 Modo de relação por articulação

Guimarães (2018, p.80) chama de “articulação as relações como predicação, complementação, caracterização (relação determinante-determinado), e outras, tradicionalmente consideradas no estudo da frase ou enunciado.” Ou seja, a articulação consiste na relação entre elementos linguísticos que colaboram para articulação da compreensão dos significados. Por sua vez, “a articulação por *dependência* se dá quando os elementos contíguos se organizam por uma relação que constitui, no conjunto, um só elemento” (Guimarães, 2018, p.81, grifo do autor), conforme exemplificado na figura 2:

Figura 2 – Articulação por dependência



Fonte: [latuffcartoons.wordpress](https://latuffcartoons.wordpress.com)⁴.

Nesta charge, de Carlos Henrique Latuff de Sousa⁵, podemos observar uma relação de dependência em que o termo “da resistência” está relacionado a “leilão”, formando, assim, um Grupo Nominal (GN).

⁴Disponível em: <https://tematicaindigena.blogspot.com/2020/08/conheca-charges-carlos-latuff.html>. Acesso em: 7 jul. 2023.

⁵Carlos Henrique Latuff de Sousa iniciou seu trabalho como cartunista desenhando para um boletim sindical. Hoje seu trabalho é conhecido internacionalmente. Latuff costuma abordar temas sociais e políticos do Brasil e do mundo.

Segundo Guimarães (2018, p.81, grifo do autor), “a articulação de *coordenação* é aquela que toma elementos de mesma natureza e os organiza como se fossem um só, da mesma natureza de cada um dos constituintes[...]”, como se pode ver na figura 3:

Figura 3 – Articulação por coordenação



Fonte: blogspot⁶.

A charge representa uma articulação por coordenação que permite agrupar elementos de quatro GNs “ouro, prata, mulheres e pau-Brasil”, por uma mesma relação em que esses elementos são organizados como um único.

Quanto à incidência, Guimarães (2018, p.81), considera ser esta “a relação que se dá entre um elemento externo a outro que, ao se articular com ele, forma um elemento do segundo tipo.” O autor usa como exemplo o poema “Auto retrato⁷” de Manuel Bandeira⁸:

⁹Poeta ruim que na arte da prosa
Envelheceu na infância da arte,
E até mesmo escrevendo crônicas
Ficou cronista de província;

Ao analisar o poema, Guimarães (2018) destaca que o termo “até mesmo” instiga uma reflexão sobre a enunciação do enunciado e assim atribui-lhe um novo sentido. O autor afirma que “o elemento que incide, ao se articular no enunciado, apresenta uma enunciação que comenta a si mesma, ou seja, uma enunciação que fala da enunciação do enunciado que se enuncia.” (p.83)

⁶Disponível: <https://3.bp.blogspot.com>_Acesso em: 07 jul. 2023.

⁷Grafia tal qual empregada à época, ou seja, antes da Reforma Ortográfica.

⁸No poema que integra a obra Mafuá do Malungo, de 1948, os traços literários se manifestam na autoria, já que o autor é um poeta consagrado, e pelo título: Auto-retrato.

⁹Disponível em: <https://teatrotextual.blogspot.com/2017/04/o-auto-retrato-de-manuel-bandeira.html>. Acesso em: 7 jul. 2023.

É importante destacar que as relações de articulação não se limitam a relações do interior do enunciado. Elas vão além, como destacado em Guimarães (2018, p.84), pois são “relações de contiguidade que fazem do enunciado um elemento que se integra ao texto.” Nesse sentido, conforme Guimarães (2012, p.25), o “texto é uma unidade de sentido que integra enunciados no acontecimento de enunciação.” Ele não se constitui de enunciados segmentais, mas é formado por elementos linguísticos de níveis variados, os quais constroem significados em virtude de integrarem essa unidade.

Sobre esses modos de relação, Guimarães (2018) ressalta que eles

[...] não têm nenhuma correlação direta com os sentidos específicos. Ou seja, não há nenhuma correlação direta entre um modo de relação e o sentido, porque o modo de relação inclui a relação com os lugares de enunciação que se constituem no acontecimento cuja temporalidade é o fundamento do sentido (p. 84).

1.4.2 Modo de relação reescrituração

“A *reescrituração* é o modo de relação pelo qual a enunciação rediz o que já foi dito.” (Guimarães, 2018, p.85, grifo do autor). Ou seja, refere-se ao processo no qual o sentido de uma palavra ou expressão se relaciona com o sentido de outra, permitindo que seja interpretada de forma diferentes do seu sentido original. De acordo com Guimarães (2018, p.85), “o elemento que reescritura atribui (predica) sentido ao reescriturado, e uma característica fundamental da reescrituração é que ela não se caracteriza pelas relações segmentais, ou de contiguidade, própria dos modos de relação por articulação.” Isso quer dizer que, na reescrituração, as relações não são segmentais porque elas não se obrigam a obedecer a uma direção linear para produzirem sentidos.

A reescrituração pode ser por “*repetição, substituição, elipse, expansão e condensação*”, conforme Guimarães (2018, p.87, grifo do autor), e de acordo com a descrição a seguir:

1) A reescrituração por *repetição* implica reescrever apresentando significados diferentes, ainda que o elemento opere em um mesmo enunciado do acontecimento. As articulações que predicam serão sempre diferentes. E essa reescrituração, que o autor também chama de redizer, é fundamental para o andamento dos enunciados.

2) A reescrituração por *substituição* consiste no procedimento em que um termo retoma outro de modo a substituí-lo. Consideremos a seguinte charge (Figura 4) em que o elemento “ele” reescritura, por substituição, o termo “papai”. Temos nessa substituição um caso de anáfora.

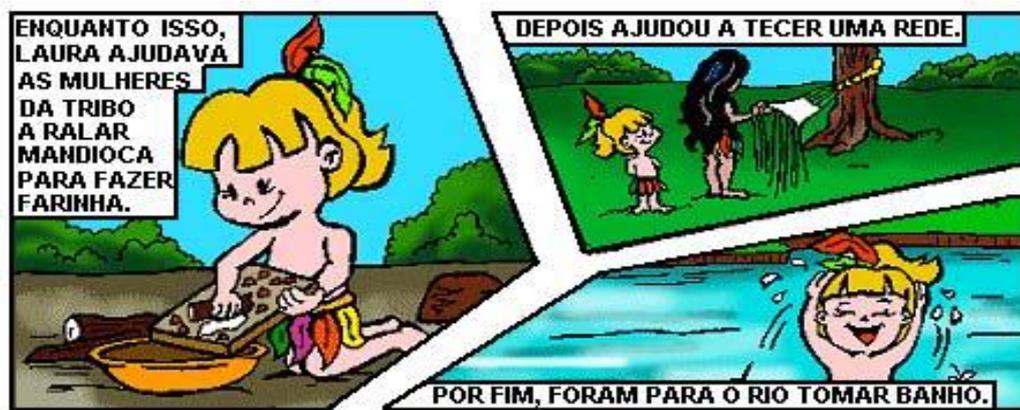
Figura 4 – Reescrituração por substituição



Fonte: humorpolitico¹⁰.

3) A reescrituração por *elipse* ocorre pela omissão de um termo no enunciado subsequente. No quadrinho a seguir, "Vida de Índio" (Figura 5), ocorre esse processo, em relação ao elemento "Laura."

Figura 5 – Reescrituração por substituição: elipse



Fonte: encser¹¹.

4) Na reescrituração por *expansão*, o procedimento faz desenvolver o assunto anterior reescrevendo-o de maneira mais ampla. Guimarães (2018) utiliza o seguinte recorte para exemplificar essa reescrituração:

¹⁰Disponível em: <https://br.pinterest.com/pin/385268943093209176/>. Acesso em: 7 jul. 2023.

¹¹Disponível em: <http://www.enscer.com.br/material/gibis/quadrinhos/indios/figs/indio11.jpg>. Acesso em: 7 jul. 2023.

[...] vemos que *diferentes tipos de sinais e o que eles fazem* é reescriturado de uma maneira muito particular no que vem logo depois, *o apito do juiz num jogo de futebol paralisa o jogo; vermelho do semáforo faz parar; o verde leva a pôr o carro em movimento; o toque de uma sirene faz começar ou parar o trabalho etc.* (p. 88, grifo do autor).

Nessa relação, o elemento “sinal” é reescriturado de forma expandida, desenvolvendo-se o sentido dos diversos tipos de sinais.

5) A reescrituração por *condensação* é o mecanismo por meio do qual uma expressão condensa, resume, uma narrativa para deixá-la mais concisa. Essa relação se constitui de elementos de enunciados distintos, que podem estabelecer proximidade ou não. Guimarães (2018, p.89) afirma que “isto é parte do modo de produzir sentidos (a integração dos enunciados ao texto). Essa operação de redizer é decisiva no modo como os enunciados, integrados a um texto, significam.”

Esses procedimentos de reescrituração atribuem sentidos precisos Guimarães (2018, p.89), “[...]como os diversos modos de redizer o dito produzem relações de sentido.” A seguir, veremos que diversas relações de sentido são geradas por meio das reescriturações de: sinonímia, especificação, desenvolvimento, globalização/totalização, definição.

Sinonímia é o resultado de reescrituração por substituição, de acordo com Guimarães (2018, p. 90), é “a reescrituração que apresenta uma palavra ou expressão com o mesmo sentido da outra à qual se liga.” Ou seja, é a maneira como o sentido de uma palavra ou expressão se apresenta, com o intuito de reformular a sua significação, em busca de uma maneira de defini-la. Nas frases “naquele dia, ele agiu como um louco e naquele dia, ele agiu como um insano”, o elemento “insano” reescritura “louco” e, assim, reformula o sentido de louco. Nesse caso, segundo Guimarães (2018, p.90) “o interessante a observar é que a reescrituração por sinonímia acaba por atribuir sentido (predicar) de um termo sobre o outro, o que mostra o movimento polissêmico da reescrituração em geral e mesmo da sinonímia”

Por sua vez, a substituição de um elemento por outro produz a reescrituração por substituição, de forma a atribuir sentido ao reescriturado pela expressão com a qual se realiza a reescritura. No exemplo usado por Guimarães (2018, p.87) “[...] definição de sinais é: sinais são signos[...].” Isto é, o elemento “signos” substitui “sinais”, de maneira que o termo signos atribui sentido a sinais.

Desenvolvimento é ocasionado, segundo Guimarães (2018), na reescrituração por expansão que gera uma relação de desenvolvimento do sentido da expressão reescriturada. O recorte usado pelo autor para exemplificar é o seguinte:

diferentes tipos de sinais e o que eles fazem, ou, em outras palavras, o apito do juiz num jogo de futebol paralisa o jogo; o vermelho do semáforo faz parar; verde leva a pôr o carro em movimento; o toque de uma sirene faz começar ou parar o trabalho etc. (Guimarães, 2018, p.91, grifo do autor).

A globalização ou totalização pode ser descrita como um procedimento de reescrituração por condensação, em que ocorre uma globalização evidente através de um totalizador que abrange toda a sequência anterior. Esse procedimento também pode ocorrer de maneira oposta, por meio da enumeração, em que o enumerado define as partes enumeradoras, ampliando assim a compreensão do assunto. Melhor explicando, segundo Guimarães (2018),

O totalizador/ globalizador determina as partes totalizadas; esta determinação do globalizador/ totalizador sobre as partes totalizadas também se dá, no sentido inverso, por *enumeração* quando em (8) *miserável, indigna, vil* expande por enumeração “as palavras duras”: o enumerado determina as expressões enumeradoras. *Palavras duras* determina *miserável, indigna, vil*. (p.91, grifo do autor).

A definição é um outro modo de reescrituração. Podemos caracterizá-la, conforme Guimarães (2018, p. 91), como sendo “a que estabelece uma relação de definição entre a reescrituração e o reescriturado.” Na definição, a reescrituração se dá por expansão em uma relação hiperonímia, uma vez que o elemento que estabelece a reescrituração abrange um sentido maior que o reescriturado. O autor destaca que os diferentes modos de significar a reescrituração podem ocorrer por meio de múltiplas relações por reescrituração, e “estes modos específicos não são privativos de nenhum tipo geral de reescrituração” (Guimarães, 2018, p. 92-93).

O processo de reescrituração estabelece relação de sentido entre enunciados não segmentais de um mesmo texto, assim como de outros textos. É importante ressaltar que as relações anteriormente apresentadas se detiveram às ligações no mesmo texto, que, por sua vez, ao ser colocada em prática, constitui sentido na medida em que, ao retomar determinada expressão, permite que essa expressão desenvolva um outro significado. Ainda de acordo com Guimarães (2018, p. 93-94), “o que é fundamental é que uma retomada se faz não com a remissão ao mesmo, mas, ao contrário, ao se fazer, faz significar algo que não estava significado. Por outro lado, a reescrituração apresenta as características da simetria e da transitividade.”

Por meio da reescrituração, temos a oportunidade de analisar como a língua opera por meio das relações presentes nos procedimentos de repetição, substituição, elipse, expansão e condensação.

1.5 Argumentação, argumentatividade e a construção de sentidos no enunciado

No presente tópico, analisamos a argumentação sob a perspectiva da semântica da enunciação, considerando a sua significação no acontecimento. Guimarães (2018, p.95), diz que “argumentar é uma prática linguística pela qual se apresentam enunciados que garantem uma conclusão que decorre, de algum modo, desses enunciados.” Segundo a Semântica da Enunciação, a argumentação é compreendida, sob certas perspectivas, como um processo que envolve a atribuição de significado.

1.5.1 A argumentação: relação de alocação

A argumentação, segundo Guimarães (2018, p.95), é elemento do processo de significação e é produzida pelo acontecimento de enunciação.” Lembrando que o acontecimento da enunciação se caracteriza por sua temporalidade própria. O autor considera que a argumentação se assemelha a um respaldo que *eu* (Locutor) faz ao *tu* quando está expressando, falando algo. Logo, é no acontecimento da enunciação constituído por lugares sociais de dizer que se dá a argumentação, de modo a sustentar algo que se enuncia (diz) de um lugar próprio da enunciação, ou seja, estabelece a relação entre um argumento e a conclusão. Nesse aspecto, Guimaraes (2018) afirma que

o que estamos dizendo é que no acontecimento de enunciação, nas relações entre lugar que enuncia e o lugar para o qual se enuncia, o lugar que enuncia (e é preciso caracterizar melhor este aspecto) sustenta algo do que se enuncia pela apresentação de seu lugar de enunciação como o que relaciona um argumento e uma conclusão (p.97).

Essa relação no acontecimento da enunciação implica considerar que ela remete a um terceiro que não é o lugar de que enuncia (Locutor) nem o lugar para o qual se enuncia. Refere-se, na verdade, àquilo que se enuncia. Essa relação de certificar, sustentar na argumentação não é empírica, segundo Guimarães (2018), visto que essa sustentação se dá no acontecimento enunciativo, ou seja, uma relação que se institui na cena enunciativa. A sustentação da argumentação configura o agenciamento que atribui o estado de materialidade histórica trazida pelo falante ao lugar de enunciação. Assim, segundo o autor,

[...] a argumentação é uma relação, na alocação, do alocutor com alocutário, ou seja, é uma relação própria do lugar social de dizer. Trata-se de como o agenciamento que produz a sustentação de argumentação é um agenciamento que movimenta as condições sócio-históricas que o falante traz para o espaço de enunciação. (Guimarães, 2018, p.98).

Para o autor, o agenciamento do falante na condição de locutor-x na cena enunciativa não toma a argumentação como o ato que visa persuadir, convencer o alocutário, pois, na realidade,

[...] a argumentação é um engajamento do *eu* relativamente ao *tu* a propósito daquilo sobre que se fala. Se a argumentação não é uma relação com um referente, no sentido que isso tem normalmente em semântica, não é também meramente uma relação de alocação. Pela alocação argumentativa apresenta-se um terceiro (o que se enuncia): dá-se algo como *eu sustento a você isto*. (Guimarães, 2018, p.98-99, grifo do autor)

Dessa forma, a relação entre o *eu* e um *tu* configura uma relação de associação histórica e política com a língua. Refere-se à conexão em meio a quem diz e a quem se diz, constituindo, assim, a cena enunciativa por meio do agenciamento do falante em alocutor e enunciador.

1.5.2 Argumentação: a sustentação do que se diz produzida pela enunciação

Considerando a configuração da cena enunciativa, já apresentada aqui na seção “Configuração da cena enunciativa”, Guimarães (2018) nos diz que o agenciamento do falante o divide em Locutor (lugar que diz), locutor (*x*) (lugar caracterizado historicamente como lugar social de dizer) e enunciador (lugar de dizer). Essa divisão agencia a constituição de uma determinada configuração de alocação no acontecimento enunciativo.

Para Guimarães (2018, p.99, grifo do autor) “a argumentação significa, na cena, pelo agenciamento do falante a enunciar. Consideramos que a relação *eu -tu* da argumentação é a relação entre alocutor(al-x) e alocutário (at-x).” Dessa maneira, com base na caracterização apresentada pelo autor, compreendemos que é a partir do lugar social do locutor tomado pelas condições históricas do acontecimento que se consegue significar o lugar de dizer.

A argumentação, segundo Guimarães (2018, p.106), é uma relação do lugar social de alocutor sobre o que se diz para um alocutário que se constitui na cena enunciativa”. Nesse sentido, entendemos que a argumentação é sustentação, suporte social utilizada por aquele que fala (alocutor-x) no ato de enunciar. Assim, a argumentação tem sua sustentação na caracterização do político. E em relação a isso, Guimarães (2018) assinala que

[...] o sentido da argumentação não é a busca da persuasão ou do convencimento, é o da sustentação de uma posição sobre algo que a enunciação significa. Nesta medida podemos considerá-la como constituída politicamente e devemos analisar seu funcionamento especificamente político, no sentido que damos a este termo (Guimarães 2018, p. 108).

Podemos dizer, então, que a argumentação é a sustentação social do alocutor na posição de enunciação, e o intuito aqui não é o de persuadir ou convencer, mas de sustentar um algo de cunho político.

A enunciação, conforme Guimarães (2018) se caracteriza por meio do agenciamento político, ou seja, o ser *que fala* para o ser *para quem se fala*. É importante destacar que esse ser não é empírico, e, sim, um ser de linguagem.

1.5.3 A argumentatividade na construção de sentido

Guimarães (2018) destaca que a argumentação se caracteriza pelo acontecimento da enunciação configurada na apresentação que o alocutor faz do enunciador, ou seja, o lugar que alocutor-x assume para fazer significar essa argumentação. “Nesse processo, há, entre os modos de enunciação por articulação, relações que significam uma diretividade do dizer que se apresenta pelo funcionamento da língua na enunciação. A esta diretividade chamamos de orientação de argumentatividade.” (Guimarães, 2018, p.109). A argumentatividade está, pois, diretamente ligada ao agenciamento que articula configurações históricas inerentes ao falante em meio ao espaço de enunciação. Assim, a argumentatividade envolve articulações da língua que direcionam o modo de dizer. Para Guimarães (2018, p.109), “o que chamamos de argumentatividade significa segundo um modo de integração dos enunciados ao texto.” Isso implica dizer que esse modo de integração estabelece progressão como aspecto de significação e

A esta orientação do sentido é que chamamos de *argumentatividade*. De um lado há relações do tipo [X] *mas* [Y], que chamaremos de *argumentatividade concessiva*, e que representaremos por [X NE Y], que se lê [X NO ENTANTO Y]. Por outro lado, há relações do tipo [X] *por isso* [Y], que chamaremos de *argumentatividade diretiva*, e que representaremos por [X PT Y], que se lê [X PORTANTO Y] (Guimarães, 2018, p.113, grifo do autor).

Isso significa dizer que esses mecanismos usados para relacionar a enunciação caracterizam elementos de agenciamento, como o que direciona o texto, constituindo, assim, a argumentatividade do tipo concessiva ou diretiva. A língua colocada em funcionamento agencia o Locutor a estabelecer uma nova relação de argumentatividade.

É importante destacar que a argumentatividade se desenvolve vinculada à argumentação no acontecimento enunciativo. Segundo Guimarães (2018, p.124), “[...] podemos dizer que as articulações de argumentatividade produzem, pelo modo de agenciar o Locutor, uma orientação argumentativa, ou seja, uma relação de argumento a conclusão que é significação, sentido da enunciação produzido pelo agenciamento da língua.” Ou seja, a argumentatividade não é o

processo de convencimento, persuasão, e, sim, a sustentação do que o alocutor fala tomado pelo agenciamento linguístico de acordo com as configurações da cena enunciativa.

A argumentatividade para Guimarães (2018, p. 124) “[...] não é a busca de uma finalidade, é significar, pelo agenciamento do falante em Locutor na cena enunciativa, pelo acontecimento da enunciação”. Importante lembrar que, uma vez que o Locutor é agenciado a dizer, tomado historicamente e pela distribuição de línguas, esse Locutor não tem autonomia própria empírica para enunciar algo. Pode-se dizer que

[...] a língua agencia o L, e assim a cena enunciativa significa as relações de argumentatividade pelo próprio funcionamento de certas articulações, próprias da língua, de enunciados ou elementos dos enunciados, na medida em que esse agenciamento significa o lugar de dizer (o enunciator) como apresentado pelo lugar de Locutor (Guimarães, 2018, p. 125).

Desse modo, a argumentatividade é constituída na cena enunciativa por meio do processo que relaciona os lugares de dizer, orientado por meio do agenciamento do Locutor.

Guimarães (2018, p. 126) afirma que “neste funcionamento da argumentação, aí incluída as relações linguísticas de argumentatividade, o alocutor (al-x), ao apresentar o enunciator, sustenta uma conclusão a partir de uma articulação de lugares de dizer.” A argumentação se caracteriza enunciativamente pelo lugar social do alocutor que ratifica uma posição de falar por meio da argumentatividade que faz significar a argumentação.

Dessa forma, Guimarães (2018, p. 128) ressalta que “[...] analisar a argumentação e, como parte desta, analisar as articulações de argumentatividade é decisivo na análise dos sentidos dos enunciados e de suas relações com outros enunciados, enquanto integrados ao texto.”

1.6 O conceito de Texto na Semântica da Enunciação

Na presente seção, analisamos as definições de texto segundo Guimarães (2012; 2018) e a categoria textual meme.

1.6.1 Texto: as relações de integração textual

Guimarães (2012, p.25), afirma que “texto é uma unidade de sentido que integra enunciados no acontecimento de enunciação”. Nesse sentido, o texto é construído por enunciados que se integram e significam na cena enunciativa.

Para exemplificar, Guimarães (2012, p.26) diz o seguinte: “pensemos no mapa das ruas de uma cidade. Ele se caracteriza por apresentar um conjunto de indicações de localização de ruas e por trazer os nomes destas ruas, por alguma notação qualquer.” O autor nos diz aí que esse desenho não se limita a um conjunto de linhas e traços. Associado a eles estão os nomes próprios. Esses nomes são estruturados por estabelecerem aproximação entre si e assim configurar determinados espaços de uma cidade.

Para Guimarães (2012, p.26, grifo do autor), “o sentido de *integrar* é aqui o sentido que Benveniste deu a esse termo quando distingue *forma* de *sentido*. Ele considera que a divisão de um elemento linguístico constitui a forma dessa unidade, e a integração desse elemento em outro superior lhe dá o sentido.” Ainda vale destacar que, nesse caso do mapa, não há processos de articulação conforme existe em textos como anúncios, artigos e outros. No entanto, os nomes de rua funcionam de modo a integrar o todo, que é o mapa elemento como superior.

O autor fala que um nome ainda pode ser nome de rua fora de um mapa de cidade a depender da maneira como integra um determinado texto. Uma placa em uma esquina é um exemplo, pois, segundo Guimarães (2012, p.27), “esta placa é um texto que integra um enunciado, e este modo de integração do enunciado único faz dele o nome de rua.”

Cotidianamente, temos inúmeras definições de texto como um conjunto de palavras escritas em livro, folhetos, documentos, entre outros, que transmite uma mensagem do autor para o leitor. No entanto, segundo a Semântica da Enunciação, desenvolvida por Guimarães,

o texto se caracteriza por ter uma relação com outras unidades de linguagem, os enunciados, que são enunciados e que significam em virtude desta relação. O texto é, nesta medida, uma unidade que se apresenta entre outras da mesma natureza (Guimarães, 2012, p. 27).

Nessa perspectiva, a relação entre enunciados é que constitui os sentidos. O texto se caracteriza como um encadeamento de enunciados que se integram e apresentam significações precisas a depender das relações estabelecidas nos diferentes textos.

Importante destacar que as relações entre enunciados no funcionamento do texto não são segmentais, pois, pelo viés da semântica o texto é repleto de sentidos. Os enunciados não são segmentais porque necessariamente eles não obrigados a seguir uma direção para apresentarem sentidos. O sentido de um texto encontra-se dividido em segmentos que se organizam como uma pirâmide. Podemos observar em um único texto ou em diversos textos enunciados que funcionam como paráfrases que produzem os mesmos sentidos, ainda que eles estejam em diferentes textos ou em diversos trechos de um único texto. Guimarães (2012, p.30)

diz que “[...] as relações de sentido não são segmentais, mas são normalmente transversais, sobrepostas, etc. Para o autor,

[...] esta relação de sentido, a integração, de um modo novo e assim caracterizar o texto não como composto por segmentos, mas como integrado por elementos linguísticos de diferentes níveis e que significam em virtude de integrarem esta unidade. O sentido dos enunciados é esta relação de integração (Guimarães, 2012, p.30).

Os enunciados não são, pois, segmentais, pois eles não precisam apresentar uma sequência lógica para produzirem sentidos. Na verdade, eles são transversais, visto que é possível observar ainda em um único texto ou em outro texto trechos no meio, início ou no final do texto ou enunciados que produzem a mesma direção de sentidos.

Guimarães (2012) nos lembra que, frequentemente, um texto dialoga com outro, usando elementos linguísticos de outros textos e conseqüentemente incorporando novos sentidos que podem transformá-lo. Assim, um texto apresenta traços de outro texto. Pelo viés da semântica da enunciação, o processo de o texto integrar enunciados configura a significação. Assim, a transversalidade textual institui essa relação de integração. Nessa perspectiva, compreender o sentido de um texto perpassa por relações que não se limitam apenas aos aspectos estruturais, mas exige que se analise a totalidade textual tomando como referência o espaço de funcionamento da linguagem. Vale lembrar que a língua funciona de um modo específico em um espaço específico, e esse espaço não é lugar, e, sim, espaço de funcionamento da língua, espaço em que se dizem as coisas a partir de determinados lugares de enunciação.

1.6.2 O lugar do leitor/analista do texto meme pelo viés da semântica da enunciação

Guimarães (2012, p.44, grifos do autor) utiliza “o verbo *ler* e os nomes *leitor* e *leitura*, não no sentido específico de relação com o escrito, mas no sentido de uma relação de interpretação com um acontecimento de enunciação qualquer.” Ou seja, o ler, segundo o autor, encontra-se no modo de estabelecer compreensão de sentido, na relação com um acontecimento da enunciação. Dessa forma, o leitor busca sentidos aos enunciados, considerando os processos de integração que compõem o texto em sua totalidade, na relação com fora do texto.

O lugar do leitor, ou seja, quem lê o texto, segundo Guimarães (2012) é um lugar de correlato do lugar de quem desenvolve a análise (o locutor social) considerando a totalidade do texto. Isso implica dizer que, nesse processo de análise de texto, o lugar do leitor merece uma atenção especial, uma vez que ele exerce a função de realmente precisar a análise de texto e ocupar o lugar de correlato ao de um autor. “Por outro lado, o correlato do locutor-autor,

enquanto lugar social, não é necessariamente da mesma ordem que o lugar de locutor.” (Guimarães, 2012, p. 44). Ou seja, um locutor-autor pode ocupar um determinado lugar social enquanto que o leitor pode estar em um outro lugar social de categoria diferente.

O entendimento do processo de análise de texto exige antes entender os mecanismos que envolvem o funcionamento do texto (consistência interna) e os sentidos do texto (independência relativa). Associado a isso, é preciso olhar o texto em seus múltiplos suportes de circulação enquanto a significação requer considerar a temporalidade própria do texto.

Nessa perspectiva, considerando os moldes dessa contemporaneidade, observamos que têm emergido uma variedade de textos digitais que caracterizam os novos formatos de ressignificar a produção e divulgação de textos.

Em meio a essa presença marcante das tecnologias digitais e das redes sociais na história da produção e circulação de textos, escolhemos o meme, como ferramenta para estudar a maneira como a produção de sentidos se constitui na relação com as noções de enunciação e acontecimento, pelo fato de apresentar um modo de circulação atraente que envolve diversos tipos de públicos, de maneira especial o público jovem, que é nosso público-alvo de ensino. Além disso, é muito significativo o potencial de engajamento dessa categoria textual, que, por sua vez, é nosso instrumento para o ensino da leitura e análise de texto, pelo viés da semântica da Enunciação. Elegemos o meme porque julgamos que ele pode proporcionar o estudo do funcionamento da linguagem de maneira acessível e, assim, propiciar uma estratégia de ensino de língua portuguesa significativa.

2 A LÍNGUA PORTUGUESA EM TERRITÓRIO BRASILEIRO E SUA RELAÇÃO COM OUTRAS LÍNGUAS

A língua portuguesa chega ao Brasil no período das grandes navegações, no fim do século XV e início do século XVI, e passa a estabelecer relação, em um espaço de tempo novo, com falantes de línguas diferentes, no caso as línguas indígenas. Ao considerar como parâmetro a relação¹² da referida língua com as diferentes línguas usadas a partir de 1932, quatro momentos podem ser estabelecidos. O primeiro momento correspondente ao início da colonização e se estende até o período no qual os holandeses foram embora da região, em 1654. Nesse espaço de tempo, o português estabeleceu relação linguística com as línguas indígenas, língua holandesa e com as línguas gerais (importante lembrar que a língua holandesa também era uma língua colonizadora). As línguas gerais constituíam línguas tupi faladas por grande parte da população e eram a forma de contato entre as diferentes comunidades indígenas e portugueses e seus descendentes. Assim, a língua geral se fazia uma língua franca. A língua portuguesa, sendo a língua oficial do estado, era usada em documentos oficiais e falada por aqueles que pertenciam à administração da Colônia.

O segundo momento é marcado com a partida dos holandeses do Brasil e a chegada da família real portuguesa ao Rio de Janeiro, em 1808. Essa partida dos holandeses transforma o cenário de relações entre as línguas faladas no Brasil, uma vez que deixa de existir uma outra língua de Estado, no caso o holandês, que disputava espaço com a língua portuguesa. Assim, a relação a partir desse período passa a ser essencialmente entre o português e as línguas indígenas, mais precisamente as línguas gerais, e as línguas dos escravos africanos. Essa é uma fase marcada por intenso processo de colonização e simultaneamente extermínio das línguas gerais. Vale destacar que a população brasileira antes da chegada dos portugueses era majoritariamente de indígenas. Com a processo de colonização acelerado, o país recebe grande quantidade de portugueses, assim como de africanos, que vieram na condição de escravos. De acordo com Guimarães (2005):

Para se ter uma ideia, no século XVI, foram trazidos para o Brasil 100 mil negros. Esse número salta para 600 mil no século XVII e 1,3 milhão no século XVIII. O espaço de línguas do Brasil passa a incluir também a relação das línguas africanas dos escravos e o português. Com o maior número de portugueses, cresce também o número de falantes específicos do português (p. 24).

¹²Essa relação constitui uma relação política e estabelece espaços de enunciação, em que as línguas funcionam se relacionando, e isso acontece em função da relação das línguas com os falantes. Desta forma o falante é uma figura linguística e política estabelecida pelo espaço de enunciação (Guimarães, 2018).

Em meio a esse processo, um aspecto é peculiar: os portugueses que então chegavam ao Brasil eram originários de diferentes regiões de Portugal. A partir daí, passam a coexistir no país, no mesmo espaço de tempo, variações do português que coexistiam como dialetos de diferentes regiões de Portugal. Em meio a todo esse processo, ainda há dois fatores de grande relevância: i) a intervenção direta do Império português, que age para proibir o uso da língua geral nas escolas, medida que constitui uma conduta orientada de política de línguas de Portugal para efetivar o português como língua de maior comunicação no Brasil. Segundo Guimarães (2005),

Uma dessas ações mais conhecidas é o estabelecimento do Diretório dos Índios (1757), por iniciativa do Marquês de Pombal, ministro de Dom José I, que proibia o uso da língua geral na colônia. Assim, os índios não poderiam mais usar nenhuma outra língua que não a portuguesa (p. 24).

E ii) a presença crescente da população portuguesa no Brasil. A associação desses acontecimentos causou um impacto específico que contribuiu para o declínio definitivo da língua geral no país. Dessa forma, a língua portuguesa, além de passar a ser a oficial do estado, torna-se também a mais falada no Brasil.

O terceiro momento que marca o domínio do português no país inicia-se com a chegada da família real em 1808 – que fugia da guerra com a França – e chega ao fim com a independência, em 1826, quando o parlamento brasileiro institucionalizou a língua nacional do Brasil. A chegada da família real ao país teve dois impactos significativos: primeiro deles está relacionado ao aumento acelerado da população em um espaço de tempo mínimo. O segundo foi a mudança da capital do Império, que passou a ser Rio de Janeiro, fato que acarretou novas relações sociais no país. Essa mudança afeta também a questão da língua, visto que o português se estabeleceu como idioma oficial e dominante no país.

Em 1826, inicia-se o quarto momento, marcado por um projeto do deputado José Clemente que propunha que os diplomas dos médicos no Brasil fossem escritos em “língua brasileira”.

No ano posterior, em 1827, houve intensas discussões acerca do ensino, e levantou-se a questão de os professores terem de alfabetizar usando a gramática da língua nacional. Entre outras palavras, a língua portuguesa no Brasil tornava-se uma imposição que viria a transformá-la de língua do colonizador em uma língua da nação brasileira. Isso implica a sobreposição da língua oficial com a língua nacional. Assim, o português no Brasil reflete as condições históricas brasileiras. Em razão de relações estabelecidas com outro espaço de línguas, como

as línguas indígenas, a língua geral, as línguas africanas, o português sofreu modificações específicas no fim do século XIX, já que os estudiosos da linguagem uniram-se aos escritores brasileiros com o intuito de afirmar o sentido do português como língua nacional da nação.

Esse quarto momento, em que o português já se estabeleceu como a língua oficial e nacional do Brasil, trará uma nova dinâmica: o início das interações entre o português e as línguas de imigrantes. Em 1818/1820, inicia-se o fluxo de imigração no Brasil com a chegada de alemães a Ilhéus (1818) e a Nova Friburgo (1820), que vieram para estabelecer-se no país. Com esse processo de imigração, entram no país falantes de alemão, italiano, japonês, coreano, holandês e inglês.

Dessa forma, o espaço de enunciação¹³ brasileiro passa a ter duas relações notavelmente diferentes quanto à língua oficial e nacional. Por um lado, as línguas indígenas (juntamente com as línguas africanas dos descendentes de escravidão) e, por outro, as línguas trazidas pelos imigrantes. Há que se considerar que, nesse contexto, as línguas indígenas e africanas são vistas como línguas desvalorizadas, de povos primitivos (afinal, na visão do colonizador, os indígenas é que precisavam ser civilizados). A língua dos negros, também sob o olhar do colonizador, não seria a indicada para se adotar por todos no Brasil. Isso significa dizer que não houve espaço para essas línguas e seus falantes.

Diferentemente das línguas dos povos indígenas e das línguas dos escravos africanos, as línguas dos imigrantes que chegam ao país têm outro status, pois estas línguas chegam por meio de política governamental que visava à cooperação para o desenvolvimento nacional. As línguas trazidas pelos imigrantes são, de certo modo, línguas nacionais ou oficiais nos países de origem dos imigrantes, o que as legitima, desigualmente, no contexto global das relações de línguas se comparadas com as línguas indígenas e africanas. As línguas dos imigrantes eram naturais de povos vistos civilizados, em comparação com as línguas indígenas e africanas, que eram consideradas incivilizadas, da mesma forma que seus falantes eram considerados incivilizados.

É importante ressaltar que o português como língua oficial e nacional do Brasil é falado em todo o território brasileiro e coexiste com vasto grupo de diferentes línguas, no caso as línguas indígenas e línguas de imigrantes. Uma vez que o português é a língua nacional ela é considerado língua materna de todos os brasileiros, sobrepondo-se a uma quantidade

¹³ o *espaço de enunciação* é o espaço de relações de línguas no qual elas funcionam na sua relação com falantes. Assim não há línguas sem outras línguas, e não há línguas sem falantes e vice-versa. Um aspecto importante na configuração do espaço de enunciação é que as línguas do espaço de enunciação são distribuídas de modo desigual, não se é falante das línguas deste espaço da mesma maneira. (Guimarães, 2018, p. 23-24, grifo do autor).

significativa de brasileiros que tem uma língua materna diferente do português, no caso das línguas indígenas, africanas e de imigrantes, que continuam não tendo reconhecimento.

2.1 As línguas indígenas e seus falantes

O Brasil é um país onde convivem inúmeras línguas, mas que tem a língua portuguesa, como oficial. Guimarães (2005), afirma que

Esta característica linguística é significada politicamente pela tensão histórica entre um imaginário de unidade, comum a um grande número de países contemporâneos, e uma divisão das línguas e de seus falantes. Esse imaginário de unidade é parte da construção das identidades nacionais modernas (p. 22).

Pensar no multilinguismo brasileiro hoje faz-se necessário antes de considerar a diversidade de línguas indígenas que existiam no Brasil no período que antecede a colonização. Dois aspectos são levados em consideração para estabelecer um número aproximado de línguas nesse período, em conformidade com Rodrigues (1993), que diz o seguinte:

Por ora vamos limitar-nos a estas duas, a do Brasil leste de Cardim e a do interflúvio Tapajós-Madeira, as quais representam regiões bem distintas e situações diferentes de penetração europeia, e vamos utilizar a média aritmética delas, a qual é de 1.175 línguas, para o Brasil no início da colonização (p.91).

Para chegar a esses dados, considerou-se a presença de 76 povos indígenas que habitavam parte do rio São Francisco em encontro com o Rio de Janeiro, e essas informações estão contidas em manuscritos feitos por um padre jesuíta, Fernão Cardim, no século XVI. Cardim (1993) levou em consideração precisamente a identidade ou a distinção entre as línguas faladas entre esses povos, destacando que a junção de todas as línguas resultava em 65, sem considerar a língua dos indígenas tupinambás (que incluem os tupiniquins, caetés, potiguaras, tamoios etc.). A língua tupinambá era a língua usada para estabelecer contato com os portugueses. Vale ressaltar que, mesmo considerando a vasta diversidade de povos originários presentes na costa atlântica, um aspecto chama atenção na colonização europeia que não se limita apenas à portuguesa, já que houve tentativas francesas em priorizar o conhecimento da língua dos tupinambás, ou seja, sempre que havia a necessidade de se comunicar com uma língua indígena, a escolhida era a língua dos tupinambás, que chegou a ser documentada por José de Anchieta no fim do século XVI. Para a comunicação com povos que não usavam a língua dos tupinambás havia intérpretes indígenas. Segundo Nantes (1709, *apud* Rodrigues, 2005, p.35),

Uma consequência dessa situação é que, durante os três séculos do período colonial fizeram-se gramáticas e dicionários de somente três línguas indígenas: do próprio tupinambá, de que foram feitas duas (Anchieta, 1595, e Figueira, 1621), da língua kirirí (Mamiani, 1699) e da língua dos Maramonins ou Guarulhos. Desta última, elaborada pelo Padre Manuel Viegas com o auxílio do Padre Anchieta, estão, entretanto, perdidos todos os manuscritos (gramática, vocabulário e catecismo). As gramáticas do tupinambá e do kirirí foram publicadas nos séculos XVI e XVII e, assim, sobreviveram e puderam ser reproduzidas em novas edições (a de Figueira já no século XVII, as de Anchieta e Mamiani só no século XIX), mas a de Viegas não foi publicada e se perdeu, assim como seus outros trabalhos sobre a língua. [...] ainda não se tem notícia sobre a possível sobrevivência de manuscritos de gramática e dicionário dos capuchinhos franceses que atuaram no fim do século XVII e no início do XVIII no rio São Francisco, junto a um povo estreitamente aparentado aos kirirís, o povo dzubukuá, em cuja língua Frei Bernardo de Nantes publicou um catecismo.

Diante dessas informações, podemos observar a diversidade de línguas que conviviam no início da colonização do Brasil e que, por razões diversas, foram se perdendo com o passar do tempo, aspecto que será abordado mais adiante.

Atualmente, o número de línguas indígenas vivas no Brasil não ultrapassa 160. Esse número pode oscilar para mais ou para menos, em razão da não precisão na diferenciação entre algumas línguas e dialetos. A Funai, que acompanha a presença de povos indígenas ainda isolados, considera que podem existir aproximadamente 20 grupos na situação de isolados; dessa forma, esses grupos podem falar línguas de outros povos já conhecidos, assim como podem usar línguas que ainda são desconhecidas. Com avanço dos registros acerca das línguas indígenas brasileiras, elas passam a ser organizadas em famílias genéticas, classificação que é científica, baseada na natureza genética dos falantes. Trata-se daquelas línguas que apresentam evidências de ter se originado de uma mesma língua ancestral.

Na atualidade, são reconhecidas 43 famílias indígenas, e algumas delas integram apenas uma língua, reconhecida como “língua isolada”. Esse isolamento é frequentemente consequência de acidentes históricos e, no caso das línguas brasileiras, possivelmente decorre do processo de colonização, que extinguiu os falantes de diferentes línguas que pertenciam à mesma família.

Uma particularidade significativa entre algumas famílias diz respeito a características compartilhadas similares que possivelmente podem ser justificáveis por uma ancestralidade comum a uma mesma família. Nesse sentido, propõe-se uma categoria genética mais ampla e com maior extensão temporal: o tronco linguístico. No Brasil, é reconhecido um tronco linguístico bem consolidado, chamado Tupi, que inclui dez famílias linguísticas. Há, ainda, outro tronco linguístico, de caráter ainda bastante hipotético, chamado Macro-jê que inclui doze famílias linguísticas.

De acordo com Rodrigues (2005), a diminuição da quantidade de línguas indígenas ao longo de 500 anos de exploração é resultado de um sistema de colonização devastador e permanente que persiste até hoje, sem ter sido interrompido mesmo com a independência política do país no início do século XIX, tão pouco com a promulgação da “Constituição Cidadã”, de 1988, que foi a primeira constituição a admitir os direitos indispensáveis dos povos originários, incluindo direitos linguísticos. A atual Constituição Federal tem exercido papel determinante no sentido de promover os avanços expressivos para as comunidades indígenas em diversas áreas, incluindo o acesso a projetos educacionais mais direcionados e que valorizem suas línguas nativas. Apesar disso, ainda persiste uma grande hostilidade e agressão impulsionadas não apenas por cobiça de caráter econômico, como pela falta de conhecimento acerca da riqueza cultural do país. Assim, fica evidente o cenário crítico em que se encontra grande parte das línguas indígenas, que sofrem grande risco de desaparecimento.

Segundo Rodrigues (2005), no contexto global, é amplamente considerado que qualquer língua falada por menos de 100 mil pessoas enfrenta sérios obstáculos para sua sobrevivência e exige cuidados específicos. No Brasil, não há uma língua indígena que ultrapasse 40 mil falantes, considerando que a língua que tem mais falantes é a Tikúna, falada na região do Alto Solimões, no estado do Amazonas, que não excede o limite de 30 mil. Contudo, a situação mais preocupante reside nas línguas minimamente minoritárias em que a população não excede a 1.000 pessoas. Isso corresponde a 76% das línguas indígenas brasileiras. Ainda vale destacar os casos em que o número de falantes não corresponde ao número total da população da etnia, ou seja, a quantidade de falantes é bem inferior. Esse fato nos leva a observar que mais de 40 línguas¹⁴, ou seja, mais de 25% das línguas indígenas, que ainda estão vivas no Brasil tem o número inferior a 100 falantes cada, e, entre essas, aproximadamente 30 línguas contam com menos de 20 falantes cada. Isso indica um fato extremamente preocupante que pressupõe uma iminente extinção de um número significativo de línguas num futuro próximo.

Para compreender a vitalidade de uma língua, segundo D’Angelis (2014), alguns indicadores são tomados como referência. A extensão da comunidade de falantes de uma língua é um dos aspectos que interfere na sua vitalidade. Ao observar a média de 160 línguas indígenas vivas no Brasil, é importante considerar o seguinte: aproximadamente 55 línguas – o que equivale 34,3% – tem o número inferior de 200 falantes, e outras 30 línguas – correspondente a 18,7% – tem aproximadamente 200 a 500 falantes. A junção dos dois grupos sinaliza um fato

¹⁴Fontes: FUNASA, FUNAI, ISA, UNESCO, CIMI 2010-2012.

alarmante que demonstra que mais de 50% das línguas indígenas brasileiras têm menos que 500 falantes cada uma, e isso equivale a quase 70% dessas línguas que têm menos que mil falantes.

A importância de se considerar a quantidade de falantes como critério deve ser tomada em sua proporção relativa, pois o que precisa ser considerado não é a quantidade de falantes, e, sim, o percentual de falante da população total da etnia. Mais um critério significativo para identificar as línguas minoritárias é o aspecto sociolinguístico que corresponde ao que pode se denominar “capacidade reprodutiva” da língua. Os componentes que fazem parte desse cenário sociolinguístico são os seguintes: i) a relação da quantidade de falantes nativos da língua e o número completo de integrantes da comunidade em que aquela língua é o idioma dos antepassados; ii) a relação de faixa etária dos falantes nativos da língua; iii) a proporção de falantes que tem a língua como materna e a sua classificação entre homens e mulheres; iv) a presença ou ausência do desenvolvimento da leitura e da escrita na língua em estudo; v) a maneira como o uso linguístico acontece nos diferentes contextos, sociais, entre outros. Uma representação real, nesse sentido, pode ser observada no caso da língua Trumai e a língua Kaingang, que, conforme D’Angelis (2014), têm como falantes aproximadamente entre 50 e 60% correspondente ao total da população da etnia. O que diferencia as duas é, no que se refere à língua Trumai, os não falantes da língua são os jovens, e isso implica dizer que a língua não mais é transmitida intergeracionalmente, ou seja, entre as diferentes gerações. Quanto à língua Kaingang, 40% (oscilando um pouco para mais) não usam (falam) a língua, situação que ocorre em famílias e até mesmo aldeias por completo. No entanto, essa língua se mantém viva em outras dezenas de comunidades quase completamente.

Mais um aspecto decisivo para a vitalidade das línguas minoritárias é o posicionamento dos falantes quanto a ela e à língua majoritária, ou seja, as “atitudes linguísticas” das pessoas que constituem a comunidade minoritária. Línguas que são validadas como oficiais pela própria comunidade de falantes (aquelas que a comunidade considera como a identidade da etnia) são as que certamente têm bem mais oportunidade de se manter vivas, ou seja, tem maior vitalidade. De forma bastante genérica, a maneira socioeconômica da comunidade falante é mais um fator significativo para a vitalidade da língua, pois a imagem ou valor social que essa comunidade tem em meio a sociedade majoritária contribuirá desativamente para a sobrevivência ou morte dessa língua determinada. Segundo D’ Angelis (2014, p.4),

De um ponto de vista bastante genérico, um outro fator relevante para a vitalidade de uma língua é a condição socioeconômica da comunidade falante (ou de uma parcela bastante significativa dela, e não de indivíduos isolados) e a representação ou imagem dessa comunidade no conjunto da sociedade majoritária. Costumo dizer que, se os Kaingang fossem um povo rico, haveria restaurantes especializados em comidas como

bolo de milho azedo e coró de palmeira. Mas eles não são um povo rico (apesar de, hoje, já existirem vários caciques corruptos e, eles sim, viverem muito bem). Muito diferente é a situação do povo francês e do povo japonês, e sua valorização no Brasil. Basta ver que as pessoas vão a finíssimos e caros restaurantes “franceses” para consumir *escargot*, que é um primo da lesma e do caracol; ou a restaurantes “japoneses” para comer peixe cru.

O denominado “preconceito linguístico”, antes de ser um preconceito pela maneira como as pessoas falam, na verdade é um preconceito contra a forma como determinadas pessoas ou comunidades falam em função de suas origens. Ou seja, o preconceito econômico, social e étnico é o que reproduz e faz perpetuar o preconceito linguístico.

O preconceito sofrido pelos povos indígenas é uma prática que teve origem desde a colonização do Brasil, quando os povos originários foram os primeiros a serem escravizados na agricultura, assim como na construção dos engenhos de açúcar. Os estudos que abordam as consequências, assim como a permanência dessa escravidão, ainda não têm visibilidade. Portanto, grande parte dos problemas vivenciados pelos indígenas na atualidade é consequente dessa escravização do passado. Vale ressaltar que essa forma de exploração não ficou no passado e, como nunca foi reprimida, ela se faz muito presente nas fronteiras agrícolas e nos subempregos em lavouras, de maneira mais contínua, no Mato Grosso.

Essa exclusão foi reconhecida nas intenções com que foi criada a política de cotas e ações afirmativas para as faculdades, com vista a reparar a violência histórica que essas minorias vivenciaram, durante muitos anos como comentado no excerto a seguir:

Na Comissão Nacional da Verdade que investigou os crimes da ditadura, a violência contra os povos Ameríndios ficou relegada a textos temáticos, em um relatório reduzido diante das violações e das próprias conclusões iniciais de que ao menos 8350 pessoas ameríndias foram mortas. Tampouco tiveram estas populações participação direta na elaboração do relatório, que contou com apenas uma pessoa indígena entre trinta pesquisadores “aliados” e “intermediários” (Scimago Institutions Rankings, s/d).

Crimes de tamanha proporção tiveram a devida repercussão, tampouco a visibilidade necessária, em uma sociedade em que o preconceito sofrido por esses povos é mascarado de todas as formas. Esse tipo de preconceito tende, na grande maioria das vezes, a ser disfarçado. No entanto, não faltam declarações públicas de autoridades políticas reafirmando o mesmo. Podemos mencionar o ex-presidente Bolsonaro, autor de diversas falas públicas preconceituosas, no início do governo dele, quando se tornou frequente a agressividade e ataques contra os povos indígenas, a desestruturação da FUNAI e do subsistema de saúde indígena, e a incitação ao ódio contra os indígenas. O preconceito contra povos indígenas se caracteriza por meio de uma violência estrutural que marca o cotidiano desses povos de Norte a Sul do Brasil.

A existência de uma tradição escrita, segundo D'Angelis (2014), é um fator considerável para a vitalidade das línguas, e isso não significa que a escrita seja melhor ou se sobreponha à tradição oral; mas certamente porque a escrita possibilita entender a posição em que as comunidades indígenas minoritárias estão em relação à sociedade brasileira, já que o que sustenta as línguas majoritárias nos lugares em que ocupam é exatamente seu uso escrito.

Em suma, D'Angelis (2014), afirma que esse cenário é preocupante e demanda uma missão de extrema importância que exige brevidade de estudo específico que promova à documentação, análise, compreensão e classificação teórica das línguas indígenas, uma vez que grande parte delas só existe no Brasil. Também é de extrema importância priorizar a implementação de medidas que assegurem às comunidades indígenas as condições cabíveis para manutenção e transmissão de suas línguas às gerações futuras.

O registro científico das línguas é algo que se faz necessário diante da situação que ameaça a sobrevivência de inúmeras delas. Para realizar a documentação de uma língua, é necessário observá-la com base na escrita. Rodrigues (2005) considera que

As línguas são objetos fugidios, cujas manifestações faladas são momentâneas e se sucedem em alta velocidade, de modo que sua observação e sua análise científica dependem normalmente de uma fixação. Esta é obtida mediante a escrita, que se desenvolve primeiramente como fiel transcrição fonética dos enunciados ouvidos pelo pesquisador, frequentemente gravados eletronicamente para poderem ser repetidos com precisão, e progride para uma representação fonológica mais abstrata, que permite registrar com fidelidade os dados relevantes para a análise gramatical e a interpretação semântica (p.36).

O linguista que desenvolve esse tipo de estudo precisa estar em contato com falantes nativos da língua, de modo especial para as línguas que ainda não são conhecidas. Esse é um procedimento que exige aproximadamente quatro anos de pesquisa ou mais, isso em condições satisfatórias, para só assim obter uma gramática e um dicionário com qualidade que seja capaz de apresentar um vocabulário vasto que inclua 100% do domínio semântico importante da cultura nativa. Ainda vale ressaltar que ,para desenvolver a documentação de uma língua indígena, que é culturalmente peculiar, é necessário que o linguista também detenha um certo conhecimento etnológico, uma vez que a pesquisa também é de tal forma etnológica. E ,em razão da quantidade significativa de línguas faladas pelos povos indígenas do Brasil e a séria ameaça de extinção que paira sobre grande parte delas, é essencial que haja um número significativo de pesquisadores dedicados de forma contínua e em condições favoráveis para documentá-las. Esse é mais um problema que as línguas indígenas brasileiras enfrentam, conforme enfatiza Rodrigues (2005), pois não há incentivo necessário para fomentar a pesquisa, assim como não há formação de pesquisadores para trabalhar com essas línguas.

3 O MEME E A LÍNGUA EM FUNCIONAMENTO

Nesta seção, apresentamos a categoria textual meme, do qual apresentaremos um recorte histórico situando-o no seu contexto de criação.

3.1 Recorte histórico

O meme¹⁵ é uma criação do escritor Richard Dawkins, em seu livro *The Selfish Gene* (*O gene egoísta*, lançado em 1976). Trata-se de um mesclado de informações que podem se replicar tanto no inconsciente coletivo quanto em livros. O resumo do livro sobre meme considera o capital cultural que ele é capaz de reproduzir. Pode ser caracterizado como uma ideia, um conceito ou qualquer outra informação que possa ser transmitida rapidamente. O estudo desse conceito é denominado memética.

No que se refere ao ambiente digital, memes de internet são usados para caracterizar uma ideia ou conceito que se difunde através da *web*¹⁶ rapidamente. O meme pode se estar contido numa frase, num *link*¹⁷, vídeo, ou *site*¹⁸, imagem, entre outros. Também podem se difundir por meio de *e-mails*¹⁹, *blogs*²⁰, *sites* de notícia, redes sociais e demais portadores de textos. É frequente que os memes sejam considerados virais, uma vez que favorecem a propagação de uma marca, serviço, ideologia e até forma de preconceito e discriminação. Existem ainda os memes que produzem e divulgam conteúdo, como o TED Talks. Os memes de internet são fortemente estudados por profissionais de relações públicas, publicidade e marketeiros, que neles veem a possibilidade de tirar alguma vantagem. Para os comerciantes, os memes também são utilizados como ferramenta de divulgação.

Existe uma infinidade de tipos de memes. Há até mesmo sites próprios dedicados a esse tema, como o *Know Your Meme* (conheça seu meme), que classificam alguns deles e os caracterizam. Entre os inúmeros memes, destacam-se aqueles que geralmente são construídos com frases, frequentemente acompanhadas de figuras, com informações em tom jocoso e com trocadilhos. Em forma de desenhos, podem constituir-se de imagens com traços caricatos ou

15Texto originalmente publicado em <https://www.infoescola.com/comunicacao/memes/>. Acesso em 7 jul. 2023.

16Termo usado para designar uma segunda geração de comunidades e serviços oferecidos na internet, tendo como conceito a Web através de aplicativos baseados em redes sociais e tecnologia da informação.

17Palavra em inglês que significa elo, vínculo ou ligação. No âmbito da informática, link pode significar hiperligação;

18No contexto das comunicações eletrônicas, website e site têm o mesmo significado e são utilizados para fazer referência a uma página ou a um agrupamento de páginas relacionadas entre si, acessíveis na internet por meio de um determinado endereço;

19E-mail ou correio eletrônico é um sistema que possibilita o envio e recebimento de mensagens pela internet;

20São páginas online, atualizadas com frequência, que podem ser diários pessoais, periódicos ou empresariais.

fotos ajustadas a desenhos. Os memes também são conhecidos como fenômenos da internet – com milhões de acessos em apenas poucas horas – que estabelecem força e espaço na *Web* velozmente.

O tempo de existência de um meme na internet pode ser duradouro, imortal, mas também pode ser efêmero, assim como seu conteúdo, que pode estar sujeito a desenvolver no decorrer do tempo. Isso se dá porque, uma vez que surge na web, a informação está vulnerável a críticas pejorativas ou elogios das mais diversas formas. A principal característica do meme reside na capacidade de ser feito por qualquer pessoa em qualquer momento.

Em suma, os memes podem se fazer representar por informações, ideias, áudios, e vídeos que viralizam na internet com linguagem própria das redes sociais.

3.2 Métodos de análise

Nesta seção, abordamos os procedimentos de análise de texto baseados na Semântica da Enunciação, concebida por Guimarães (2012, 2018). Desse modo, explicamos a maneira como os sentidos se relacionam com as noções de acontecimento enunciativo e argumentação. Para tanto, apresentamos a análise de texto que pertence à categoria meme publicado em páginas do Facebook.

Em meio à diversidade textual existente na atualidade, observamos que o meme apresenta recursos diversos, bem como finalidades distintas, especialmente a de entreter.

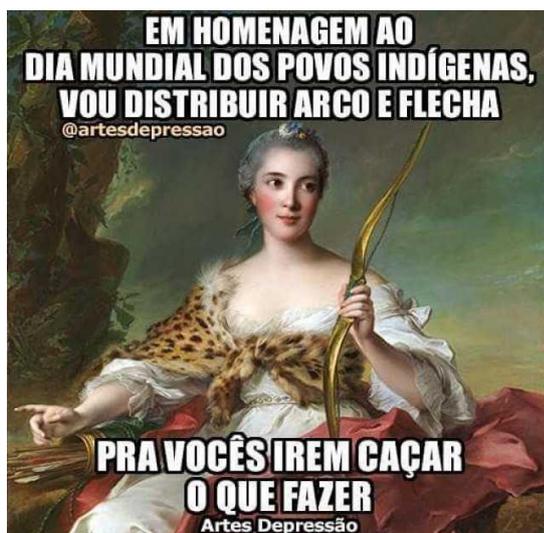
Texto digital que associa imagem e expressões de uma personagem com texto verbal, o meme utiliza a linguagem conotativa e metafórica, com intuito de provocar reflexão e, às vezes, humor. Em virtude de sua disseminação nas redes sociais, os memes tornam-se virais à medida que circulam rapidamente por um determinado tempo. Assim, o meme é lugar de produção de sentido.

É preciso considerar que a descrição e análise do meme realizada a seguir foram feitas considerando um público-alvo formado por alunos do 9º ano do Ensino Fundamental, o que explica a adequação da linguagem adotada nesse trabalho.

3.3 A análise

Analisaremos algumas relações dos sentidos que estão sendo mobilizados em um meme em circulação no Facebook, que menciona o indígena, considerando o acontecimento enunciativo da produção e divulgação desse texto.

Figura 6 – Post de Facebook



Fonte: Facebook²¹

Esse meme foi produzido com base na pintura de Jean-Marc Nattier²² e publicado na página “Artes Depressão”. Ao observarmos o perfil da página, verificamos que ela aborda temas polêmicos em circulação na sociedade e levanta questionamentos e reflexões a respeito desses temas. Apresenta-se como um lugar de divulgação de críticas à discriminação, desigualdades e exclusões sociais, culturais, religiosas etc.

Uma possível descrição da imagem nos permite observar que o meme é constituído da pintura de uma mulher sentada em um lugar que denota local de autoridade, de poder. Essa mulher tem um olhar voltado para a esquerda, como se estivesse se dirigindo a alguém; está trajando um vestido branco, com a sobreposição de uma pele de animal, que parece ser um tigre, e de uma saia vermelha. Essa mulher tem um arco na mão esquerda e algumas flechas debaixo do seu braço direito.

O meme em circulação na referida página do Facebook fala do indígena, em um cenário que pretende apresentar uma homenagem, em 9 de agosto, ao dia mundial dos povos indígenas²³, o que está explicitado na seguinte frase: “Em homenagem ao dia mundial dos povos indígenas, vou distribuir arco e flecha pra vocês irem caçar o que fazer.” Nesse conjunto de

²¹Disponível em: <https://www.facebook.com/ArtesDepressao/>. Acesso em: 17 jul. 2023.

²²Pintor francês, nascido em Paris, filho de Marc Nattier, um retratista, e de Marie Courtois, uma miniaturista, deteve sucesso em meio à nobreza por conta da capacidade que tinha de embelezar os modelos ao mesmo tempo em que lhes preservava a semelhança, e os ambientes evocativos da antiguidade clássica onde inseria as figuras, muitas vezes trajadas como divindades greco-romanas ou personagens da tradição antiga. O artista tem obras nos mais importantes museus e coleções do mundo.

²³Em 23 de dezembro de 1994, a Assembleia Geral das Nações Unidas decidiu, em sua resolução 49/214, que o Dia Internacional dos Povos Indígenas do Mundo deve ser em 9 de agosto de cada ano – data que marca a primeira reunião, em 1982, do Grupo de Trabalho das Nações Unidas sobre Populações Indígenas.

enunciados, há um Locutor (aquele que diz/fala) que, ao propor uma “homenagem ao dia mundial dos povos indígenas”, refere-se a um Locutário (aquele para quem se fala) não indígena, visto que se propõe a “distribuir arco e flecha” (que são instrumentos de caça e proteção dos povos indígenas), ação seguida pelo enunciado “para vocês irem caçar o que fazer”.

Desse modo, temos o enunciado (1): “Em homenagem ao dia mundial dos povos indígenas, vou distribuir arco e flecha”, que pode ser parafraseado por (1a): Existe um dia mundial para homenagear os povos indígenas e (1b): em razão dessa data, vou distribuir arco e flecha. Podemos fazer a seguinte análise: existe um dia para homenagear os povos indígenas, por isso, vou distribuir arco e flecha. Com isso, podemos observar que (1a) constitui argumento para (1b). Dessa forma, existem dois lugares de dizer, em que um deles é um enunciador individual, que fala “vou distribuir arco e flecha” e o outro, um lugar de enunciador universal, que diz do lugar da verdade inquestionável, ao afirmar que “existe um dia mundial para homenagear os povos indígenas”.

O enunciado (2) “pra vocês irem caçar o que fazer” não produz sentido sozinho, pois se articula por dependência com o enunciado (1) “em homenagem ao dia mundial dos povos indígenas, vou distribuir arco e flecha (2) pra vocês irem caçar o que fazer”,”. Esse enunciado pode ser parafraseado da seguinte forma: (1a) Existe um dia mundial para homenagear os povos indígenas; (1b) em homenagem a essa data, vou distribuir arco e flecha; (2a) serão distribuídos arco e flecha pra vocês procurarem alguma ocupação. Isso nos remete a uma possibilidade de sentidos, em língua portuguesa, de que as pessoas “estão muito desocupadas”, “estão falando demais”, “estão falando muita besteira”. Como esse enunciado está relacionado à homenagem ao “dia mundial dos povos indígenas”, é possível considerar que o acontecimento enunciativo traz como memorável as posições negativas em relação aos povos indígenas, sustentadas desde a colonização.

É possível compreender que há um Locutor que diz do lugar social de alocutor-crítico social e, ao dizer, institui o lugar de alocutário-colonizador ou não-indígena. Infere-se também que os indígenas têm um modo próprio de viver e que são dignos de respeito e homenagem; que “arco e flecha” são instrumentos importantes e que fizeram e ainda fazem parte do modo de sobrevivência de muitos povos indígenas.

Considerando que o dizer se dá do lugar de alocutor-crítico social e que fala ao alocutário-colonizador, para quem se pretende distribuir arco e flecha em homenagem aos povos indígenas, esse alocutor-crítico social apresenta um enunciador-individual que distribuirá “arco e flecha”, mas também um enunciador-universal, que afirma do lugar da verdade

inquestionável, ou seja, que “existe um dia mundial para homenagear os povos indígenas”. O que diz o enunciador-universal sustenta o argumento do enunciador-individual e a posição de alocutor-crítico social, que diz dos povos indígenas ao alocutário-colonizador.

Em outras palavras, o modo como os sentidos se articulam na língua, como foi exposto anteriormente, direciona a argumentatividade, que indica a relevância de “distribuir arco e flecha em homenagem aos povos indígenas”. Este é, então, o argumento para o alocutário-colonizador: é preciso conhecer os povos indígenas, suas culturas, suas histórias, seus modos de vida e de se posicionar em relação à vida; é preciso conhecer antes de questionar.

A cena enunciativa é constituída por uma distribuição de línguas que não é igual, visto que temos a presença da linguagem coloquial em “pra vocês”, embora a linguagem formal seja predominante no texto. Conforme Guimarães (2018, p. 26) “não se trata, portanto, de dizer que há línguas que entram em contato umas com as outras. Trata-se de considerar que há uma relação de línguas a línguas, de línguas a falantes e de falantes a falantes” em que há línguas que se sobrepõem às outras, como no meme analisado, em que a linguagem formal se sobrepôs à coloquial. Isso significa que conhecer a diversidade possibilita concordar com ela ou não e, assim, utilizá-la ou não.

4 PROPOSTA DE ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA PELO VIÉS SEMÂNTICO-ENUNCIATIVO

Os textos selecionados para o desenvolvimento da presente proposta de ensino constam na página “Artes e Depressão”, do Facebook, em vídeos veiculados no You Tube, num vídeo postado por uma professora na página dela do Facebook, no livro *Mundurukando - sobre vivências, piolhos e afetos: roda de conversa com educadores*” Daniel Munduruku. O filme “Xingu²⁴” também foi escolhido para integrar este trabalho. As atividades aqui propostas estão divididas em três movimentos de acordo com um planejamento organizado para ser desenvolvido em conformidade com as condições de ensino e aprendizagem de uma turma de 9º ano do ensino fundamental.

Elaboramos uma proposta de ensino de linguagem que tem como embasamento teórico-metodológico a Semântica da Enunciação, de forma a possibilitar o estudo da língua em funcionamento e, assim, disponibilizar aos professores sugestões/orientações de leitura e análise de texto sob a perspectiva teórica de Guimarães (2012, 2018), que explora o funcionamento enunciativo do texto. Dessa forma acreditamos estar criando maneiras inovadoras de ensinar a ler, escrever e analisar textos.

As atividades estão estruturadas em oficinas, que serão organizadas de modo a permitir que os alunos entrem em contato com textos e com um filme. O objetivo é que eles possam explorá-los e analisá-los, para então produzir seus próprios textos com base nas questões levantadas.

Conforme Guimarães (2012, p. 170), a instituição educacional precisa fomentar o pensamento científico e estimular a análise de textos como base para o estudo por meio de “atividades capazes de desenvolver nos alunos, em cada nível; a capacidade de compreender um texto, poder pensar sobre ele, poder falar sobre ele; e a capacidade de produzir textos, os mais diversos, nas condições as mais diversas.”

As atividades semântico-enunciativa podem ser usadas nos diferentes níveis de ensino, com objetivo de desenvolver a habilidade de compreender textos e refletir sobre os sentidos em funcionamento nesses textos, a fim de aprimorar a competência leitora, que permite entender o

²⁴Xingu é um filme brasileiro de 2011, dirigido por Cao Hamburger e roteirizado por ele, Elena Soárez e Anna Muiyaert. Estrelado por João Miguel, Felipe Camargo e Caio Blat, o filme conta a trajetória dos irmãos Villas-Bôas a partir do momento em que se alistam para a Expedição Roncador-Xingu, parte da Marcha para o Oeste de Getúlio Vargas, em 1943.

funcionamento enunciativo do texto e, assim, avançar de maneira significativa na competência escritora dos alunos.

Um aspecto muito importante a ser levado em conta para nas atividades de compreensão de texto, conforme Guimarães (2012, p. 172) é “que não se deve também considerar como central a questão dos gêneros textuais. Isso seria colocar a problemática do texto sob a perspectiva do plano do ensino normativo do texto e não do seu funcionamento”. Ou seja, o ensino do texto não pode atender a uma padronização particular, fechada.

4.1 Uma proposta de intervenção para o ensino de língua portuguesa segundo a semântica da enunciação.

A proposta do objeto metodológico de intervenção de ensino é fruto de procedimentos de ensino de análise de textos, elaborado por Eduardo Guimarães no livro *Análise de texto, procedimentos, análise, ensino*, (Guimarães, 2012). Nesse livro, são apresentados movimentos e passos de análise de texto que tomamos como referência para o desenvolvimento de nossa proposta. Com o intuito promover o ensino da argumentação, propomos abordar com os alunos, de forma introdutória, as noções de “espaço de enunciação” e “cena enunciativa” na análise de meme, charge e filme que abordem/apresentem a condição de negatividade a que o indígena foi submetido ao longo da história, a partir de uma posição colonialista (eurocêntrica) do não-indígena.

4.2 Identificação da proposta de ensino

Em conformidade com os objetivos do mestrado e com o intuito de alcançar o propósito geral desta pesquisa, que é desenvolver as habilidades de leitura e de interpretação/análise de textos, adotamos esta perspectiva de trabalho visando à compreensão do funcionamento da argumentação associada ao conhecimento socio-histórico, tendo como base o aporte teórico da Semântica da Enunciação. Para atingir esses objetivos, foi desenvolvida uma proposta de ensino de língua portuguesa, com ênfase na argumentação. Este capítulo apresenta os aspectos fundamentais da proposta, o objeto metodológico, os objetivos e os processos metodológicos adotados.

Para colocar em prática a nossa proposta de ensino, usamos os recursos já mencionados e, com os materiais previamente planejados e organizados, estruturamos as atividades de teoria, análise e prática em diversas etapas, de acordo com procedimentos propostos para implementação, sob uma perspectiva enunciativa adequada para o Ensino Fundamental II, mais

precisamente para o 9º ano, usando os procedimentos de análise de texto propostos por Guimarães (2012-2018).

As atividades foram desenvolvidas em formato de oficinas, as quais foram estruturadas de modo que os alunos possam entrar em contato com textos de diferentes categorias, com o objetivo de estudá-los, analisá-los e, com base nisso, produzirem seus próprios textos, de acordo com a temática sugerida sempre relacionada aos povos indígenas da Amazônia.

Em conformidade com Guimarães (2012) a escola deve promover o pensamento científico e incentivar a análise e o estudo com textos a partir de atividades capazes de desenvolver nos alunos, em cada nível a capacidade de compreender um texto, poder pensar sobre ele, poder falar sobre ele; e a capacidade de produzir textos, os mais diversos, nas condições as mais diversas.

Nessa perspectiva, compreendemos que atividades de natureza enunciativa e discursiva podem ser implementadas em todos os segmentos de ensino, de forma a desenvolver a habilidade de reflexão sobre o texto, de compreensão, de discussão, assim como a competência de produzir uma vasta diversidade de textos em diversas condições.

Dessa forma, seguimos o procedimento de análise de texto proposto por Guimarães (2012-2018), em que o professor, para orientar os alunos a analisar um texto específico, deve antecipadamente ter praticado essa análise. Em função disso, no segundo capítulo desta dissertação, analisamos o funcionamento semântico-enunciativo de um meme com a temática indígena, tendo em vista conceitos essenciais para essa análise, como espaço da enunciação, cena enunciativa e argumentação.

Os momentos de análises da presente proposta são uma série de movimentos e passos, assim nomeados por Guimarães, que consistem em atividades que devem ser feitas em um primeiro momento pelo professor e, em seguida, pelos alunos. Fica a critério do professor, com base no perfil e necessidade da turma, decidir se vai realizar apenas alguns movimentos ou todos. Vale aqui ressaltar que, considerando que as atividades foram construídas para serem colocadas em prática em turmas de 9º ano, não cabe explicar conceitos tal qual Guimarães apresenta. Preferimos adaptá-los a uma linguagem que se aproxime o máximo do nível de compreensão dos alunos, de modo a garantir o melhor entendimento do funcionamento enunciativo da linguagem.

Realizaremos um diagnóstico, no início das oficinas, como ferramenta que nos trará informações acerca do potencial de leitura e análise de texto de cada aluno, para com isso verificar os pontos fortes e as dificuldades que eles possam apresentar. No decorrer das oficinas, observaremos a progressão da compreensão e das habilidades de produção dos alunos na

realização das atividades, para, assim, buscar analisar os avanços produzidos e identificar quaisquer lacunas que estejam dificultando alcançar os objetivos da proposta de ensino. Apresentaremos as discussões durante as aulas e os resumos produzidos como feedback pontual sobre o desempenho dos alunos.

1) Movimento 1- Apresentação do texto aos alunos

Apresentar aos alunos um texto, no caso o meme “Em homenagem ao dia mundial dos povos indígenas” demonstrando uma análise inicial sustentada pela teoria da Semântica da Enunciação e realizada pelo(a) professor(a).

Orientar a turma a respeito do tema que será abordado, por meio da apresentação do texto já analisado.

1.1 Passo 1- A colonização do Brasil	
Objetivo	Escutar os alunos para entender a percepção deles sobre o processo de colonização do Brasil e, a partir disso, traçar propostas a serem discutidas.
Tempo estimado	2 aulas de 45 minutos
Metodologia	1-Comece a aula iniciando uma conversa com os alunos sobre a chegada/invasão dos portugueses ao Brasil e o que esses alunos compreendem sobre esse evento. Pergunte se alguém se reconhece indígena e o que eles entendem/sabem a respeito dos povos indígenas. Importante: professor, se você souber que tem algum aluno indígena você não pode falar ou fazer qualquer tipo de interferência, apenas ouvir, observar e registrar; intervenha somente se houver algum desrespeito, fala preconceituosa que possa afetar as crianças. 2- Ao término da conversa, peça que os alunos escrevam um resumo dos aspectos mais relevantes da aula e em relação à compreensão deles no que se refere à chegada dos portugueses e aos povos indígenas.

Fonte: Elaborado pela autora.

1.2 Passo 2- O processo de colonização do Brasil sob uma perspectiva indigenista	
Objetivo	Apresentar aos alunos conceitos introdutórios sobre a Semântica da Enunciação tais como: enunciado, enunciação, lugar social de dizer e espaço de enunciação; Promover uma conversa sobre o processo de “colonização” do Brasil, visando à compreensão do espaço de enunciação brasileiro.
Tempo estimado	2 aulas de 45 minutos
Metodologia	1) Construindo conceitos: Diga aos alunos que todas as vezes que falamos ou escrevemos algo e que somos compreendidos pelos falantes

	<p>da mesma língua, estamos produzindo, construindo enunciados e que esses enunciados podem ser repetidos em momentos diferentes; que ao enunciar sempre falamos de um lugar social, como mãe/pai/irmã(ão)/amigo/professor/aluno/polícia/presidente... [exemplificar]); que a produção do enunciado é chamada de enunciação, o que significa dizer que a enunciação é o acontecimento da fala ou da escrita, em outras palavras, sempre que falamos ou escrevemos algo estamos enunciando e assim construindo enunciados.</p> <p>2) Escreva no quadro enunciados como: “a chegada dos portugueses” e a “invasão dos portugueses” ao Brasil e converse com os alunos a respeito desses dois enunciados. Oriente-os a analisar as diferentes posições quando se referem à “chegada” ou “invasão” dos portugueses ao Brasil. Peça que eles comentem quais são essas diferentes posições. Posteriormente, explique que, a partir desses enunciados, é possível observar diferentes posições enunciativas para se referir ao processo de colonização do Brasil. Isso é observado a partir dos diferentes lugares sociais de fala, como, por exemplo, o lugar de dizer do colonizador e o lugar de dizer do colonizado. Diga que esses enunciados circulam/funcionam no espaço de enunciação brasileiro e que esse espaço exclui o indígena. Essa exclusão acontece de diversas formas, entre as quais podemos citar a história da colonização brasileira, que só é contada sob a perspectiva do colonizador e o não uso das línguas indígenas nesse espaço de enunciação, entre outros.</p> <p>3) Convide o professor de história para discutir a maneira como se deu a “colonização” do Brasil, abordando aspectos como: as pesquisas frequentes realizadas pelos portugueses, sua chegada ao território brasileiro, objetivos, a presença dos indígenas no Brasil e a origem do termo “índio” para se referir aos povos nativos, a diversidade de línguas existentes no Brasil, a comunicação entre indígenas e colonizadores e os sentidos de “civilização” nessa relação.</p> <p>Em seguida, pode ser usado o livro <i>Mundurukando 2</i>, para ampliar os conhecimentos acerca da temática, e o texto “A língua portuguesa em território brasileiro e sua relação com outras línguas²⁵”</p> <p>Lembre aos alunos que toda história não tem apenas uma versão; Por isso, faz-se imprescindível que eles conheçam e se apropriem da história da colonização do Brasil sob uma perspectiva indígena para, assim, conhecerem outras narrativas que possibilitarão quebrar a linearidade histórica, desprendendo-se da ideia (visão) de história única. Para melhor entendimento do perigo da história única, apresente para a turma o vídeo “Ted – o perigo de uma história única – chimamanda adichie”, dublado em português</p>
--	---

²⁵ Material elaborado pela autora

		
<p>Fonte: YouTube ²⁶</p> <p>4-Solicite que os alunos escrevam um texto comentado sobre o perigo de uma história única, numa referência ao processo de colonização do Brasil, considerando as diferentes posições sociais para se referir e sustentar essa história.</p> <p>5-Para aula seguinte, peça aos alunos que, em equipe de 3 ou 5, pesquisem textos, tanto verbais quanto não verbais, relacionados ao tema indígena, nos quais seja possível observar e apresentar os lugares sociais em alguns enunciados. Pode ser em quaisquer memes, tirinhas ou outros ressaltando aqueles que chamarem a atenção. Pergunte se eles conhecem piadas que envolve o indígena. Se sim, poderão trazer para aula.</p>		

Fonte: Elaborado pela autora.

1.3 Passo 3- Os sentidos atribuídos ao indígena	
Objetivo	Estimular a reflexão dos alunos sobre os sentidos mobilizados nos textos a respeito do indígena, em relação ao lugar social do qual está se falando na cena enunciativa.
Tempo estimado	2 aulas de 45 minutos
Metodologia	1) Oriente as equipes a apresentar seus textos para a turma usando slides; 2) Promova uma discussão com a turma usando os textos que os alunos trouxeram sobre a forma como o indígena é abordado em cada texto. Que sentido está sendo atribuído ao indígena? A partir de qual posição estão sendo produzidos esses enunciados selecionados por eles?

Fonte: Elaborado pela autora.

1.4 Passo 4- A direção da argumentação no texto	
Objetivos	Apresentar o texto para a turma e desenvolver uma leitura-reconhecimento, discutindo os sentidos mobilizados no texto;

²⁶ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=qDovHZVdyVQ&t=16s/>. Acesso em 17 jul. 2023.

	Demonstrar o funcionamento da argumentação com base no texto meme;
Tempo estimado	2 aulas de 45 minutos
Metodologia	<p>1) Apresente o texto para os alunos, em slide, ou distribua cópias de material impresso colorido. Em seguida, solicite que eles realizem a leitura individual do texto. Após a primeira leitura, o professor deverá orientar uma segunda leitura já mais pontual a partir da análise anteriormente realizada. Para isso, o mediador destaca alguns aspectos importantes:</p> <p>2) Explique para a turma que as atividades serão desenvolvidas pelo viés da Semântica, que é o estudo do sentido, da significação, o que quer dizer que, quando analisamos alguma coisa, precisamos considerar os sentidos que estão em funcionamento, ou seja, quais sentidos estão sendo produzidos em um texto ou uma imagem. Em seguida, peça que os alunos leiam o texto, meme, abaixo e comente com a turma que esse texto foi retirado da página “Artes e depressão”, do Facebook.</p> <p>Madame de Maison-Rouge como Diana, 1756</p>  <p>Fonte: Facebook²⁷</p> <p>3) Apresente o conceito de argumentação a seguir.</p> <p>Argumentatividade²⁸ é o conjunto de articulações linguísticas no interior do texto. O funcionamento estrutural que compõe a argumentação pode ser percebido nas conjunções assim como no modo de dizer de se posicionar com relação ao outro.</p> <p>Argumentar é sustentar o que está sendo dito. Assim a argumentação acontece na enunciação, ou seja, sempre que falamos ou escrevemos algo, estamos nos posicionando de um lugar social específico. Dessa forma, apresentamos uma sustentação para o que é dito e que faz significar no enunciado.</p> <p>Exemplo: Se vocês concluírem a tarefa, podemos sair mais cedo, mas, se vocês demorarem, podemos ficar mais tarde.</p>

²⁷ Disponível em: <https://www.facebook.com/ArtesDepressao/>. Acesso em 17 jul. 2023.

²⁸ Este conceito não será empregado aqui na proposta por considerar que os alunos ainda estão no 9º ano. Seria algo muito denso, pois eles precisam primeiro entender o funcionamento argumentativo. Como esses alunos já tem conhecimento da noção de argumentação, então vamos manter essa noção para que eles entendam que existe um funcionamento que possibilita sustentar uma posição.

4) Converse com os alunos sobre o texto e apresente a análise a seguir. Lembre-se de explicar os conceitos abordados na análise, tais como: *o espaço de enunciação; a cena enunciativa; a argumentação*. Faça a adequação dos conceitos à linguagem dos alunos.

Análise do meme com a temática indígena



Este meme foi publicado na página do Facebook “Artes Depressão”, em um cenário que diz apresentar uma homenagem ao Dia Mundial dos Povos Indígenas.

Neste conjunto de **enunciados**, há um **Locutor** (aquele que diz/fala) que, ao propor uma homenagem ao Dia Mundial dos Povos Indígenas”, refere-se a um **Locutário** (aquele para quem se fala a quem também é atribuído um lugar social) o lugar social de não indígena, ou seja: alocutor-colonizador, visto que se propõe a “distribuir arco e flecha” (que são instrumentos de caça e proteção dos povos indígenas) e completa “para vocês irem caçar o que fazer”. Desse modo, temos o enunciado (1):

“Em homenagem ao Dia Mundial dos Povos Indígenas, vou distribuir arco e flecha”,

Esse enunciado pode ser parafraseado por

(1a): **Existe um dia mundial para homenagear os povos indígenas e**

(1b): **em função dessa data vou distribuir arco e flecha.**

Assim temos: existe um dia para homenagear os povos indígenas; por isso, vou distribuir arco e flecha.

Dessa forma, podemos observar que (1a) **constitui argumento para (1b)**.

Já o enunciado (2) “**pra vocês irem caçar o que fazer**”, não produz sentido sozinho, se articula por dependência com o enunciado:

(1) “**em homenagem ao Dia Mundial dos Povos Indígenas, vou distribuir arco e flecha** (2) **pra vocês irem caçar o que fazer**”.

Assim, esse enunciado pode ser parafraseado da seguinte forma:

(1a) **Existe um dia mundial para homenagear os povos indígenas;**

(1b) **em razão dessa data, vou distribuir arco e flecha;**

(2a) **serão distribuídos arco e flecha pra vocês procurarem alguma ocupação**, o remete a uma possibilidade de sentidos, em língua portuguesa, de que “estão muito desocupados”, “estão falando demais”,

“estão falando muita besteira”. Como esse enunciado está relacionado à homenagem ao “Dia Mundial dos Povos Indígenas”, é possível considerar que o acontecimento enunciativo traz como **memorável** as posições negativas em relação aos povos indígenas, sustentadas desde a colonização.

Dessa forma, é possível compreender que há um Locutor que diz do lugar social de **alocutor-crítico social** e, ao dizer, institui o lugar de **alocutário-colonizador** ou **não-indígena**, que os indígenas têm um modo próprio de viver e que são dignos de respeito e homenagem; que “arco e flecha” são instrumentos importantes e que fizeram e ainda fazem parte do modo de sobrevivência de muitos povos indígenas.

Em outras palavras, o modo como os sentidos se articulam na língua, como foi exposto anteriormente, direciona, indica a relevância/importância de “distribuir arco e flecha em homenagem aos povos indígenas”. Sendo esse o argumento para o alocutário-colonizador de que é preciso conhecer os povos indígenas, suas culturas, suas histórias, seus modos de vida e de se posicionar em relação à vida, é preciso conhecer antes de questionar.

A **cena enunciativa** é constituída por uma distribuição de línguas que não é igual, visto que temos a presença da linguagem coloquial em “pra vocês”; no entanto, a linguagem formal é predominante no texto e, assim, se sobrepôs à coloquial, o que nos leva a entender que conhecer a diversidade possibilita concordar com ela ou não e, assim, utilizá-la ou não.

5) Em seguida, apresente o vídeo²⁹ em que Sônia Guajajara, atual ministra dos povos indígenas, faz um pronunciamento oficial pelo Dia dos Povos Indígenas. Na sequência, mostre um vídeo postado em uma página do Facebook de uma professora, em que ela ministra uma aula para alunos da educação Infantil sobre a comemoração do dia 19 de abril.



Fonte: YouTube³⁰

²⁹ O vídeo com o pronunciamento da Ministra dos Povos Indígenas Sonia Guajajara é dirigido aos professores. No entanto, consideramos de suma importância apresentá-lo aos alunos, uma vez que ele apresenta informações de grande relevância para a presente proposta de ensino.

³⁰ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=XSF-4I5zGUQ/>. Acesso em 18 abr. 2024



Fonte: Facebook³¹

6) Converse com os alunos sobre as informações/esclarecimentos apresentados no primeiro vídeo. Em seguida, peça a eles que observem o segundo vídeo, identifiquem e comentem os possíveis sentidos que são atribuídos aos povos indígenas e de que lugar social esses sentidos são sustentados.

Comentário:

Em janeiro de 2023, foi criado no Brasil o primeiro Ministério dos Povos Indígenas da história brasileira. Com intuito de representar os povos originários, o novo ministério foi criado com o objetivo de demarcar terras indígenas, garantir recursos para a saúde, combater a mineração em áreas já demarcadas, assim como proteger comunidades indígenas que ainda não tiveram suas terras oficialmente reconhecidas.

7) Depois de finalizadas todas as atividades, peça aos alunos que façam uma síntese, de cinco a dez linhas, registrando os pontos que eles consideraram mais importantes em relação às discussões realizadas nas últimas aulas em que se tratou das questões indígenas.

Fonte: Elaborado pela autora.

2. Movimento 2 – O aluno analisa um texto

O movimento 2 se constitui de quatro passos. Nele, o professor direciona os alunos a seguir todo o caminho que mostramos no movimento 1, passo a passo, porém com uma distinção fundamental: ele não analisa junto com os alunos, pois já terá analisado o texto anteriormente. Então ele orienta os alunos a colocar em prática todos os passos. Assim, os alunos têm condições de encontrar aspectos significativos nos textos. Ao término de cada passo.

³¹Disponível em: <https://www.facebook.com/raysantosedacosta.santosedacosta/>. Acesso em: 19 abr.2024

eles devem escrever uma síntese de 5 a 10 linhas, em que registrarão o entendimento adquirido por meio de cada análise.

Em seguida, peça a dois ou três alunos que apresentem seus resumos. O benefício de desenvolver a análise seguindo esse procedimento é que isso possibilita ao aluno observar o texto de modo a não se sentir obrigado a decifrar o incompreensível. Guimarães (2012, p.178-179) diz que “basta olhar para alguns aspectos, pensar sobre eles, levando em conta o que o texto traz pelo seu modo de apresentar-se linguisticamente.” A seguir são apresentadas as atividades propostas nesse movimento.

2.1 Passo 2.1 – A diferença entre os termos “índio” e “indígena”	
Objetivos	1) Conduzir os alunos a conhecer as diferentes maneiras de comemorar a data de 19 de abril; 2) Levar os alunos a saber da existência da celebração da data 9 de agosto e o que o ela significa.
Tempo estimado	Um período de pesquisa (manhã ou tarde)
Metodologia	1) Pedir que os alunos façam duas pesquisas: a) A maneira como as escolas comemoram a data de 19 de abril (dia do índio como a escola chama) (visitar 2 escolas de educação infantil e 3 escolas de Ensino Fundamental II – atividade em equipe de 5 alunos). b) O que é celebrado na data de 9 de agosto. Essa pesquisa é muito significativa, pois poderá contribuir para desdobramentos importantes na análise do funcionamento da argumentação no texto, considerando que as pesquisas possibilitarão os alunos a identificar com mais facilidade possíveis sentidos que são atribuídos ao lugar social de colonizador em relação aos povos indígenas.

Fonte: Elaborado pela autora.

2.2 Passo – 2.2- O funcionamento da linguagem	
Objetivos	1) Compreender o funcionamento enunciativo no texto; 2) Apresentar a caracterização dos lugares de onde se diz; 3) Perceber como se dá a cena enunciativa/ a direção da argumentação no texto;
Tempo estimado	4 aulas de 45 minutos
Metodologia	

1) Solicitar que os alunos apresentem o resultado de suas pesquisas. Faça intervenções quando necessário, com o intuito de identificar e demonstrar o lugar social de fala nos diferentes enunciados. Depois da apresentação dos alunos, direcione a aula apresentando os dois memes a seguir.

Madame de Maison-Rouge como Diana, 1756



Fonte: Facebook. Disponível em <https://www.facebook.com/ArtesDepressao/>

Madame de Maison-Rouge como Diana, 1756



Fonte: Facebook. Disponível em: <https://www.facebook.com/ArtesDepressao/>

2) Problematize questões como: as pessoas falam “índio” ou “indígena”? É comum ouvirmos falar qual dos dois termos? Há diferença em usar um termo ou outro? Se há, qual é a diferença? Quando os portugueses aqui chegaram, como chamaram os povos que aqui habitavam? Por que os chamaram de tal forma? Aparentemente parece ser a mesma coisa, mas será que é a mesma coisa? Professor, mencione os termos tribo e aldeia e estabeleça a diferença, ressaltando os lugares sociais de onde se diz “tribo” e de onde se diz “aldeia”; você pode usar o livro *Mundurukando 2* (2017) para falar da diferença entre os termos “tribo” e “aldeia”.

Comentários:

Os povos indígenas têm semelhanças, uma vez que integram a natureza. No entanto, para a sociedade “civilizada” isso caiu em esquecimento.

	<p>Os povos indígenas se consideram parte da natureza e, em razão disso, não se sentem superiores aos outros seres vivos. A luta dos indígenas pela terra é uma luta que integra um conjunto de vidas, Essa é a concepção de pertencimento dos povos indígenas.</p> <p>È recomendável é utilizar os termos aldeia, terra ou território indígena, no lugar de tribo. Quando se referir a um conjunto de indígenas, use o termo etnia ou povo.</p> <p>Segundo Munduruku (2017, p.19-20, grifo do autor) “a palavra “tribo” é mais uma forma colonialista de se referir a algumas culturas que eram consideradas inferiores. É um termo que reduziu a cultura de um povo a apenas uma manifestação cultural. Seria algo como dizer que o Brasil é a grande mãe, e a população nativa está dividida em grupos culturais que não se diferem, mas se complementam, o que não é de todo falso, mas também esconde parte da verdade.</p> <p>Há, no Brasil, algumas tribos e quase todas elas vivem na zona urbana e, por isso, são denominadas “tribos urbanas”. Caracterizam-se por ser parte da cultura nacional, mas com certo diferencial, que pode ser revelado por meio da vestimenta, do corte de cabelo, das gírias ou palavras específicas etc. No entanto, não são autônomas, dependem em tudo da sociedade brasileira. Essa dependência é que as caracteriza como tribo São exemplos de tribos urbanas os emos, os skatistas, os skinheads, os funkeiros etc.</p> <p>Quando falamos de povo, a coisa muda de figura. Um povo, além de todas as características próprias, traz consigo o fato de ser autônomo. Ou seja, não depende da cultura da sociedade que a hospeda. Pode-se, portanto, dizer algo sobre os povos Munduruku, Xavante, Kayapó, Guarani etc. Cada um deles traz consigo uma marca que os localiza no tempo e no espaço e lhes dá a capacidade de andar autonomamente por este mundo, como tem sido desde o princípio. Nesse sentido, todos eles são povos autônomos, independentes. Brasileiros sim, porém, brasileiros diferenciados, porque têm um caminho pautado na tradição, que vai muito além do nome Brasil.</p> <p>3- Após a problematização use o livro de Daniel Munduruku³² “<i>Mundurukando - sobre vivências, piolhos e afetos: roda de conversa com educadores</i>”³³, para mostrar aos alunos os sentidos em</p>
--	--

³²Nascido em Belém, PA, é filho do povo Indígena Munduruku. Formado em Filosofia, com licenciatura em História e Psicologia, cursou também mestrado e doutorado pelo programa de Pós-Graduação em Antropologia Social na USP. Lecionou durante dez anos e atuou como educador social de rua pela Pastoral do Menor de São Paulo. Esteve em vários países da Europa, participando de conferências e ministrando oficinas culturais para crianças. Entre outras atividades, participa ativamente de palestras e seminários destacando o papel da cultura indígena na formação da sociedade brasileira. Pela Global Editora, tem publicado várias obras. Disponível em: <https://grupoeditorialglobal.com.br/autores/lista-de-autores/biografia/?id=1000>. Acesso em 17 jul. 2023.

³³Neste livro, encontram-se informações atualizadas sobre os caminhos da colonização brasileira, os números que alimentam a diversidade nativa e as principais características que os povos originários trazem consigo tornando-os valorosos na sua sempre criativa forma de resistir ao massacre do pensamento a que foram submetidos. É uma leitura prazerosa e ao mesmo tempo provocativa que irá mudar seu jeito de olhar para a história brasileira.

funcionamento no uso dos diferentes termos. Apresente o autor Daniel Munduruku e fale sobre suas contribuições na busca de efetivar os direitos dos povos originários com o intuito de afirmar a diversidade cultural e a identidade ética desses povos.

Explique para a turma que o termo “indígena” é uma expressão, proposta pelos povos originários com o intuito de produzir sentidos que os diferenciem. conforme Munduruku (2017), produzindo sentido de povos originários, não os limitando a um só povo com os mesmos hábitos e costumes, pois são vários povos que têm culturas, hábitos e línguas bem distintos, que demarcam/apresentam uma ampla pluralidade cultural. O termo “índio”, por sua vez., apresenta um significado construído sob a perspectiva colonizadora, historicamente carregada de preconceito e estereótipos que o caracterizam como selvagem, sem cultura, preguiçoso e ignorante.

4) Retome a noção de argumentação. Posteriormente, apresente, na lousa, os enunciados que seguem: **“descobrimento do Brasil? Achamento do Brasil? Invasão do Brasil? Invenção do Brasil? Encontro do Brasil.”** Converse com os alunos e peça que eles analisem a cena enunciativa, os aspectos linguísticos que envolvem a enunciação que trata da “chegada” dos colonizadores ao Brasil. Nesse caso, considerando o recorte apresentado no quadro, quais são os diferentes lugares sociais de dizer, para se referir a esse acontecimento? Essas diferentes posições apresentam argumentos para sustentarem esses diferentes lugares de dizer? Quais são?

5- Apresente o vídeo: **Amazônia explicada – povos originários e a proteção da Amazônia.**



Fonte: <https://youtu.be/qtcxr5nxn7m>

Comentário:

A cena enunciativa é constituída pelos diferentes lugares de dizer. Para melhor compreensão disso, convide o grupo de teatro da escola para fazer uma apresentação para a turma. Tomando a apresentação como

	<p>exemplo, mostre o funcionamento da cena enunciativa em que os lugares sociais de dizer são constituídos e interpretados na fala.</p> <p>6) Peça que os alunos escrevam um pequeno texto traçando reflexões sobre “o modo como se diz comemorar a data de 19 de abril”. Lembre-os da importância de sustentar seus textos nas análises desenvolvidas: apresentar a cena enunciativa (Locutor e Alocutário; Alocutor e Alocutário) e de como se dá o funcionamento e a sustentação da argumentação.</p> <p>7) Abra espaço para que, oralmente, alguns alunos possam apresentar os resumos de seus textos.</p> <p>8) Explique para a turma que o funcionamento da linguagem é tomado por recordações linguísticas (Guimarães chama de “memorável”). Ressalte que essas recordações não são empíricas, mas históricas, que são trazidas para o presente e fazem significar no momento da enunciação (fala) e projetam um futuro de significados, ou seja um fato(acontecimento) sempre estará relacionado a outro fato, e esse fato a outro e, assim sucessivamente. Para melhor compreensão desse aspecto, use como exemplo o acontecimento (fato) de instituir a celebração da data de 19 de abril, comente sobre 9 de agosto e ressalte a diferença entre essas datas, que apresenta um passado que reúne história cultural dos povos originários, que faz significar no presente e que projeta significados futuros sobre a diversidade cultural brasileira.</p> <p>9) Explique aos alunos o conceito de “alocutor-x”, dizendo que, a todo momento em que enunciamos algo (falamos), estamos dizendo de um lugar em que é reconhecido o nosso direito de dizer, ou seja, há uma autorização (que é social) para dizermos. Posteriormente, oriente os alunos a construir, em grupo de 3, uma apresentação que marca esses lugares de dizer de; padre, policial, mãe, presidente e professor (sem identificar a situação empírica).</p> <p>10) Abra o espaço para as apresentações das equipes.</p> <p>11) Solicite que os alunos escrevam um texto apresentando os aspectos mais relevantes desenvolvidos nas aulas anteriores e lembre-os de sustentar seus textos nas análises desenvolvidas nas aulas.</p>
--	---

Fonte: Elaborado pela autora.

2.3 Passo 2.3 – Lugares na cena enunciativa

Objetivos

1) Discutir o processo de invasão/ tomada das terras indígenas;

	2) Identificar a presença de diversas posições enunciativas (lugares sociais de dizer, ex.: como professor, médico, advogado, padre etc.) em uma mesma enunciação (texto/fala);
Tempo estimado	6 aulas de 45 minutos
	<p>1) Conversar com os alunos sobre o conceito de cena enunciativa, utilizando termos que facilitem o entendimento deles. Diga que é na cena enunciativa que acontece a distribuição dos lugares de dizer na enunciação. Com o intuito de facilitar o entendimento do aluno, apresente exemplos em que os lugares sociais de dizer são constituídos e interpretados na fala.</p> <p>2) Promova uma “aula cinema” em que a turma assiste ao filme “Xingu”, disponível em https://youtu.be/R7YhzUu6b7k.</p> <div data-bbox="507 797 948 1088" data-label="Image"> </div> <p>Fonte: https://youtu.be/R7YhzUu6b7k.</p> <p>3) Oriente os alunos a observar algumas falas das personagens no filme e registrá-las no caderno. Além disso, peça que observem se a única língua falada em todo o filme é a língua portuguesa.</p> <p>4) Professor, escreva as seguintes frases na lousa e peça que os alunos identifiquem nelas os lugares de fala e que comentem o que os levou a fazer essa identificação.</p> <div data-bbox="507 1447 1426 1630" data-label="Text" style="border: 1px solid black; padding: 5px;"> <p>— Por favor deixe eu ir ao cinema com minhas amigas. — Agora vou receber o trabalho que passei na aula anterior. — Você vai ficar sem celular porque dormiu tarde ontem. — Vou ao futebol e depois passo no bar.</p> </div> <p>5) Após a identificação, falas e comentários dos alunos, explique à turma que, sempre que falamos algo, estamos nos posicionando de um lugar diferente de dizer (fala). Por exemplo, lugar de aluno, de professor, de mãe, de esposa, de filha entre outros, ou seja, nós nos posicionamos de inúmeros lugares que podem ser percebidos na fala (enunciação). Use o trecho de um diálogo do filme “Xingu” e peça que os alunos identifiquem os lugares sociais (lugares de fala) em funcionamento no diálogo seguinte diálogo:</p> <div data-bbox="507 2000 1426 2067" data-label="Text" style="border: 1px solid black; padding: 5px;"> <p>— Vai ser o maior traçado viário do mundo tá vendo essa cruz? Estrada que vai atravessar a floresta, a Transamazônica ...</p> </div>

	<p>— Mas tem de ser aqui? Não dá pra chegar um pouquinho mais assim ou então fazer um desvio, um contorno...?</p> <p>— As estradas por enquanto estão respeitando as suas fronteiras.</p> <p>— Isso aqui é terra dos Krim.</p> <p>— Tira eles de lá, limpa o caminho, mas tem que ser rápido!</p> <p>— Trabalha pros brancos Caiabim sofre seringueiro não dá comida pros Caiabim.</p>
	<p>6) Mostre à turma que é possível você ouvir uma enunciação (texto/fala - enunciado) para assim conseguir saber as (posições enunciativas) o lugar de onde se fala em uma mesma enunciação.</p> <p>7) Solicite que cada aluno faça um resumo do filme, enfatizando os aspectos que eles consideram positivos e negativos dessa entrada pelo Brasil Central e que relatem os sentimentos que o filme despertou neles. Finalizada a atividade, peça que alguns alunos apresentem seus resumos.</p> <p>8) Comente com a turma que o filme “Xingu” envolve e emociona o público ao apresentar questões cruciais acerca da cultura indígena e o conceito de progresso descontrolado. Destaque que um dos aspectos mais determinantes do filme é a intermediação entre o indígena e o não-indígena, que é elemento fundamental do filme.</p> <p>9) Em seguida, peça que os alunos apresentem falas em que o locutor-político dizia aos irmãos Villas-Bôas quando ordenava a ocupação das terras indígenas; falas que o locutor-indigenista falava ao determinar ações para direcionar a expedição.</p>

Fonte: Elaborado pela autora.

2.4 Passo 2.4 – O espaço de enunciação brasileiro	
Objetivo	1) Compreender as especificidades que caracterizam espaço de enunciação brasileiro;
Tempo estimado	2) aulas de 45 minutos
	<p>Explique para a turma os seguintes tópicos:</p> <p>1) O espaço de enunciação é um espaço de funcionamento das línguas; no espaço de enunciação do Brasil são faladas muitas línguas, mas apenas duas delas são reconhecidas oficialmente: a língua portuguesa e a Libras. Esse é um espaço em que alguém sustenta o seu dizer, nesse caso o colonizador, que sustenta sua posição e que hoje observamos na figura do governo que sustenta essa posição de dizer. Assim, quando há quem sustenta, simultaneamente acontece o apagamento de outras. No caso do espaço de enunciação brasileiro, esse é um acontecimento que</p>

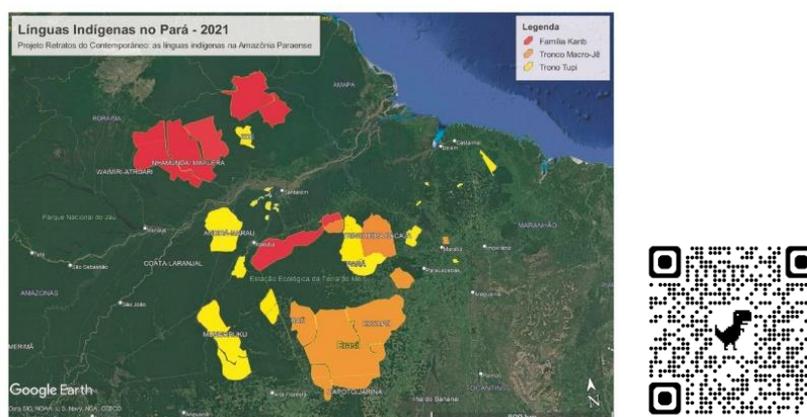
pode ser observado já muito cedo na história do Brasil, com o Diretório de Marquês de Pombal em 1755, ministro de Dom José I, que proibia o uso da língua geral na colônia. Dessa forma, os indígenas só podiam utilizar a língua portuguesa, medida que foi fator determinante para conduzir ao declínio, por completo, a chamada língua geral no Brasil. E ao instituir a língua portuguesa como língua oficial, apagaram-se todas as outras línguas, no caso as línguas dos povos indígenas que já existiam no território nacional.

2) Segundo Guimarães (2018) o *espaço de enunciação* é o espaço de relações de línguas no qual estas funcionam na sua relação com falantes. Assim, não há línguas sem outras línguas, e não há línguas sem falantes e vice-versa. Um aspecto importante na configuração do espaço de enunciação é que as línguas do espaço de enunciação são distribuídas de modo desigual. Não se é falante das línguas desse espaço da mesma maneira. (Guimarães, 2018, p. 23-24, grifo do autor).

3) No século XVI, logo depois da chegada dos portugueses à região que hoje é conhecida como Porto Seguro, na Bahia, a frota deu continuidade à viagem deixando no Brasil quatro pessoas que falavam a língua portuguesa. Isso provocou uma mudança nas relações do espaço de enunciação existente, que, a princípio, era composto de falantes de línguas indígenas. A presença dos portugueses fez com que o espaço de enunciação passasse a ser formado tanto pelas línguas indígenas quanto pela língua portuguesa e seus respectivos falantes. Se de alguma forma os portugueses não tivessem permanecido ali ou, ainda que sim, mas de modo isolado dos indígenas, o espaço de enunciação não teria sofrido nenhuma alteração. No entanto, houve uma interação efetiva que resultou em um novo conjunto de relações entre a língua portuguesa e as línguas indígenas, constituindo um espaço de enunciação composto de diferentes línguas e seus falantes. Isso significa que esse espaço não é físico, mas, sim, um espaço de línguas e seus falantes. E é a esse espaço de línguas e seus falantes que Guimarães chama de espaço de enunciação. Vale ressaltar que isso não significa dizer que existem línguas que estabelecem relações entre si. O que realmente ocorre é a relação entre línguas a línguas e de línguas a falantes e de falantes a falantes. Em fusão das novas circunstâncias, essa relação passa por uma mudança expressiva. Anteriormente, era uma relação entre falantes de uma língua indígena, entre falantes de línguas indígenas e entre línguas indígenas. Com base no que acabamos de delinear, além dessas interações, surgem também relações entre falantes de uma outra língua com os falantes das línguas já presentes. Assim sendo, passa a existir uma nova relação de falantes diferentes e agenciados por línguas diferentes.

4) Segundo o Iphan (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) e o MinC (Ministério da Cultura) calcula-se que, no Brasil, mais de 250 línguas sejam faladas, incluindo línguas indígenas, línguas de imigração, línguas de sinais, línguas crioulas e afro-brasileiras, além do português e suas variedades. No estado do Pará, até o dia 24 de

fevereiro de 2023, às 18:43 (última atualização), eram faladas (registradas) 34 línguas indígenas, sem contar as línguas dos 13 povos isolados que vivem dentro das fronteiras paraenses. Dessas, 34 são dezoito línguas Tupi, quatro línguas Macro-Jê, nove línguas da família Karib, uma língua da família Karajá, uma língua da família Aruak e uma língua Warao. Mostre o mapa interativo que apresenta as línguas indígenas no estado do Pará.



5) São essas relações entre o colonizador e o colonizado que estabelecem quem pode dizer, sendo que uns são autorizados a dizer e outros não; use como exemplo a sala de aula e pergunte a eles quem é autorizado a dizer? Por quê? Mostre que se trata de questões que são sócio-historicamente determinadas (definidas pela maneira como a sociedade se constituiu ao longo da história. Observe junto com eles que sociedades diferentes tem histórias diferentes, e a compreensão da sociedade é diferente das relações humanas. Um exemplo disso é o modo como em algumas sociedades/países, como no Irã, as mulheres são obrigadas a usar burca, além de outras obrigações); não se trata de escolhas, decisões tomadas pelas pessoas, mas do modo como as relações se dão. Use também como exemplo as falas do locutor-político e mostre que esse locutor tinha autorização a dizer naquele espaço de enunciação (em que ordenava a exploração da terra), de modo que a mesma autorização não era permitida ao locutor-indigenista e ao locutor-indígena. Isso aconteceu porque o espaço de enunciação é um espaço de poder, em que uns são autorizados a falar e outros têm esse direito à fala negado.

6) Finalizadas as discussões, solicite aos alunos que, individualmente, escrevam um pequeno resumo, pontuando os aspectos mais relevantes abordados na aula. Peça a eles também que escrevam a respeito do que observaram em relação às línguas faladas ao longo do filme: é só a língua portuguesa?

4.3 As adversidades no cenário da pesquisa

Este trabalho foi planejado para ser aplicado de maneira participativa na Escola Municipal de Ensino Fundamental Deputado Raimundo Ribeiro de Souza, uma escola pública municipal em Jacundá, PA. Inicialmente, a proposta foi colocar em prática as atividades com a turma do 9º ano "A". Contudo, após duas semanas, essa turma foi selecionada pela Secretaria de Educação para participar de um projeto desenvolvido pela própria Secretaria. Por isso, precisamos interromper as atividades com o 9º ano "A" e iniciar com o "9º ano C".

Enfrentamos alguns desafios, como o alto fluxo de alunos mudando de sala, especialmente na turma do 9º ano "C", que recebeu muitos alunos de outras escolas e de outras turmas da própria instituição. Além disso, o ensaio de dança do festival junino também foi um obstáculo significativo, pois muitos alunos estavam envolvidos nos ensaios e frequentemente precisavam ausentar-se das aulas, dificultando o acompanhamento contínuo das atividades propostas e a compreensão dos conceitos apresentados.

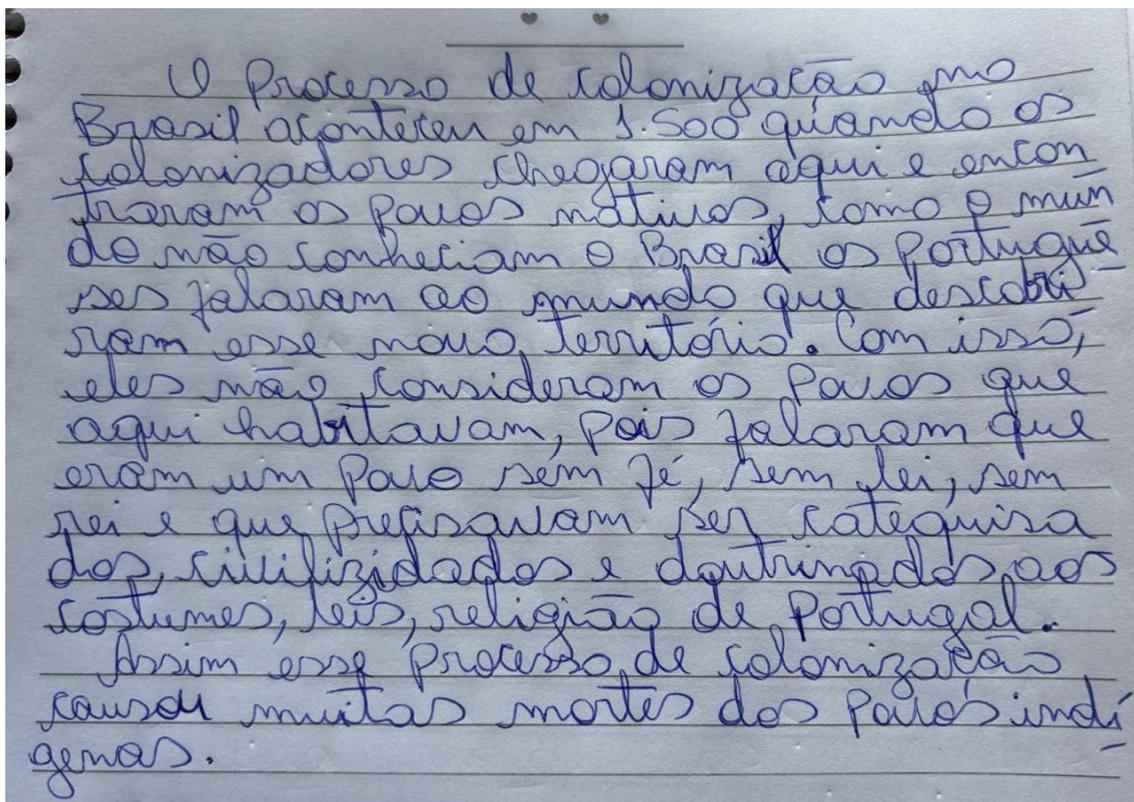
No entanto, a proposta teve início na turma no começo do mês de junho, e, em diversos dias, foi necessário pedir aulas de outros professores da turma para concluir uma determinada etapa de atividades. Vale aqui ressaltar que, em alguns momentos das atividades, como no caso do passo 2 do movimento 1, contamos com o trabalho conjunto da professora de história e, no passo 2 do movimento 2, contamos com a parceria da professora de artes, que colaboraram de maneira significativa para o bom andamento das atividades, e para a melhor compreensão do tema e do objeto de estudo.

Em suma, foi possível desenvolver e aplicar a proposta de ensino de língua portuguesa com base teórico-metodológica e analítica da semântica da enunciação.

4.4 Relatório de aplicação da proposta de ensino de língua portuguesa

As atividades do movimento 1, passo 1 tiveram início com um diálogo com a turma sobre o modo como os alunos compreendiam a dinâmica de colonização do Brasil. Esse diálogo foi muito significativo para nos orientar sobre a maneira como deveríamos direcionar os próximos passos. Ao término do diálogo, pedimos que os alunos escrevessem individualmente um pequeno resumo sobre o tema da aula, conforme a imagem abaixo:

Imagem 1 – Atividade do Movimento 1, passo 1.



Fonte: fotografado pela autora.

Nesse primeiro momento, os alunos demonstraram ter um certo conhecimento sobre a temática da colonização do Brasil, mas não tinham muito conhecimento do real interesse dos colonizadores e da reação dos povos originários ao entenderem os objetivos do povo que aqui chegou.

No passo 2 do movimento 1, apresentamos, de maneira introdutória, alguns conceitos da semântica da enunciação como Locutor, Locutário, lugar social de dizer, enunciado, enunciação. Convidamos a professora da disciplina de história para conversar com os alunos sobre o processo de colonização do Brasil. O objetivo desse diálogo foi alimentar os alunos de informações relacionadas a esse tema. A aula-diálogo foi muito proveitosa, pois a professora conduziu-a de acordo com os questionamentos e indagações que fizeram com que os alunos refletissem sobre o papel e os interesses do colonizador e do colonizado nesse processo todo.

A partir desse momento, os alunos passaram a ter um olhar mais amplo e menos ingênuo quanto ao objetivo explorador do colonizador e à resistência heroica dos povos originários, esses avanços podem ser observados nas produções dos alunos quando eles se posicionam mostrando, questionando os mecanismos de exploração do colonizador e destacando o protagonismo dos povos originários.

Orientamos os alunos em sala de aula a consultar o livro *Mundurukando 2 - sobre vivências, piolhos e afetos*. Levamos um exemplar para a sala de aula para que os alunos o conhecessem e entrassem em contato a obra. Com o intuito de otimizar a pesquisa, entregamos aos alunos cópias de partes do livro que abordavam o tema, permitindo que eles lessem o material e revisitassem a leitura quantas vezes fosse necessário ou de interesse deles. Em seguida, proporcionamos um momento de leitura do texto “A língua portuguesa em território brasileiro e sua relação com outras línguas”, produzido pela autora.

Depois desse movimento de atividades, orientamos e solicitamos que os alunos voltassem a escrever sobre o processo de colonização do Brasil, considerando que já tínhamos promovido discussões e leituras sobre o tema.

A nova produção dos alunos apresentou mudanças e avanços significativos em relação à primeira produção com mesma temática. Isso pode ser observado nas atividades de alguns alunos a seguir.

Imagem 2 - Atividade do Movimento 1, passo 2, atividade 1

ATIVIDADE: 2. A partir das discussões em sala de aula, escreva como você observa/ compreende o processo de colonização do Brasil. Destaque pontos importantes como: o que propiciou que os colonizadores chegassem em território brasileiro; as pesquisas frequentes realizadas pelos portugueses; sua chegada em território brasileiro; objetivos; como aconteceu o encontro entre a população nativa e Pedro Álvares Cabral; a presença dos indígenas no Brasil e a origem do termo "índio" para se referir aos povos nativos, a diversidade de línguas existentes no Brasil, a comunicação entre indígenas e colonizadores e os sentidos de "civilização" nessa relação; como essa notícia foi relatada a coroa portuguesa quem contou/ escreveu; comente o que os livros didáticos ensinaram ao longo da história.

O processo de colonização do Brasil aconteceu quando os portugueses estavam em busca de uma nova rota marítima para as Índias, assim sem saber chegaram aqui imaginando ter chegado nas Índias e foi esse o fato que fez com que os portugueses chamassem os nativos de "índios". Quando os colonizadores aqui desembarcaram encontraram povos com costumes, cultura, religiões e línguas totalmente diferentes dos deles.

Os portugueses tinham como objetivo explorar as riquezas naturais, de início se fizeram de amigos dos indígenas que acreditaram que eles seriam ajudados pelos deuses para salvá-los, mas em pouco tempo os povos nativos entenderam qual era o verdadeiro interesse dos colonizadores e a partir de então passou a ocorrer brigas entre eles e como os portugueses se consideravam superiores aos indígenas eles tentaram de todas as formas escravizar e explorar os nativos, em muitas vezes eles conseguiram. Tudo isso causou muitas mortes dos indígenas, embora eles tenham resistido à dominação dos portugueses com muita bravura, quando muitos povos foram mortos, e suas comunidades diminuindo em muitas casas até desaparecendo a língua desses povos também foi morrendo. É importante lembrar que existiam muitas línguas indígenas aqui foram proibidas de serem faladas por seus próprios falantes que passaram a usar obrigados a falar o português. Assim, todo esse processo chamado de "descobrimento" do Brasil, que foi dito (falado) pelos portugueses, na verdade foi uma destruição de muitas comunidades indígenas com seus usos culturais e suas línguas.

ATIVIDADE: 2. A partir das discussões em sala de aula, escreva como você observa/ compreende o processo de colonização do Brasil. Destaque pontos importantes como: *o que propiciou que os colonizadores chegassem em território brasileiro; as pesquisas frequentes realizadas pelos portugueses; sua chegada em território brasileiro; objetivos; como aconteceu o encontro entre a população nativa e Pedro Álvares Cabral; a presença dos indígenas no Brasil e a origem do termo "índio" para se referir aos povos nativos, a diversidade de línguas existentes no Brasil, a comunicação entre indígenas e colonizadores e os sentidos de "civilização" nessa relação; como essa notícia foi relatada a coroa portuguesa quem contou/ escreveu; comente o que os livros didáticos ensinaram ao longos da história.*

A colonização do Brasil iniciou-se em 1500, quando os portugueses chegaram ao Brasil por meio da expedição de Pedro Álvares Cabral. Eles chegaram e se depararam com os povos indígenas que eles já habitavam aquele território que até então era desconhecido, assim que eles chegaram e tiveram o primeiro contato com os povos indígenas, eles perceberam que eles não falavam a mesma língua pois os indígenas falavam uma língua regional da aldeia e os portugueses falavam o idioma português de Portugal, então alguns portugueses tiveram que aprender a língua dos indígenas se transformando em bilingues.

Depois dos portugueses se estabelecerem no que eles chamavam de novo mundo, eles começaram a oferecer produtos para os indígenas, onde eles trocaram pelo Pau-Brasil, produto que tinha abundância na aquele território.

Durante o período que ocorreu a colonização os indígenas foram expulsos de suas moradias e os portugueses começaram a exploração das riquezas naturais da terra (Pau-Brasil e o ouro) e a mão de obra dos indígenas e africanos, como consequência eles foram escravizados de uma forma extrema. O trabalho tinham um local apropriado para descanso ou alimentação, não tinham direito médicos ou remédios e muitas vezes eram proibidos de plantar e colher para a sua sobrevivência.

Antes dos portugueses chegarem os indígenas viviam de maneira autônoma, nem precisavam ter preocupações com política e governantes. O trabalho era feito de maneira coletiva juntando os trilhos que estavam em diáspora e os que estavam em guerra.

De acordo com textos escritos em livros e histórias contadas por muitas pessoas, eles acreditam que realmente o Brasil foi descoberto pelos portugueses, no entanto eu não acredito pois no momento em que os portugueses chegaram ao Brasil que na época eles chamavam de novo mundo, os povos indígenas já se encontravam nesse território e Brasil não era uma terra abandonada então os portugueses só poderiam ter realmente descoberto o Brasil se não existisse ninguém nesse território.

Com o intuito de fazer os alunos compreenderem que toda história apresenta mais de uma versão, apresentamos o vídeo de Chimamanda Adichie, "O Perigo de uma única história" (TED legendado em PT-BR). Nele, a escritora alerta que, ao nos limitarmos a ouvir apenas uma narrativa sobre alguém, algum país ou alguma coisa, corremos um grande risco de criar sérios equívocos. Nesse sentido, consideramos de suma importância que os alunos conhecessem a narrativa da colonização do Brasil sob uma outra perspectiva além da apresentada pelo colonizador. Após a apresentação vídeo, orientamos os alunos a desenvolver a atividade a seguir.

Imagem 3 -Atividade do Movimento 1, passo 2, atividade 2.

Observe os enunciados:

I- "a chegada dos portugueses ao Brasil" II- "a invasão dos portugueses ao Brasil"

A partir da compreensão de "diferentes posições/ lugares sociais de dizer" analise e comente as diferentes posições **quando** se referem a "chegada" ou "invasão" dos portugueses ao Brasil. Quais são essas diferentes posições?

O I enunciado, apresenta o lugar social de dizer dos portugueses, porque eles afirmam ter chegado em um território novo. Já o II enunciado, se refere ao lugar social de dizer dos povos indígenas, porque quando os portugueses chegaram ao Brasil, os indígenas já viviam aqui, então, pensando no lugar de fala do indígena, os portugueses invadiram o território brasileiro.

Observe os enunciados:

I- "a chegada dos portugueses ao Brasil" II- "a invasão dos portugueses ao Brasil"

A partir da compreensão de "diferentes posições/ lugares sociais de dizer" analise e comente as diferentes posições **quando** se referem a "chegada" ou "invasão" dos portugueses ao Brasil. Quais são essas diferentes posições?

Com base na compreensão de "lugar social de dizer" entendemos que o lugar social de dizer "a chegada dos portugueses ao Brasil" é do colonizador (português) que disse que tinha chegado no território novo e desconhecido e o lugar social de dizer "a invasão dos portugueses ao Brasil" é do indígena que argumenta que já era dono da terra que foi invadida pelos portugueses.

ATIVIDADE 02: Observe os enunciados:

I- “a chegada dos portugueses ao Brasil” II- “a invasão dos portugueses ao Brasil”

A partir da compreensão de “diferentes posições/ lugares sociais de dizer” analise e comente as diferentes posições **quando** se referem a “chegada” ou “invasão” dos portugueses ao Brasil. Quais são essas diferentes posições?

*A posição social colonizador - o europeu que chegou no Brasil e descobriu
 esse território pois acredita que os povos indígenas que aqui habitavam não eram
 seres humanos, por isso o Brasil ainda não tinha sido descoberto
 por ninguém e a posição social indígena - o nativo que os portugueses
 invadiram o Brasil por que esse território já era habitado pelos indígenas.*

Fonte: fotografado pela autora.

A partir dessa atividade, tivemos a oportunidade de perceber que parte da turma já apresenta um entendimento sobre o que se refere ao lugar social, o perigo de se limitar a uma única versão a respeito de um fato e sobre a colonização do Brasil sob um viés não colonizador. Explicamos para os alunos que, com base nos enunciados “a chegada dos portugueses ao Brasil” e “a invasão do Brasil pelos portugueses”, era possível observar diferentes posições enunciativas para fazer referência ao processo de colonização do país. Isso pôde ser observado a partir dos diferentes lugares sociais, como, por exemplo, o lugar social do colonizador e o lugar social do colonizado. Esses enunciados circulam/funcionam no espaço de enunciação brasileiro, e esse espaço exclui o indígena. Essa exclusão aconteceu e ainda acontece de diversas formas. Podemos citar como exemplo a história da colonização brasileira, que só é contada sob a perspectiva do colonizador, o não uso das línguas indígenas nesse espaço de enunciação, entre outros. Assim, propomos a seguinte atividade:

Imagem 4 - Atividade do Movimento 1, passo 2, atividade 3.

ATIVIDADE: Escreva um texto sobre o perigo de uma história única ao que se refere ao processo de colonização do Brasil, considerando as diferentes posições sócias para se referir a esse acontecimento.

O processo de colonização no Brasil e o perigo de uma história única.

Quando ouvimos falar no processo de colonização do Brasil na maioria das vezes, ouvimos apenas a versão dos colonizadores. Por aquela parte, onde Portugal buscava expandir suas rotas comerciais e comercializar os recursos naturais dos territórios, ou quando eles estabeleceram colônias, com o objetivo de colonizar os povos nativos e os converter ao cristianismo. Muitas pessoas só olham esse lado da história, quase ninguém ou ninguém tem a curiosidade de saber o outro lado da história, de como os indígenas se sentiram quando os portugueses chegaram "invadindo" seus territórios e dizem que está descobrindo um local onde já havia habitantes. Como se descobriu um local onde já tem habitantes?

Esse é o perigo de uma história única, não quer dizer que a história dos portugueses esteja toda errada, ela apenas está faltando uma parte. Mostre ao povo somente uma única história repetidamente e será o que ela se tornará, e foi isso o que aconteceu. Muitas escolas mostram para as crianças e adolescentes apenas a versão dos colonizadores, sem destacar a luta dos indígenas pelos seus territórios, ou mostrar uma pesquisa, no qual conte, como eles se sentiram ou o que eles imaginaram naquele momento.

ATIVIDADE 03: Escreva um texto comentando sobre o perigo de uma história única, ao que se refere ao processo de colonização do Brasil. Considerando as diferentes posições sociais para se referir e sustentar essa história.

O processo de colonização do Brasil de uma história única.

Quando pensamos na colonização do Brasil a lembrança que temos é da história que nos foi contada desde de criança que é a mesma que a escola reproduz, mas essa narrativa esconde uma outra que é a história segundo o ponto de vista do indígena.

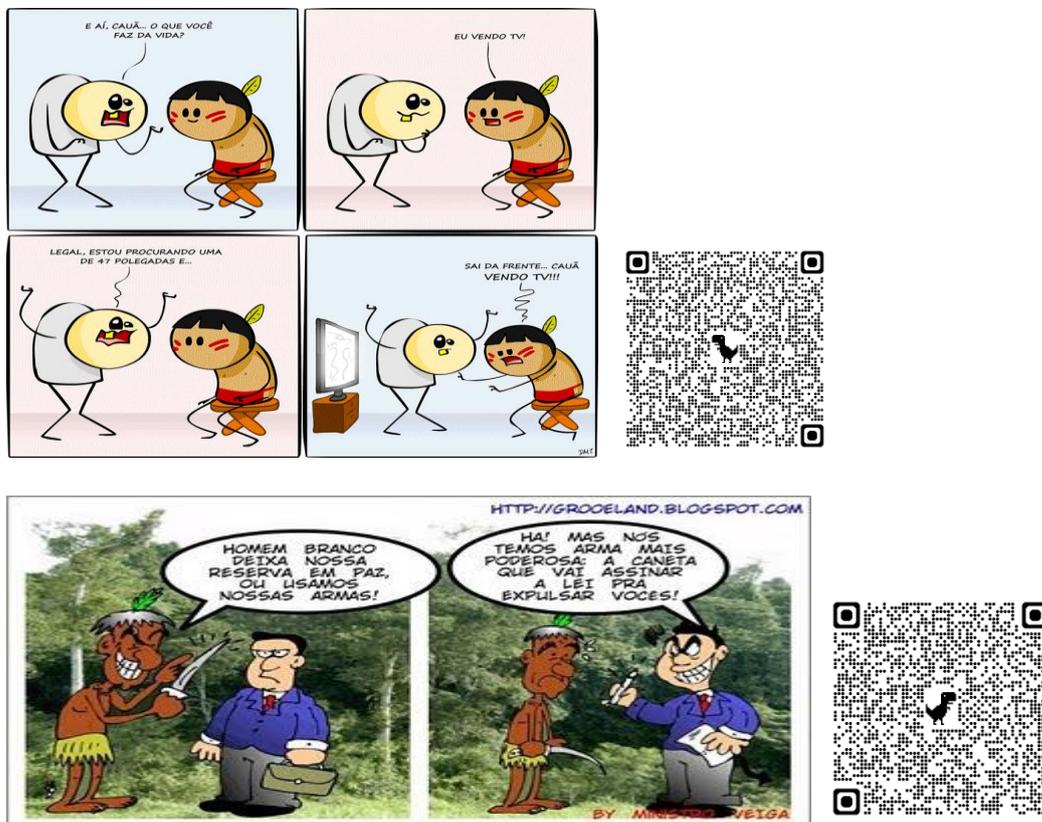
A partir do lugar social de colonizador o Brasil foi descoberto por Pedro Álvares Cabral em 1500, mas de acordo com o lugar social de dizer do indígena o Brasil não foi descoberto porque ele já era habitado, sendo assim para o abacuto-indígena o Brasil foi invadido e é esse o perigo de uma história única, pois segundo Chimamanda uma narrativa contada repetida vezes para uma criança ela se torna uma verdade e foi isso que aconteceu com todos nós sobre a história de "descobrimeto" de Brasil.

Fonte: fotografado pela autora.

Com base na produção escrita de alguns alunos, conseguimos perceber que o entendimento deles sobre a temática indígena sobre e os conceitos da semântica da enunciação foi fluído de modo gradativo, como pudemos observar nas atividades feitas por eles. Assim, com o objetivo de aprofundar os conhecimentos sobre os diferentes lugares de dizer e os sentidos mobilizados nos enunciados, orientamos e pedimos que, em equipes de três, os alunos pesquisassem e trouxessem para a aula seguinte textos, tanto verbais quanto não verbais, relacionados ao tema indígena, nos quais pudessem observar e demonstrar os lugares sociais apresentados nos enunciados.

Na aula seguinte, direcionamos as apresentações das pesquisas dos alunos. Essa atividade foi um ponto frágil da proposta de ensino, pois apenas uma minoria da turma realizou a atividade/pesquisa e, em razão disso, grande parte dos alunos faltou à aula por não terem feito a atividade. Apesar disso, os que fizeram a pesquisa apresentaram, de maneira compreensiva, o lugar social de onde se produziu um determinado enunciado. Seguem os textos apresentados pelos alunos.

Figura 7 - Produções apresentadas pelos alunos.





Cabral chegou no Brasil ancorou e encontrou um índio com quem foi falar!!!
 Perguntou ao índio: "Opa! Como é seu nome?".
 O índio respondeu: "Mim se chamar Ba".
 Cabral: Ba, ta vendo aquela embarcação lá no horizonte?
 Ba: Sim.
 Cabral: Vai lá nadando e avisa eles que achei terra firme... Aí, em sua homenagem, vou colocar o nome desta terra de "Bafói".
 Ba: Oh meu rei, Ba tá numa preguiça, numa lezera... Faz o seguinte, bote o nome de "Bahia", porque Ba num vai não!!!

🍔🍔🍔🍔🍔🍔🍋 app: Top Imagens



Fonte: pesquisa dos alunos.

No passo 4 do movimento 1, explicamos para a turma que as atividades já desenvolvidas e as que ainda seriam desenvolvidas foram construídas pelo viés da semântica, que é o estudo do sentido e da significação, pois, ao analisamos algum enunciado, precisamos considerar os sentidos que estão em funcionamento, ou seja, quais sentidos estão sendo produzidos em um texto ou uma imagem. Mostramos o que é uma paráfrase e a importância de parafrasear. Retomamos os conceitos de Locutor, Locutário, alocutor-x. Demonstramos o conceito de argumentação, explicamos e exemplificamos. Posteriormente, apresentamos a análise de um meme que trata da temática indígena. À medida que fomos mostrando o percurso da análise e os sentidos mobilizados no texto, destacamos a maneira como os conceitos foram abordados e ressaltamos o espaço de enunciação e o funcionamento da cena enunciativa e da argumentação em um meme.

Apresentar o caminho da análise do texto era uma atividade necessária, mas, embora já tivéssemos discutido a maioria dos conceitos abordados, mostrar todos de uma vez acabou deixando os alunos um pouco confusos, pois eram muitas informações ao mesmo tempo em um único texto. Eles demonstraram preocupação e apreensão a respeito disso. Conversamos com a turma, lembrando os alunos que já tínhamos estudado grande parte dos conceitos. Apenas no momento da análise tivemos a oportunidade de observar tudo de uma só vez. Ressaltamos que não cobraríamos uma atividade no mesmo nível da análise demonstrada.

Em seguida, apresentamos para a turma o vídeo em que Sônia Guajajara faz um pronunciamento pelo Dia dos Povos Indígenas. Ao término, pedimos que os alunos desenvolvessem a atividade a seguir.

Imagem 5 - Atividade do Movimento 1, passo 4, atividade 1.

ATIVIDADE: Comente/ escreva acerca dos esclarecimentos apresentados no vídeo com pronunciamento de Sônia Guajajara.

no pronunciamento de Sônia Guajajara, ela argumenta sobre a importância de valorizar a diversidade dos 305 povos indígenas do Brasil, que vivem em diferentes biomas e contribuem significativamente para a preservação ambiental, mantendo 90% da biodiversidade do planeta. Destacou a criação do Ministério dos Povos Indígenas como um avanço histórico e ressaltou a luta contra atividades ilegais como garimpo e desmatamento. Guajajara também mencionou ações governamentais emergenciais em apoio ao povo Yanomami e a meta de zerar o desmatamento até 2030, promovendo a sustentabilidade e a proteção ambiental.

ATIVIDADE 01: Comente/ escreva acerca dos esclarecimentos apresentados no vídeo com pronunciamento de Sônia Guajajara.

A ministra dos povos indígenas fala do lugar social de afecção indígenista, comenta sobre a riqueza e diversidade cultural dos povos indígenas afirmando que eles estão nos diferentes lugares e ocupam posições sociais distintas.

Fonte: fotografado pela autora.

O vídeo com o pronunciamento de Sônia Guajajara era destinado aos professores, mas consideramos significativo apresentá-lo aos alunos, pois ele trazia informações importantes sobre a diversidade cultural indígena e, por isso, poderia ampliar o conhecimento dos alunos a respeito do tema.. Pudemos observar isso na atividade produzida por eles.

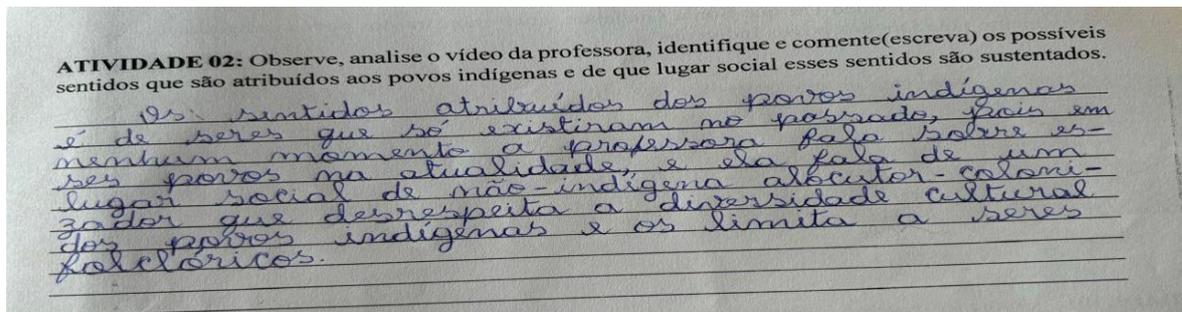
Posteriormente, apresentamos um vídeo postado no Facebook de uma professora de educação infantil no qual ela ministra uma aula sobre a comemoração do dia 19 de abril. Com base nesse vídeo, pedimos aos alunos que escrevessem um pequeno texto identificando e comentando os possíveis sentidos que foram atribuídos aos povos indígenas e de que lugar social esses sentidos foram sustentados. Seguem a produções de alguns alunos.

Imagem 6 - Atividade do Movimento 1, passo 4, atividade 2.

ATIVIDADE: Observe, analise o vídeo da professora e identifique e comente (escreva) os possíveis sentidos que são atribuídos aos povos indígenas e de que lugar social esses sentidos são sustentados.

No vídeo, o abacutor-professora fala do lugar social de colonizador quando ministra a aula sobre a comemoração do dia 19 de abril, que ela chama dia do "índio" e reforça para os alunos o uso do termo "índio". Ela utiliza verbos no passado sugerindo que os indígenas são figuras do passado, a professora está contando uma história única estereotipada e incompleta.

A apresentação da professora cria uma visão desatualizada dos povos indígenas, argumentando que eles são diferentes e essa diferença é de maneira negativa pois apresenta os povos indígenas como seres que não participam, não vivem e "progresso" que realmente são caracterizados pela imagem construída pelo colonizador e que é afirmada em muitas escolas de educação infantil. Toda essa situação ajuda na marginalização e invisibilidade desses povos com suas culturas.



Fonte: fotografado pela autora.

A apresentação do vídeo da professora foi muito importante para os alunos analisarem os sentidos que são atribuídos ao indígena e o lugar de fala que muitas escolas ainda mantêm, reproduzindo aquele do colonizador.

Explicamos para a turma que, em janeiro de 2023, foi criado no Brasil o primeiro Ministério dos Povos Indígenas da história brasileira. Com intuito de representar os povos originários, o novo ministério foi criado com o objetivo de demarcar terras indígenas, garantir recursos para a saúde, combater a mineração em áreas já demarcadas, assim como proteger comunidades indígenas que ainda não tiveram suas terras oficialmente reconhecidas.

Finalizadas essas atividades do movimento 1, pedimos que os alunos produzissem uma síntese de dez a quinze linhas, registrando os pontos que consideraram mais importantes em relação às discussões realizadas nas últimas aulas. Segue a produção de um aluno.

Imagem 7 - Atividade do Movimento 1, passo 4, atividade 3.

ATIVIDADE: Após concluir essa etapa de atividades da oficina de leitura e análise de texto, faça uma síntese, de dez a quinze linhas registrando os pontos que você considera mais importantes em relação às discussões realizadas nas últimas aulas em que se discutiu sobre os indígenas.

Nas últimas aulas analisamos textos, histórias e vídeos sobre a realidade dos povos indígenas no Brasil. Uma das temáticas abordadas foi a chegada dos portugueses ao território brasileiro e o impacto desse "encontro" na vida e na cultura dos povos originários. Refletimos sobre como essa história é frequentemente contada de forma que argumenta sob uma perspectiva de colonizador e marginaliza os lugares de dizer do indígena.

Um aspecto crucial que discutimos foi o "perigo da história única", termo utilizado pela escritora nigeriana Chimamanda Ngozi Adichie. Essa ideia nos levou a questionar como os relatos do dominante do colonizador por muitas vezes diminui a diversidade cultural indígena a uma única narrativa reducida a estereótipos. Além disso, exploramos a maneira como os preconceitos presentes na sociedade contribuem para a invisibilidade e marginalização dos povos indígenas.

O mesmo estudo em sala de aula, foi ponto determinante para discutirmos como essas representações distorcidas a respeito do indígena afetam e falsificam a imagem deles, suas lutas em busca de seus direitos, ignorando a presença ativa desses povos em defesa de seus territórios e da sustentabilidade ambiental. Destacamos falares indígenas como de Sônia Guajajara, que ressalta a diversidade e a importância dos povos indígenas do Brasil, e pro-nunciamente da ministra enfatizou não apenas a riqueza cultural dos 305 povos indígenas presentes no país, mas também falou da necessidade e urgência de proteger a floresta contra atividades ilegais, como garimpo e desmatamento. Além disso, ela salientou a meta de zerar o desmatamento até 2030 como um passo crucial para promover a sustentabilidade e garantir a sobrevivência de muitas comunidades indígenas.

Fonte: fotografado pela autora.

Essa atividade foi mais um ponto frágil da proposta, pois, como alguns alunos não conseguiram acompanhar de maneira contínua todos os passos anteriores, tiveram dificuldade em desenvolvê-la. No entanto, vale lembrar que, no momento das discussões no decorrer da aula, eles apresentaram uma compreensão significativa acerca do tema e de grande parte dos conceitos. A maior dificuldade deles é escrever o que querem dizer, e esse é um problema que precisamos trabalhar. Contudo, os alunos que acompanharam todos os passos conseguiram fazer a atividade de maneira mais tranquilamente.

No primeiro passo do movimento 2, pedimos que, em equipe de três, os alunos realizassem duas pesquisas: na primeira, eles pesquisariam como as escolas comemoram a data de 19 de abril, visitando duas escolas de educação infantil e três escolas de Ensino Fundamental. Na segunda, pesquisariam o que é celebrado no dia 9 de agosto. Essas pesquisas eram

necessárias e muito significativas, pois contribuiriam para desdobramentos determinantes na análise do funcionamento da argumentação no texto. As pesquisas possibilitariam aos alunos compreender, de maneira mais precisa, os possíveis sentidos que eram e são atribuídos sustentados do lugar social de colonizador em relação aos povos indígenas.

No passo 2, pudemos observar o funcionamento da linguagem. Abrimos espaço para os alunos apresentarem oralmente e por meio de um resumo os resultados de suas pesquisas, orientando-os a identificar e comentar a posição/ lugar social de dizer das escolas pesquisadas. Seguem as produções de alguns alunos.

Imagem 8 - Atividade do Movimento 2, passo 2, atividade 1.

ATIVIDADE 01: Apresente do resultado das pesquisas, identificando e comentando a posição/ lugar social de dizer das escolas pesquisadas.

OBSERVAÇÕES:
 Com base nas pesquisas observamos que as escolas falam de uma posição social de colonizador, pois quando elas fazem uma apresentação ou dão uma aula explicando o dia 19 de abril os professores ou ~~professores~~ palestrantes se referem aos povos indígenas ainda como "índio" como pessoas do passado com imagens folclóricas e nada se fala da diversidade cultural dos indígenas. Nessas escolas não tem livros escritos por indígenas ou histórias diversificadas desses povos. Podemos perceber que em nenhum momento as escolas falam dos indígenas como pessoas da atualidade e verdade que ainda existe muitos indígenas que moram em aldeias, porém já tem algum tempo que muitos deles saíram e saem de seus locais de origem buscando conhecer novas culturas, aprender novas coisas fazer faculdade e lutar pelos direitos de seus povos e reconhecimentos de suas culturas.

De acordo com as pesquisas que fizemos nas escolas, percebemos que elas falam do lugar social não indigenista, porque as escolas comemoram o dia 19 de abril, ainda com um formato colonizador que vê o indígena como "índio", ou seja, todos os indígenas como um único povo com a mesma cultura, língua, ideologias e costumes, com isso passando por cima de toda diversidade cultural dos diferentes povos indígenas.

Fonte: fotografado pela autora.

Consideramos essa atividade muito boa, uma vez ela permitiu que os alunos observassem como as escolas estão trabalhando a temática indígena. Isso foi motivo de uma

longa discussão em sala de aula, visto que eles se deram conta de que tinham uma visão deturpada sobre o assunto. Também perceberam que, mesmo na atualidade, com muitos avanços no que se refere às questões indígenas, a perspectiva sob a qual se trabalha a questão indígena em muitas escolas ainda está equivocada. Os alunos puderam demonstrar que já tinham uma certa compreensão quanto às diferentes posições de dizer.

Em seguida, apresentamos os dois textos (memes) aos alunos para problematizar as questões presentes na próxima atividade. Com base na problematização das questões, pedimos que os alunos escrevessem um pequeno texto.

Figura 8 - Madame de Maison-Rouge como Diana, 1756.



Fonte: Facebook

Depois de apresentarmos os dois textos (memes), problematizamos algumas questões e pedimos que os alunos desenvolvessem as atividades propostas. Na sequência, temos as produções de alguns alunos.

Imagem 9 - Atividade do Movimento 2, passo 2, atividade 2.

PROBLEMATIZAÇÃO: 1.as pessoas falam "índio" ou "indígena"? 2.é comum nós ouvirmos falar qual dos dois termos? 3.tem diferença em usar um termo ou outro? 4.se tem diferença, qual é? 5.quando os portugueses aqui chegaram como chamaram os povos que aqui habitavam? 6.por que os chamaram de tal forma? 7.aparentemente parece ser a mesma coisa, mas será que é a mesma coisa?

ATIVIDADE02: Discuta com os colegas as questões acima levantadas e elabore um pequeno texto sobre elas:

De acordo com a pesquisa, perceberemos que as pessoas, utilizam mais no seu dia a dia o termo "índio", o termo "indígena" agora que está começando a ser usado. Pode mos perceber também que a palavra "índio" foi um termo que os europeus deram aos povos originários, do território, pois quando eles aqui chegaram pensavam que chegaria na Índia. Hoje em dia os indígenas não se identificam como "Índio" e sim como indígena que é a palavra certa a se ser usada pois quando nós referimos a um povo com o termo "índio" estamos nós referindo a pessoas antigas, sem uma doutrina religiosa e pessoas sem rei e sem lei. O termo indígenas é o que realmente faz referência aos povos originários pois esse termo não os restringe a um único povo com mesmo costumes, culturas visto que são diversos povos que possuem língua, cultura, costumes diferentes que demonstram uma vasta diversidade cultural.

ATIVIDADE 02: Discuta com os colegas as questões acima levantadas e elabore um pequeno texto sobre elas:

Apesar de nos dias atuais já termos muitas informações a respeito do uso do termo indígena, ainda assim muitas pessoas, inclusive na escola usam o termo "índio". Quando os portugueses aqui chegaram, chamaram os povos nativos de "índio", porque eles acreditavam ter chegado nos índios. Contudo, nós sabemos que existe muita diferença em usar um termo e outro, pois "índio" tem um significado que abarca preconceito que caracteriza os povos originários como selvagens, sem alma, sem fé, sem cultura, canibais, preguiçosos. Ao passo que o termo "indígena" produz sentido de diferentes povos com diferentes línguas, cultura e costumes, ou seja, representa uma vasta pluralidade cultural.



ATENÇÃO

8.Quanto aos termos "tribo" e "aldeia" existe diferença? Justifique.

Existem varias tribos urbanas, onde são formadas por varias pessoas com a mesma característica, mas que não são autônomas e precisam de um governo ou um povo para viver. Já as aldeias é um lugar onde o grupo de pessoas (indígenas) são totalmente autônomos. Eles não dependem de outros povos fora da aldeia para sobreviver.

8. Quanto aos termos "tribo" e "aldeia" existe diferença? Justifique.

Existe diferença entre os termos "tribo" e "aldeia" porque quem usa o termo "tribo" fala do lugar social de colonizados, ou seja, olocutor-colonizados que usou esse termo para inferiorizar a cultura dos povos indígenas, sendo que o termo "aldeia" respeita a diversidade cultural dos povos indígenas.

9. Quais os lugares sociais de onde se diz "tribo" e "aldeia"?

O lugar social de onde se diz "tribo" é do olocutor-colonizador que não respeita a cultura do indígena. Diferente do lugar social que diz "aldeia" que é o lugar social de olocutor-indigenista que respeita e valoriza os povos indígenas e suas culturas.

9. Quais os lugares sociais de onde se diz "tribo" e "aldeia"?

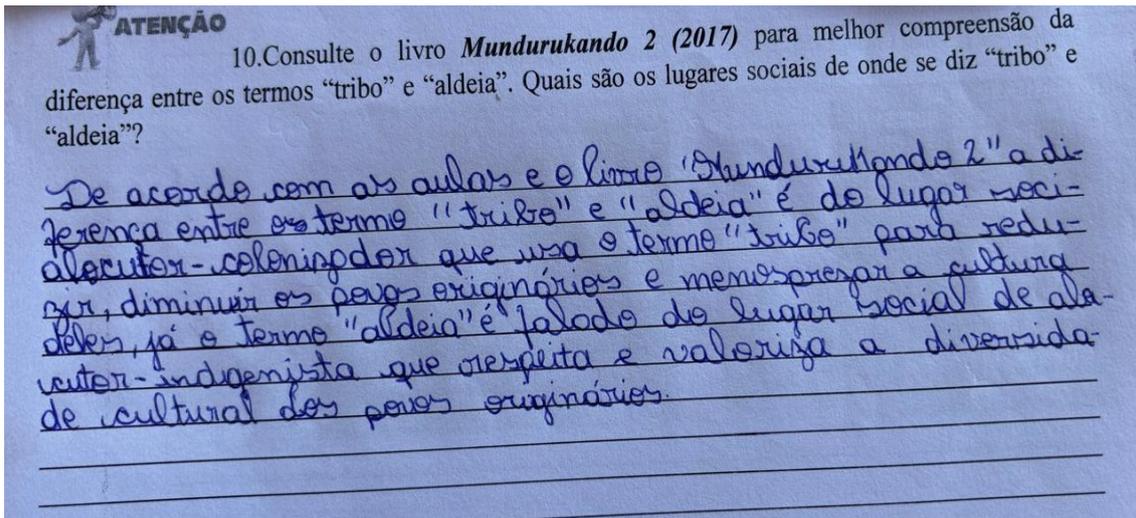
O lugar social de onde se diz tribo é de colonizador no caso olocutor - não indígena, porque não conhece e não respeita os povos indígenas. O lugar social de onde se diz "aldeia" é de olocutor - indigenista, pois ele conhece e respeita a diversidade de cultura dos povos indígenas.



ATENÇÃO

10. Consulte o livro *Mundurukando 2* (2017) para melhor compreensão da diferença entre os termos "tribo" e "aldeia". Quais são os lugares sociais de onde se diz "tribo" e "aldeia"?

Com base nas aulas sobre povos indígenas e o lugar social de dizer, entendemos que o lugar social que fala, usa o termo "Tribo" é do olocutor-colonizador que usa o termo para fazer referência às culturas indígenas de maneira a inferiorizar essas culturas reduzindo-as tão somente a uma manifestação cultural. O lugar social que diz "aldeia" é do olocutor-indigenista, que respeita, defende e valoriza a diversidade dos povos indígenas.



Fonte: fotografado pela autora.

A problematização e o desenvolvimento desse grupo de atividades foram muito relevantes, pois os alunos puderam discutir e argumentar sobre a temática da proposta de ensino (indígena), assim como colocar em prática os conceitos da semântica da enunciação, que é a teoria que embasou a presente proposta. Com isso, foi possível verificar que grande parte dos alunos seguia compreendendo e interagindo com as atividades apresentadas.

Após o término das atividades, fizemos alguns comentários/ esclarecimentos, relacionados à relação dos povos indígenas com a natureza e à utilização dos termos “tribo”, “aldeia”, “território indígena”, “etnia” e “povo”. Explicamos o significado do termo “indígena”, trouxemos informações e falas de Daniel Munduruku e ressaltamos a importância de sua luta para garantir os direitos dos povos indígenas.

Posteriormente, retomamos o conceito de argumentação e propusemos a atividade que segue.

Imagem 10 - Atividade do Movimento 2, passo 2, atividade 3.

ATIVIDADE 03: Leia e analise os recortes que seguem:

RECORTES: “descobrimto do Brasil? Achamento do Brasil? Invasão do Brasil? Invenção do Brasil? Encontro do Brasil.”

Analise a cena enunciativa, os aspectos linguísticos que envolvem a enunciação em relação à “chegada” dos colonizadores no Brasil, nesse caso, considerando os recortes apresentados acima, quais são os diferentes lugares sociais de dizer, para se referir e esse acontecimento? Essas diferentes posições apresentam argumentos para sustentarem esses diferentes lugares de dizer? Quais são?

O lugar social de onde se enuncia “descobrimto” é de alocutor-colonizador, que argumenta que as pessoas que habitavam esse território que até então era desconhecido eram pessoas não evangelizadas, sem doutrina religiosa, sem lei, sem rei. Então os colonizadores viam os indígenas como povos inferiores a eles, que por isso eles poderiam e deveriam fazer o que eles quisessem com esses povos.

É o lugar social de onde se diz “invasão” é de alocutor-indígena que argumenta que o Brasil não foi descoberto, pois já existiam povos originários nesse território, que viviam de forma autônoma, com um sistema de governo próprio (o cacique) e diferente de que os colonizadores falavam, o que aconteceu foi uma “invasão”, pois tudo o necessário para a sobrevivência desses povos eles já tinham e o Brasil já era habitado sem a necessidade de descobri-lo e que nunca ninguém conheceu antes e esse não foi o caso do Brasil.

RECORTES: “descobrimto do Brasil? Achamento do Brasil? Invasão do Brasil? Invenção do Brasil? Encontro do Brasil.”

Analise a cena enunciativa, os aspectos linguísticos que envolvem a enunciação em relação à “chegada” dos colonizadores no Brasil, nesse caso, considerando os recortes apresentados acima, quais são os diferentes lugares sociais de dizer, para se referir e esse acontecimento? Essas diferentes posições apresentam argumentos para sustentarem esses diferentes lugares de dizer? Quais são?

“descobrimto do Brasil” se fala no lugar social do colonizador, porque sempre sempre que um colonizador fala indígena de falar o “descobrimto do Brasil” eles falam como se fossem terras abandonadas (mas não tinham habitantes e ninguém conhecia). “Invasão do Brasil” se fala no lugar social do indígena, não porque os colonizadores chegaram ao Brasil, mas já era habitado por diferentes aldeias indígenas.

Fonte: fotografado pela autora.

Após essa atividade, apresentamos aos alunos o vídeo “Amazônia explica – povos originários e a proteção da Amazônia”, que trata da ocupação do Novo Mundo. Conversamos sobre a constituição da cena enunciativa e, com o intuito de ajudar na compreensão por meio de exemplo, convidamos a equipe de teatro da escola, coordenada pela professora de Artes, para fazer uma apresentação teatral para a turma. Os alunos gostaram muito da dinâmica, que

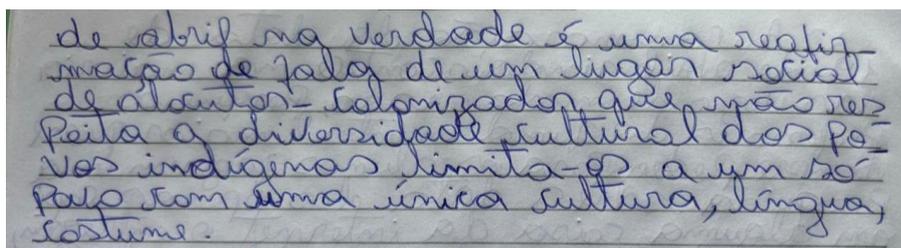
facilitou bastante a compreensão deles sobre a constituição da cena enunciativa. Em seguida, orientamos a seguinte atividade:

Imagem 11 - Atividade do Movimento 2, passo 2, atividade 4.

ATIVIDADE 04: Escreva um pequeno texto traçando reflexões sobre “o modo como se diz comemorar a data de 19 de abril” se de fato configura uma comemoração. Lembre-se de que é importante sustentar seu texto nas análises desenvolvidas nas aulas: para isso apresente a cena enunciativa (Locutor e Alocutário; Alocutor e Alocutário) e de como se dá o funcionamento e a sustentação da argumentação.

O modo como se comemora a data de 19 de abril na maioria das vezes é o professor dando uma aula sobre os indígenas, que muitos professores ainda chamam de “índios” e pede para os alunos fazerem instrumentos como arco, flecha, caca, comidas típicas dos indígenas. Quando os alunos produzem algum material o professor usa na aula sobre o dia 19 de abril, e assim temos na cena enunciativa o alocutor- professor que fala de lugar social de colonizador, pois ele não fala da diversidade cultural dos povos indígenas, não comenta que esses povos ocupam diferentes lugares na sociedade e nem fala que eles existem no presente. As aulas são voltadas ao modo como os povos indígenas viveram no passado com isso vemos um desrespeito a diversidade cultural e os sonhos conquistados pelos indígenas.

A comemoração da data de 19 de abril ainda acontece na maioria das vezes de modo errado, porque os professores do fundamental maior quase sempre pedem para os alunos fazerem uma pesquisa sobre a data, eles apenas copiam alguma coisa da internet e entregam, não existe uma aula completa sobre o assunto. Nesse caso entendemos que não existe comemoração, respeito nada que valorize a cultura indígena. Nas escolas de educação infantil na maioria das vezes os professores apresentam uma aula sobre a data, mas essa aula é voltada para o modo de vida como os povos indígenas viviam antigamente de maneira isolada, quase não usando roupas, fazendo, pescando, contando. Apresentam imagens deles com facas, nas aldeias. Na verdade a aula tenta descrever o indígena do passado, nada é falado sobre as lutas deles para garantir seus direitos, os avanços conquistados por eles, nem que eles estão nos diversos lugares e que ocupam diversas profissões. Com tudo isso entendemos que o que se diz comemorar no dia 19

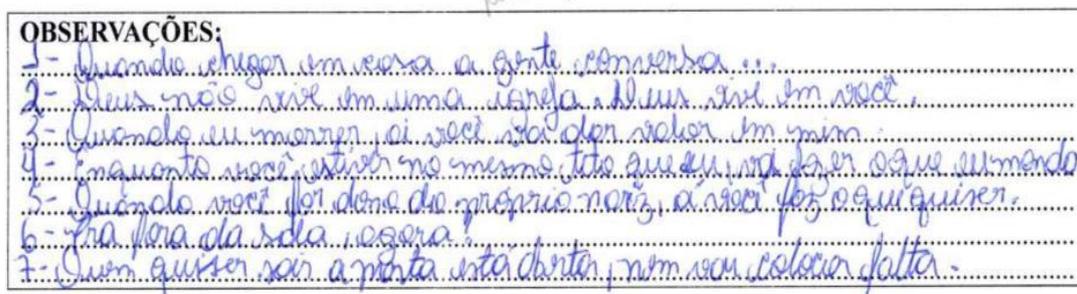


Fonte: fotografado pela autora.

Quando pedimos aos alunos que dissertassem sobre a comemoração da data de 19 de abril, tínhamos como objetivo observar qual o nível de compreensão deles quanto à maneira como as escolas abordam a data. Esperávamos que eles já pudessem trazer conceitos da semântica da enunciação para suas falas e escritas. Esclarecemos o objetivo da atividade e, considerando a produção de alguns alunos, pensamos tê-lo alcançado. Na sequência, propusemos a seguinte atividade:

Imagem 12 - Atividade do Movimento 2, passo 2, atividade 7

ATIVIDADE 06: Recorde a compreensão/conceito de “alocutor-x”, todo momento em que enunciamos algo (falamos) estamos dizendo de um lugar em que é reconhecido o nosso direito de dizer, ou seja, há uma autorização (que é social) para dizermos. Em equipe de 3 alunos construam uma apresentação que marca esses lugares de dizer de; padre, policial, mãe, presidente e professor (sem identificar a situação empírica).



Fonte: fotografado pela autora.

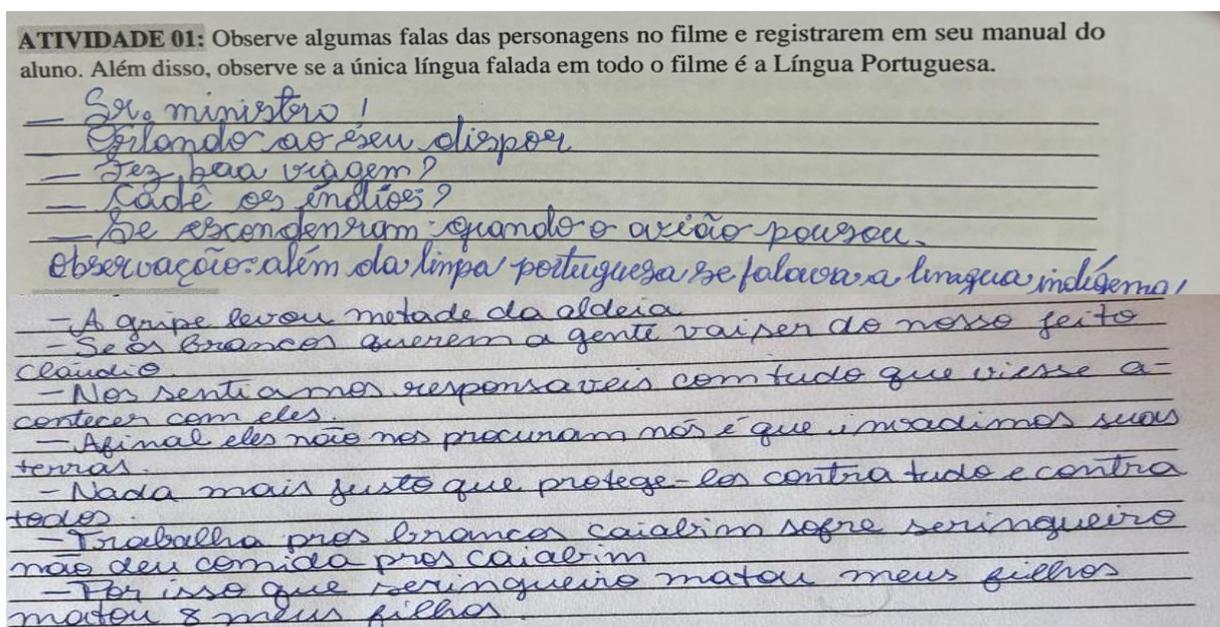
Essa atividade foi muito importante e contou com boa participação dos alunos. Pudemos observar que realmente alcançamos o objetivo proposto. Mesmo após o término da aula, eles ainda comentavam sobre o assunto de maneira muito compreensível. Como essa atividade foi prática, apenas alguns poucos alunos fizeram registro de observação no manual de atividades do aluno.

Na sequência, tínhamos proposto na atividade 8 que os alunos escrevessem um texto apresentando os aspectos mais relevantes desenvolvidos nas aulas anteriores, sustentando seus

textos nas análises desenvolvidas nas aulas. Porém, como nosso tempo estava curto para ainda desenvolver outras atividades, pulamos esta etapa.

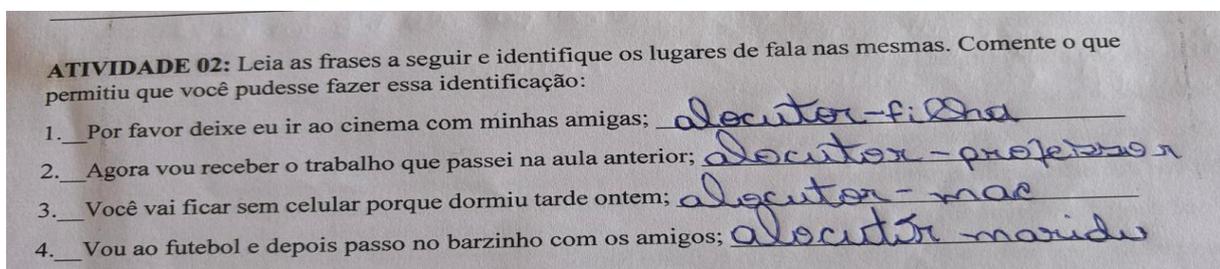
No passo 3 do movimento 2, retomamos o conceito de cena enunciativa e promovemos uma aula cinema em que a turma assistiu ao filme “Xingu”. Antes de começarmos assistir ao filme, conversamos com os alunos sobre a temática abordada e pedimos que eles observassem e registrassem no manual do aluno algumas falas das personagens no filme. Também pedimos que observassem se a única língua falada em todo o filme era apenas a língua portuguesa.

Imagem 13 - Atividade do Movimento 2, passo 3, atividade 1.



Fonte: fotografado pela autora.

Imagem 14 - Atividade do Movimento 2, passo 3, atividade 2.



Fonte: fotografado pela autora.

Em seguida apresentamos a atividade 3 a seguir.

Imagem 15 - Atividade do Movimento 2, passo 3, atividade 3.

ATIVIDADE 03: Observe o trecho de um diálogo do filme “Xingu” e identifique os lugares sociais (lugares de fala) em funcionamento no diálogo seguinte diálogo:

1. __ Vai ser o maior traçado viário do mundo tá vendo essa cruz? Estrada que vai atravessar a floresta, a Transamazônica ...
2. __ Mas tem de ser aqui? Não dá pra chegar um pouquinho mais assim ou então fazer um desvio, um contorno...?
3. __ As estradas por enquanto estão respeitando as suas fronteiras
4. __ Isso aqui é terra dos Krim
5. __ Tira eles de lá, limpa o caminho, mas tem que ser rápido!

1- alacutor - político
 2- alacutor - indigenista
 3- alacutor - político
 4- alacutor - indigenista
 5- alacutor - político

Fonte: fotografado pela autora.

A compreensão das atividades 1, 2 e 3 foi bem tranquila, pois já vínhamos discutindo os conceitos, e os alunos já estavam familiarizados com as discussões. Dando continuidade às atividades, pedimos que os alunos fizessem um resumo do filme, destacando aspectos positivos e negativos., também pedimos que descrevessem os possíveis sentimentos que o filme havia despertado neles. Seguem duas produções de alguns alunos.

Imagem 16 - Atividade do Movimento 2, passo3, atividade 4.

ATIVIDADE 04: Faça um resumo do filme, enfatizando os aspectos que você considera positivos e negativos dessa entrada pelo Brasil Central, relatem os sentimentos que o filme despertou em você; posteriormente apresente seu resumo para turma;

O filme tem vários pontos positivos, como conscientização da preservação da natureza e dos povos indígenas, além de destacar a importância e necessidade de proteger a Amazônia. Por outro lado, temos os pontos negativos, que são as ameaças sofridas pelos indígenas, e a exploração dos recursos naturais da Amazônia. Esses pontos positivos e negativos, são de extrema importância para esse filme, pois eles nos permite refletir, ajudam a olhar as coisas com outros olhos. Entretanto, esse filme me despertou um sentimento de tristeza, pois apesar dos pontos positivos o lado negativo ainda predomina quase todo o filme.

ATIVIDADE 04: Faça um resumo do filme, enfatizando os aspectos que você considera positivos e negativos dessa entrada pelo Brasil Central, relate os sentimentos que o filme despertou em você; posteriormente apresente seu resumo para turma;

O filme conta a história dos irmãos Villas Boas que se alistaram para expedição pelo Brasil Central, com isso eles saem em uma missão desbravadora, onde eles conhecem diversos povos indígenas, logo eles saem em defesa desses povos, pois o governo em nome de "progresso" que só beneficiava ele. Inicialmente, destruiu e matou muitos povos indígenas.

O que eu considero positivo foi a luta dos indígenas em defesa da natureza e suas próprias vidas. O filme me causou muita tristeza em ver a maldade do homem para conseguir tudo que deseja, também senti muito orgulho em ver os indígenas não se renderem a exploração do homem branco.

Fonte: fotografado pela autora.

Dando continuidade, orientamos o desenvolvimento da atividade 5.

Imagem 17 - Atividade do Movimento 2, passo 3, atividade 5.

ATIVIDADE 05: Apresente falas em que: o alocutor-político dizia aos irmãos Villas-Bôas quando ordenava a ocupação das terras indígenas; falas que o alocutor-indigenista falava ao determinar ações para direcionar a expedição;

— Eu proponho uma troca, fazemos a base, abrimos o caminho e
— i? — Em troca vocês revelam uma área uma boa área para os índios
— Um acampamento, um posto? acho que o governador não se oporia.
— Um acampamento não! um parque do Sringeri
— Uma cidade de índios, e isso? — Uma cidade não!
— Um estado!

— A presença militar numa área abandonada como a nossa é mais que bem vinda
— Uma base militar na serra do cachimbo é um desastre.
— Uma das últimas aldeias não contactada habita essa região
— Uma base militar nas terras do crim
— General o cláudio tem razão uma aproximação mal feita pode acabar com esses índios
— Vocês cuidam disso não é o trabalho de vocês?

Fonte: fotografado pela autora.

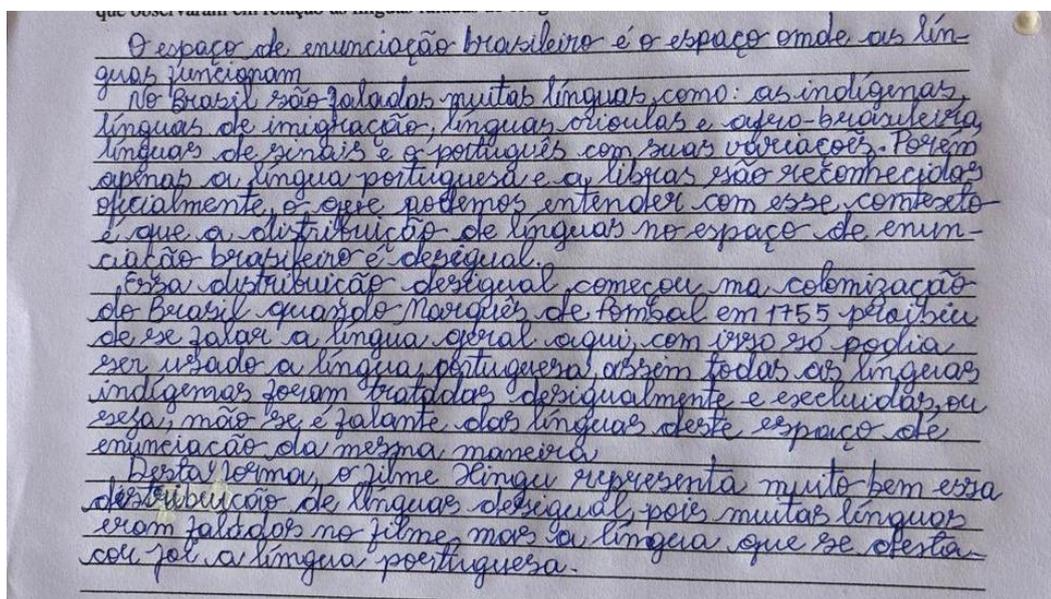
Consideramos muito positivo ter trazido esse filme para esta proposta de ensino, pois tivemos uma aula diferenciada que atraiu e envolveu os alunos. Muitos deles assistiram ao filme novamente em casa, alguns individualmente e outros em grupo. O filme emocionou grande parte da turma ao tratar de questões como o desrespeito à terra, à cultura e à vida indígena como um todo. Problematicamos o conceito de progresso descontrolado proposto pelo governo e a intermediação entre o indígena e o não indígena que foram elementos cruciais do filme.

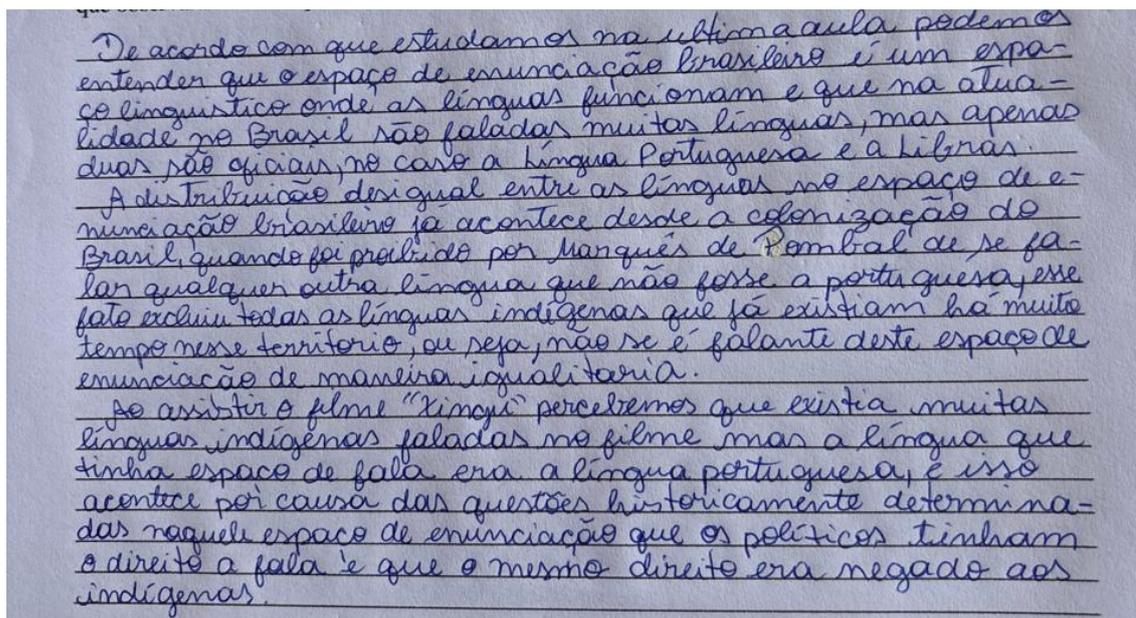
Todas as questões abordadas no filme foram de suma importância para que os alunos se questionassem acerca de muitos sentidos atribuídos ao indígena nos dias atuais.

No passo de número 4 do movimento 2, discutimos o percurso histórico da configuração do espaço de enunciação brasileiro e observamos a caracterização das línguas existentes na atualidade no Brasil, segundo as informações do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – Iphan e do Ministério da Cultura – MinC Para concluir essa etapa de atividades, pedimos, sob orientação, que os alunos realizassem a atividade a seguir.

Escrevam um pequeno resumo, pontuando os aspectos mais relevantes abordados na aula. Observem também quais línguas são faladas ao longo do filme “Xingu”: é só a língua portuguesa?

Imagem 18 – Atividade do Movimento 2, passo 4, atividade 1.





Fonte: fotografado pela autora.

Aplicar a proposta de ensino descrita anteriormente foi uma tarefa desafiadora, pois apresentar e colocar em prática algo totalmente novo para os alunos (e relativamente em fase de constante aperfeiçoamento para nós) não é uma missão fácil. No entanto, embora tenhamos tido diversos obstáculos e dúvidas, colocar em prática das atividades também foi uma maneira de aperfeiçoá-las. No que se refere à participação e ao desempenho da turma, precisamos entender que se tratava de alunos de 9º ano. Com frequência, nas apresentações orais, eles apresentavam maior facilidade de se expressarem. Porém, quando tinham de dissertar sobre o que tinham acabado de falar, o problema vinha à tona, pois a competência de escrita ainda é uma lacuna que precisa de bastante investimento.

Contudo, entendemos que a presente proposta de ensino funcionou como um instrumento extremamente significativo no que se refere à leitura e análise de texto, uma vez que, ao trabalhar com a abordagem da Semântica, houve um progresso na leitura e na atribuição de sentidos, o que, por sua vez, refletiu positivamente na produção textual dos alunos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o objetivo principal de oferecer novas abordagens para o ensino da língua portuguesa, indo além dos limites de um ensino orientado por regras gramaticais, esta dissertação apresentou uma proposta de ensino aplicada em uma turma de alunos do 9º ano da Escola Municipal de Ensino Fundamental Deputado Raimundo Ribeiro de Souza.

Conforme resultados discutidos e apresentados, a proposta possibilitou aos alunos ser protagonistas do próprio conhecimento, desenvolvendo habilidades de leitura, análise e produção de texto com o uso de diferentes objetos de análise, como memes, vídeos e filme. Essa estratégia permitiu que os alunos aprofundassem os conhecimentos sobre a temática indígena, que é o foco desta proposta, discutindo a posição dos povos indígenas na sociedade e preconceito sofrido por esses povos.

Com o aporte teórico da Semântica da Enunciação, que tem como unidade de análise o enunciado, foi possível desenvolver e colocar em prática uma proposta de ensino de língua portuguesa para o Ensino Básico que viabilizou a análise do funcionamento enunciativo do texto, considerando-o como acontecimento linguístico que funciona porque significa na enunciação. Além disso, analisamos a direção da argumentação presentes em textos com a temática indígena.

Com o desenvolvimento da análise de sentidos em funcionamento em um texto (nesse caso o meme), pelo viés da Semântica da Enunciação, foi possível compreender que analisar o funcionamento da linguagem implica a observação da enunciação, do acontecimento do dizer, no espaço de enunciação, que é constituído por incluídos e excluídos, que respectivamente representam aqueles a quem é reconhecido o direito ao dizer e aqueles a quem esse direito é negado.

Os falantes autorizados a dizer são agenciados pela língua a dizer a partir de certos lugares sociais, como apresentamos na análise em que há um alocutor-crítico social que diz a um alocutário-colonizador que sustenta a sua enunciação a partir do lugar da verdade incontestável do enunciador-universal.

Assim, ao adotarmos uma abordagem de ensino baseada na teoria da Semântica da Enunciação, desenvolvendo uma proposta de análise de texto que considera a linguagem associada à história e à sociedade, é possível verificar que essas relações de linguagem não são evidentes, transparentes, são afetadas pelos lugares sociais de dizer, que representam o poder concedido a uns e negado a outros, fato que é possível observar nas relações entre os modos de

significação em relação ao que se diz dos indígenas (a quem é negado o direito de dizer) e dos não indígenas; em relação ao falante da linguagem coloquial e ao falante da linguagem culta.

Esse é o funcionamento político da língua que, ao ser compreendido, possibilita uma interpretação menos ingênua da constituição dos sentidos. Dessa forma, faz-se indispensável conhecer uma análise de texto que ultrapasse os limites do significado da palavra em aspecto lexical, de forma a ler o texto observando a língua em funcionamento e a não transparência da linguagem que produz sentidos no acontecimento enunciativo.

Constatamos, por meio da análise do meme, as possibilidades de funcionamento da semântica enunciativa do texto e, posteriormente, compartilhamos essa análise com os alunos, implementando a proposta de ensino de língua portuguesa na Educação Básica. Assim, disponibilizamos ao professor diretrizes teóricas e práticas para leitura e análise do texto, orientadas pelo funcionamento semântico. Ademais, oferecemos aos alunos um manual de estudo que incluem orientações, apresentação de conceitos, exemplos, notas informativas e links de vídeos que auxiliam na compreensão de determinados aspectos e atividades distintas para verificar o nível de compreensão dos temas estudados.

Ao aplicarmos a proposta, foi possível observar que os alunos são capazes de ler e analisar textos sob uma perspectiva semântico-enunciativa e conseguem produzir textos que direcionam e sustentam uma argumentação a partir de um lugar social específico.

Esperamos, com a proposta aqui apresentada, contribuir para que professores da Educação Básica possam praticar um ensino de língua portuguesa efetivo, de modo a possibilitar que seus alunos se tornem leitores funcionais, conscientes de que a linguagem é um instrumento político e de poder.

REFERÊNCIAS

CARDIM, F. **Tratados da terra e gente do Brasil**. 2. ed. São Paulo: Edusp, 1993.

DUCROT, O. **O dizer e o dito**. Campinas: Pontes Editores, 1987.

DUCROT, O. **Princípios de semântica linguística (dizer e não dizer)**, São Paulo: Cultrix, 1979.

D'ANGELIS, W. D. R. **Línguas Indígenas no Brasil: urgência de ações para que sobrevivam**. 2014. Disponível em: https://www.academia.edu/38303087/L%C3%ADnguas_Ind%C3%ADgenas_no_Brasil_urg%C3%A2ncia_de_a%C3%A7%C3%B5es_para_que_sobrevivam. Acesso em: 17 mar. 2024.

GUIMARÃES, E. **Os limites do sentido: um estudo histórico e enunciativo da linguagem**. Campinas, Pontes, 1995.

GUIMARÃES, E. **Semântica do acontecimento**. Campinas: Pontes Editores, 2002.

GUIMARÃES, E. **História da Semântica: sujeito, sentido e gramática no Brasil**. Campinas: Pontes Editores, 2004.

GUIMARÃES, E. **Semântica do acontecimento: um estudo enunciativo da designação**. 2 ed. Campinas: Pontes, 2005.

GUIMARÃES, E. Domínio semântico de determinação. *In*: GUIMARÃES, E MOLLICA, M. C. (Org.). **A palavra: forma e sentido**. Campinas: Pontes Editores, 2007a.

GUIMARÃES, E. **Texto e Argumentação: um estudo de conjunções do português**. 4ed. Campinas: Pontes Editores, 2007b.

GUIMARÃES, E. **Análise de texto – procedimentos, análises, ensino**. Campinas: Editora RG, 2011.

GUIMARÃES, E. **Análise de texto – procedimentos, análises, ensino**. 2 ed. São Paulo: Hucitec, 2012.

GUIMARÃES, E. **Semântica: enunciação e sentido**. Campinas: Pontes Editores, 2018.

GUIMARÃES, E. (org.). **História e sentido na linguagem**. Campinas: Pontes Editores, 1989.

GUIMARÃES, E. Apresentação Brasil: país multilíngüe. **Ciência e Cultura**, São Paulo, v. 57, n. 2, p. 22-23, abr./jun. 2005. Disponível em: <http://cienciaecultura.bvs.br/pdf/cic/v57n2/a14v57n2.pdf>. Acesso em: 18 jan. 2024

MAZIÈRE, F. O enunciado definidor: discurso e sintaxe. *In*: GUIMARÃES, E.(org.). **História e sentido na linguagem**. Campinas: Pontes Editores, 1989.

ORLANDI, E. P. **A linguagem e seu funcionamento**: as formas do discurso. 4.ed. São Paulo: Pontes Editores, 1996.

ORLANDI, E. P. A língua brasileira. **Ciência & Cultura**, São Paulo, v. 57, n. 2, p. 29-30, 2005. Disponível em: http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252005000200016&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 8 fev. 2024.

RODRIGUES, A. D. Línguas indígenas: 500 anos de descobertas e perdas. **DELTA**, São Paulo, v. 9, n. 1, p. 83-103, 1993. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/delta/article/view/45596/30129>. Acesso em: 20 jan. 2024.

RODRIGUES, A. D. Sobre as línguas indígenas e sua pesquisa no Brasil. **Ciência & Cultura**, v. 57, n. 2, p. 35-38, 2005. Disponível em: <http://cienciaecultura.bvs.br/pdf/cic/v57n2/a18v57n2.pdf>. Acesso em: 8 fev. 2024.

SCIMAGO INSTITUTIONS RANKINGS. Existência e Diferença: O racismo contra os povos indígenas. **Revista Direito e Práx**, v.10 ,n.3, jul.-set., 2019

perspectiva indígena para, assim, ser possível conhecer outras narrativas que nos possibilitarão quebrar a linearidade histórica, desvincular da ideia (visão) de história única. Para melhor entendimento do perigo da história única, assista ao vídeo: **“Ted - o perigo de uma história única - Chimamanda Adichie - dublado em português”**



ATIVIDADE 2:

Observe os enunciados:

a) *“A chegada dos portugueses ao Brasil”* b) *“A invasão ao Brasil pelos portugueses”*

Considerando as **“diferentes posições/ lugares sociais de dizer”** que você conheceu e observando os termos “chegada” e “invasão” empregado nas duas frases, comente as diferentes posições (lugares sociais de dizer) que esses termos sugerem **para se** referir à descoberta do Brasil pelos portugueses.



ATENÇÃO

Considerando os enunciados apresentados anteriormente, é possível observar diferentes posições enunciativas para se referir ao processo de colonização do Brasil, isto é, sob a perspectiva (lugar de dizer) do colonizador e sob a perspectiva (lugar de dizer) do colonizado. Esses enunciados circulam/functionam no espaço de enunciação brasileiro onde se exclui o indígena. Essa exclusão ocorre de diversas formas, entre as quais podemos citar a história da colonização brasileira que só é contada na perspectiva do colonizador e, nesse espaço de enunciação, não vemos lugar para as línguas indígenas.

ATIVIDADE 3

Escreva um texto/comentário sobre o perigo de uma história única, no que se refere ao processo de colonização do Brasil, considerando as diferentes posições sociais para se referir e sustentar essa história.

ATIVIDADE PARA CASA:

Para a próxima aula, em equipe de 3 alunos, pesquise textos (memes, tirinhas, piadas, entre outros) tanto verbais quanto não verbais, relacionados ao tema indígena, observando e mostrando os lugares sociais apresentados em alguns enunciados.

PASSO 3: Os sentidos atribuídos ao indígena

Apresentações e discussões

ATIVIDADE 1

Apresente seu texto (equipe) e explique/mostre os lugares sociais presentes nos enunciados pesquisados. De que forma o indígena é abordado no texto? Que sentido está sendo atribuído ele? De qual posição (lugar social) estão sendo produzidos os enunciados que você pesquisou?

PASSO 4: A direção da argumentação

Leia a análise meme em homenagem ao Dia Mundial dos Povos Indígenas, observando os sentidos mobilizados no texto. Observe o funcionamento da argumentação com base no meme.



ATENÇÃO

As atividades serão desenvolvidas pelo viés da **Semântica**, que é o **estudo do sentido, da significação**, o que quer dizer que, quando analisamos um enunciado precisamos considerar os sentidos que estão em funcionamento, ou seja, quais sentidos estão sendo produzidos em um texto ou uma imagem.

<p style="text-align: center;">Análise do texto</p> <p>Faça a leitura silenciosa do texto, meme.</p> <p>Madame de Maison-Rouge como Diana, 1756</p>
--



Fonte: página do Facebook³⁶



Conceituando:

Parafrasear consiste em transpor o assunto de um enunciado ou texto para um outro texto utilizando palavras diferentes, mas mantendo o sentido original. É um mecanismo de reescrever o que já foi dito de forma mais objetiva sem alterar a essencial do conteúdo. A paráfrase é um excelente recurso para simplificar uma ideia complexa.

Locutor (aquele que diz/fala) e o **Locutário** (aquele para quem se fala).

Argumentar é sustentar o que está sendo dito. A **argumentação** ocorre na enunciação, ou seja, sempre que falamos ou escrevemos algo, estamos nos posicionando **de um lugar social específico**. Dessa forma, apresentamos uma sustentação para o que é dito e que faz significar no enunciado.

Exemplo: Se vocês concluírem a tarefa, podemos sair mais cedo, mas, se vocês demorarem, ficaremos até mais tarde.

Conceitos a serem abordados na análise: *o espaço de enunciação; a cena enunciativa; a argumentação; Locutor; Locutário; alocutor-x.*

Análise do meme com a temática indígena

³⁶ Disponível em: <https://www.facebook.com/ArtesDepressao/>. Acesso em: 17 jul. 2023.



Este meme foi publicado na página “Artes Depressão”, do Facebook, em um contexto que diz apresentar uma homenagem ao Dia Mundial dos Povos Indígenas, 9 de agosto.

No conjunto de **enunciados**, há um **Locutor** (aquele que diz/fala) que, ao propor uma “homenagem ao Dia Mundial dos Povos Indígenas”, refere-se a um **Locutário**, aquele para quem se fala e a quem também é atribuído um lugar social, o lugar social de não indígena, ou seja: alocutor-colonizador, visto que se propõe a “distribuir arco e flecha” (que são instrumentos de caça e proteção dos povos indígenas) ainda explicita finalidade com a qual pratica esse ato: “para vocês irem caçar o que fazer”. Desse modo, temos o enunciado (1):

“Em homenagem ao Dia Mundial dos Povos Indígenas, vou distribuir arco e flecha”,

Esse enunciado pode ser parafraseado por

(1a): **Existe um dia mundial para homenagear os povos indígenas e**

(1b): **em comemoração a essa data, vou distribuir arco e flecha.**

Assim temos: existe um dia para homenagear os povos indígenas, por isso, vou distribuir arco e flecha.

Dessa forma, podemos observar que **(1a) constitui argumento para (1b)**.

Já o enunciado (2) “pra vocês irem caçar o que fazer”, não produz sentido sozinho, pois se articula por dependência com o enunciado:

(1) “Em homenagem ao Dia Mundial dos Povos Indígenas, vou distribuir arco e flecha (2) pra vocês irem caçar o que fazer”.

Esse enunciado pode ser parafraseado da seguinte forma:

(1a) Existe um dia mundial para homenagear os povos indígenas;

(1b) em virtude dessa data, vou distribuir arco e flecha;

(2a) serão distribuídos arco e flecha pra vocês procurarem alguma ocupação.

Isso que remete a uma possibilidade de sentidos, em língua portuguesa, de que alguém “está muito desocupado”, “está falando demais”, “está falando muita besteira”. Como esse enunciado está relacionado à homenagem ao “Dia Mundial dos Povos Indígenas”, é possível considerar que o acontecimento enunciativo traz como **memorável** as posições negativas em relação aos povos indígenas, sustentadas desde a colonização.

Dessa forma, é possível compreender que há um Locutor que diz do lugar social de **alocutor-crítico social** e, ao dizer, institui o lugar de **alocutário-colonizador** ou **não-indígena**, que os indígenas têm um modo próprio de viver e que são dignos de respeito e homenagem; que “arco e flecha” são instrumentos importantes e que fizeram e ainda fazem parte do modo de sobrevivência de muitos povos indígenas.

Em outras palavras, o modo como os sentidos se articulam na língua, como foi exposto anteriormente, direciona, indica a relevância/importância de “distribuir arco e flecha em homenagem aos povos indígenas”. Este é o argumento para o alocutário-colonizador: de que é preciso conhecer os povos indígenas, suas culturas, suas histórias, seus modos de vida e de se posicionar em relação à vida; é preciso conhecer antes de questionar.

A **cena enunciativa** é constituída por uma distribuição de línguas em diferentes níveis, visto que temos a presença da linguagem coloquial em “pra vocês”, embora a linguagem formal seja predominante no texto, se sobrepondo-se à coloquial. Isso sugere que conhecer a diversidade nos possibilita concordar com ela ou não e, assim, utilizá-la ou não.



Assista ao vídeo no qual Sônia Guajajara, atual Ministra dos povos indígenas, faz um pronunciamento pelo Dia dos Povos Indígenas³⁷:



Fonte: Youtube³⁸

ATIVIDADE 1

Comente/ escreva sobre os esclarecimentos apresentados no pronunciamento de Sônia Guajajara.

³⁷ O vídeo com pronunciamento da ministra dos Povos Indígenas Sonia Guajajara se dirige aos professores, no entanto consideramos de suma importância apresentar aos alunos, uma vez que ele apresenta informações de grande relevância para a presente proposta de ensino.

³⁸ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=XSF-4I5zGUQ/>. Acesso em: 18 abr.2024



Agora assista ao vídeo postado em uma página de uma professora, na qual, ela ministra uma aula para alunos da educação Infantil sobre a comemoração do dia 19 de abril.



Fonte: Facebook³⁹

ATIVIDADE 2

Observe o vídeo da professora. Identifique e comente(escreva) os possíveis sentidos que são atribuídos aos povos indígenas e os lugares sociais dos quais esses sentidos são sustentados.



ATENÇÃO

COMENTÁRIO:

Em janeiro de 2023, foi criado no Brasil o primeiro **Ministério dos Povos Indígenas** da história brasileira. Com o intuito de representar os povos originários, o novo ministério foi criado com o objetivo de demarcar terras indígenas, garantir recursos para saúde, combater a mineração em áreas já demarcadas, assim como proteger comunidades indígenas que ainda não tiveram suas terras oficialmente reconhecidas.

ATIVIDADE 3

³⁹Disponível em: <https://www.facebook.com/raysantoscacosta.santoscacosta/.Acesso> em: 19 abr. 2024

OBSERVAÇÕES:

.....

.....

.....

Leia os textos/ memes a seguir.

Madame de Maison-Rouge como Diana, 1756



Madame de Maison-Rouge como Diana, 1756



PROBLEMATIZAÇÃO: As pessoas costumam falar “índio” ou “indígena”? Há diferença em usar um termo ou outro? Se há, qual é essa diferença? Quando os portugueses aqui chegaram, como chamaram os povos que aqui habitavam? Por que os chamaram de tal forma? Aparentemente parece não haver diferença de sentido entre os dois termos, mas será que eles significam a mesma coisa?

ATIVIDADE 2

Discuta com os colegas as questões acima levantadas e elabore um pequeno texto sobre elas.

8) Quanto aos termos “tribo” e “aldeia”, existe diferença entre eles? Justifique.

9) Qual o lugar social de quem emprega a palavra “tribo”? E qual o lugar social de quem emprega “aldeia”?

10) Consulte o livro *Mundurukando 2 (2017)* para compreender melhor a diferença entre os termos “tribo” e “aldeia”. Qual o lugar social de quem emprega “tribo”? E qual o lugar social de quem emprega “aldeia”?



COMENTÁRIOS

1) Os povos indígenas têm muitas semelhanças entre si, uma vez que integram a natureza. No entanto para a sociedade que costuma se designar “civilizada”, esse dado não parece relevante.

2) Os povos indígenas se consideram parte da natureza e, em razão disso, não se sentem superiores aos outros seres vivos. Assim, a luta dos indígenas pela terra é uma luta que integra um conjunto de vidas. Essa é a concepção de pertencimento dos povos indígenas.

3) É correto utilizar os termos aldeia, terra ou território indígena no lugar de tribo, mas, ao se referir a um conjunto de indígenas, use o termo etnia ou povo.

4) O termo “indígena” é uma expressão proposta pelos povos originários com o intuito de produzir sentidos que os diferenciem do que se compreende por índio. Conforme Munduruku



(2017), ao se referir aos povos originários, é preciso reconhecer que eles não têm os mesmos hábitos e costumes. Na verdade, são vários povos com culturas, hábitos e línguas bem distintos, que demarcam/apresentam uma ampla pluralidade cultural. O “índio”, por sua vez, tem um significado construído sob uma perspectiva colonizadora, historicamente carregada de preconceito e estereótipos que o caracterizam como selvagem, sem cultura, preguiçoso e ignorante.

Segundo Munduruku (2017, p.19-20, grifo do autor), a palavra “tribo” é mais uma forma colonialista de se referir a algumas culturas que eram consideradas inferiores. É um termo que reduziu a cultura de um povo a apenas uma manifestação cultural. Seria algo como dizer que o Brasil é a grande mãe, e a população nativa está dividida em grupos culturais que não se diferem, mas se complementam, o que não é de todo falso, mas também esconde parte da verdade.

Há, no Brasil, algumas tribos. Quase todas elas vivem na zona urbana e são denominadas “tribos urbanas”. Caracterizam-se por ser parte da cultura nacional, mas com certo diferencial, que pode ser revelado por meio da vestimenta, do corte de cabelo, das gírias ou palavras específicas etc. No entanto, não são autônomas, dependem em tudo da sociedade brasileira. Isso é o que as caracteriza como tribo, são exemplos os emos, os skatistas, os skinheads, os funkeiros etc.

Quando falamos de povo, a coisa muda de figura. Um povo, além de todas as características próprias, traz consigo o fato de ser autônomo. Ou seja, não depende da cultura da sociedade que a hospeda. Pode-se, portanto, dizer algo sobre o povo, Munduruku, Xavante, Kayapó, Guarani etc. Cada um deles traz consigo uma marca que os localiza no tempo e no espaço e lhes dá a capacidade de andar autonomamente por este mundo, como tem sido desde o princípio. Nesse sentido, todos eles são povos autônomos, independentes. Brasileiros sim, porém, brasileiros diferenciados, porque têm um caminho pautado na tradição, que vai muito além do nome Brasil.



Quem é **Daniel Munduruku**, autor do livro “*Mundurukando – sobre vivências, piolhos e afetos: roda de conversa com educadores*”?

O autor nasceu em Belém, PA, e é filho do povo Indígena Munduruku. É formado em filosofia, com licenciatura em história e psicologia. cursou mestrado e doutorado pelo

programa de Pós-Graduação em Antropologia Social na USP. Lecionou durante dez anos e atuou como educador social de rua pela Pastoral do Menor de São Paulo. Esteve em vários países da Europa, para participar de conferências e ministrando oficinas culturais para crianças. Entre outras atividades, participa ativamente de palestras e seminários destacando o papel da cultura indígena na formação da sociedade brasileira. Pela Global Editora, tem publicadas várias obras.⁴⁰

ATIVIDADE 3

Relembre o conceito de argumentação para desenvolver a próxima questão. Faça a leitura/reconhecimento dos recortes que seguem:

RECORTES: “Descobrimento do Brasil? Achamento do Brasil? Invasão do Brasil? Invenção do Brasil? Encontro do Brasil?”

Analise a cena enunciativa, os aspectos linguísticos que envolvem a enunciação em relação à “chegada” dos colonizadores ao Brasil. Considerando os recortes apresentados acima, quais são os diferentes lugares sociais de dizer para se referir a esse acontecimento? Essas diferentes posições apresentam argumentos para sustentar esses diferentes lugares de dizer? Quais são?



Amazônia explicada – povos originários e a proteção da Amazônia.⁴¹ O vídeo fala sobre o processo de ocupação do chamado Novo Mundo.

⁴⁰ Disponível em: <https://grupoeditorialglobal.com.br/autores/lista-de-autores/biografia/?id=1000/>. Acesso em: 17 jul. 2023.

⁴¹ Disponível em: <https://youtu.be/qtexr5nxn7m/>. Acesso em: 17 jul. 2023.

ATIVIDADE 5

Apresentação oral dos resumos dos textos.

OBSERVAÇÕES:

.....

.....

.....

.....



O funcionamento da linguagem se constitui de recordações linguísticas (Guimarães⁴² chama de “memorável”) as quais não são empíricas, mas históricas, que são trazidas para o presente e fazem significar no momento da enunciação (fala) e projetam um futuro de significados, ou seja, um fato(acontecimento) sempre estará relacionado a outro fato, e esse fato a outro e, assim, sucessivamente. Para melhor compreensão, podemos tomar como exemplo o acontecimento (fato) de instituir a celebração do dia 19 de abril. Lembre-se da comemoração de 9 de agosto e a diferença entre essas datas, que fazem referência a um passado (história cultural dos povos originários), que faz significar no presente e que projeta significados futuros sobre a diversidade cultural brasileira.

ATIVIDADE 6

Relembra o conceito de “alocutor-x”. Todo momento em que enunciamos algo (falamos), estamos dizendo de um lugar em que é “reconhecido o nosso direito de dizer”, ou seja, há uma autorização (que é social) para dizermos. Em equipe de 3 alunos, construam uma apresentação que marca os lugares de dizer de um padre, um policial, uma mãe, um presidente de um país e um professor (sem identificar a situação empírica).

⁴² **Eduardo Guimarães** é professor titular de Semântica do IEL da Unicamp, pesquisador do Laboratório de Estudos Urbanos, professor visitante da Unemat e pesquisador do CNPq. Desenvolve pesquisas nas áreas de semântica da enunciação, histórias das ideias linguísticas, e saber urbano e linguagem. Dedicou-se ao estudo dos nomes (sua designação) e da argumentação, e a análise de textos sob a perspectiva da semântica. Tem trabalhos relacionados a estudos do Português, com a análise de noções e conceitos como civilização, internacional, progresso, empréstimo e história, e com a política de línguas. Foi presidente e tesoureiro da Associação Nacional de Pós-graduação em Letras e Linguística e Conselheiro da ABRALIN. Publicou, entre outros livros, *Texto e Argumentação*; *Semântica do Acontecimento*; *História da Semântica*: Sujeito, Sentido e Gramática no Brasil; *Análise de texto*. Disponível em: GUIMARÃES, Eduardo. **Semântica**: enunciação e sentido. Campinas: Pontes, 2018.

PASSO 3: Lugares na Cena Enunciativa

Construindo conceitos: É na cena enunciativa que acontece a distribuição dos lugares de dizer na enunciação. Para esse fim, observe alguns exemplos em que os lugares sociais de dizer são constituídos e interpretados na fala.

Exemplo:

- 1) – Está sabendo a matéria toda para estar conversando mocinha?
- 2) – Não fez que a sua obrigação!
- 3) – Se eu for aí e achar ...
- 4) – Você veio para conversar ou para estudar?
- 5) – Eu vos declaro marido e mulher
- 6) – Você não é todo mundo....
- 7) – Eu te batizo, em nome do Pai, do Filho e do Espírito Santo.
- 8) – Vou chamar seus amigos para verem seu quarto e você passar vergonha!
- 9) – Estudem, porque eu não quero ninguém pedindo nota para mim no final do semestre.
- 10) – Se eu recolher esse celular só devolvo para sua mãe
- 11) – Vou contar até três!
- 12) – Você tem o direito de permanecer calado, tudo o que disser poderá ser usado contra você num tribunal.”
- 13) – Na volta a gente compra...
- 14) – Você está preso em nome da lei!
- 15) – Eu quero ver o dia que eu morrer...



Assista ao filme “Xingu”



Disponível em: <https://youtu.be/R7YhzUu6b7k>.

ATIVIDADE 1

Observe algumas falas das personagens no filme e registrem em seu manual do aluno. Observe se a única língua falada em todo o filme é a língua portuguesa.

ATIVIDADE 2

Leia as frases a seguir e identifique os lugares de fala nas mesmas. Comente o que permitiu que você pudesse fazer essa identificação

1) – Por favor, me deixe ir ao cinema com minhas amigas.

2) – Agora vou receber o trabalho que passei na aula anterior.

3) – Você vai ficar sem celular porque dormiu tarde ontem.

4) – Vou ao futebol e depois passo no barzinho com os amigos.



COMENTÁRIO: Sempre que falamos algo, estamos nos posicionado de um lugar diferente de dizer (fala) como, por exemplo, de lugar de aluno, de professor, de mãe, de esposa, de filha entre outros. Ou seja, nós nos posicionamos de inúmeros lugares que podem ser percebidos na fala (enunciação).



COMENTÁRIO

O filme “Xingu” envolve e emociona o público ao apresentar questões cruciais acerca da cultura indígena e do progresso descontrolado. Um dos aspectos mais determinantes do filme é a intermediação entre o indígena e o não indígena, o que é elemento fundamental do filme.

ATIVIDADE 5

Apresente falas do olocutor-político dirigidas aos irmãos Villas-Bôas quando ordenava a ocupação das terras indígenas; falas que o alocutor-indigenista usava ao determinar ações para direcionar a expedição.

PASSO 4: O espaço de enunciação brasileiro



COMENTÁRIOS

O espaço de enunciação é um espaço de funcionamento das línguas. No espaço de enunciação do Brasil são faladas muitas línguas, mas apenas duas delas são reconhecidas oficialmente: a língua portuguesa e a Libras. Trata-se de um espaço em que alguém sustenta o seu dizer. Nesse caso, o colonizador que sustenta sua posição. Hoje observamos isso representado na figura do governo que sustenta essa posição de dizer. E quando acontece de várias posições serem sustentadas simultaneamente, pode ocorrer o apagamento de umas diante de outras. No caso do espaço de enunciação brasileiro, esse é um acontecimento que teve lugar já muito cedo na história do Brasil, com o Diretório de Marquês de Pombal em 1755, ministro de Dom José I, que proibia o uso da língua geral na colônia, o que obrigava os indígenas a utilizar a língua portuguesa. Isso acarretou o declínio por completo da língua geral no Brasil.

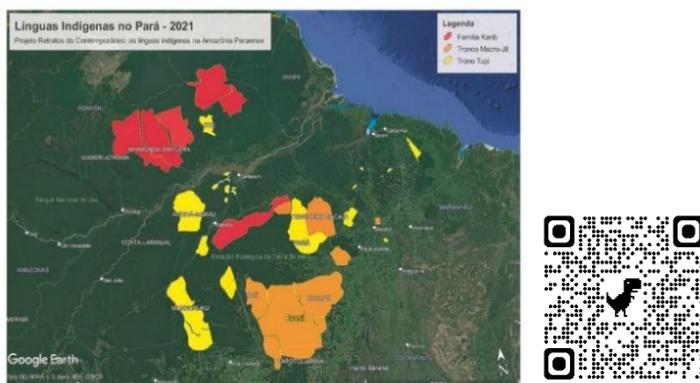
1) A instituição da língua portuguesa como oficial fez apagar todas as outras línguas, no caso as línguas dos povos indígenas que já existiam no território nacional.

2) Segundo Guimarães (2018), o *espaço de enunciação* é o espaço de relações de línguas no qual elas funcionam na sua relação com falantes. Assim, não há línguas sem outras línguas, e não há línguas sem falantes e vice-versa. Um aspecto importante na configuração do espaço de enunciação é que as línguas do espaço de enunciação são distribuídas de modo desigual, não se é falante das línguas deste espaço da mesma maneira. (GUIMARÃES, 2018, p. 23-24, grifo do autor).

3) No século XVI, logo depois da chegada dos portugueses à região que hoje é conhecida como Porto Seguro, na Bahia, a frota deu continuidade na viagem deixando no Brasil quatro pessoas que falavam a língua portuguesa. Isso provocou uma mudança nas relações do espaço de enunciação existente, que, a princípio, era composto de falantes de línguas indígenas. A presença dos portugueses fez com que o espaço de enunciação passasse a ser formado tanto pelas línguas indígenas quanto pela língua portuguesa e seus respectivos falantes. Se de alguma forma os portugueses não tivessem permanecido ali ou, ainda que sim, mas de modo isolado dos indígenas, o espaço de enunciação não teria sofrido nenhuma alteração. No entanto, houve uma interação efetiva que resultou em um novo conjunto de relações entre a língua portuguesa e as línguas indígenas, constituindo um espaço de enunciação constituído de diferentes línguas e seus falantes. Isso significa, que esse espaço não é físico, mas, sim, um espaço de línguas e seus falantes. E é a esse espaço de línguas e seus falantes que Guimarães chama de espaço de enunciação. Vale ressaltar que isso não significa dizer que existem línguas que estabelecem relações entre si. O que realmente ocorre é a relação entre línguas e línguas, línguas e falantes e falantes e falantes. Em razão das novas circunstâncias, essa relação passa por uma mudança expressiva. Anteriormente, era uma relação entre falantes de uma língua indígena, entre falantes de línguas indígenas e entre línguas indígenas. Com base no que acabamos de delinear, além dessas interações, surgem também relações entre falantes de uma outra língua com os falantes das línguas já presentes. Assim dizendo, passa a existir uma nova relação de falantes diferentes agenciados por línguas diferentes.

4) Segundo o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – Iphan e o MinC Ministério da Cultura – MinC, calcula-se que, no Brasil, mais de 250 línguas sejam faladas, incluindo línguas indígenas, línguas de imigração, línguas de sinais, línguas crioulas e afro-brasileiras, além do português e suas variedades. No estado do Pará, até o dia 24 de fevereiro de 2023, às 18:43 (última atualização) eram faladas (registradas) 34 línguas indígenas, sem contar as línguas dos 13 povos isolados que vivem dentro das fronteiras paraenses. Dessas 34

língua indígenas, dezoito são línguas Tupi, quatro são línguas Macro-Jê, nove são da família Karib, uma língua é família Karajá, uma língua é da família Aruak, e uma língua é dos Warao. Observe o mapa interativo que apresenta as línguas indígenas no estado do Pará.



5) São essas relações entre o colonizador e o colonizado que estabelecem quem pode dizer, já que uns são autorizados a dizer e outros não. Observe o exemplo da sala de aula. Nesse espaço de enunciação, quem é autorizado a dizer? Por quê? Perceba que se trata de questões que são socio- historicamente determinadas (definidas pela maneira como a sociedade se constituiu ao longo da história. Observe que sociedades diferentes têm histórias diferentes, e a compreensão da sociedade é diferente das relações humanas. Um exemplo disso é o modo como, em algumas sociedades/países, a exemplo do Irã, as mulheres são obrigadas a usar burca e adotar certos hábitos. Não se trata de escolhas, decisões tomadas pelas pessoas, mas do modo como as relações se dão. Lembre-se das falas do locutor-político e perceba que esse locutor tinha autorização a dizer naquele espaço de enunciação (em que ordenava a exploração da terra), de modo que a mesma autorização não era permitida ao locutor-indigenista e ao locutor-indígena. Isso aconteceu porque o espaço de enunciação é um espaço de poder, em que uns são autorizados a falar e outros têm esse direito à fala negado.

ATIVIDADE 1

Escreva um pequeno resumo, pontuando os aspectos mais relevantes abordados na aula. Com relação às línguas faladas no filme “Xingu”, há outras além da língua portuguesa?

APÊNDICE B – TEXTO UTILIZADO COMO ATIVIDADE DE LEITURA

A língua portuguesa em território brasileiro e sua relação com outras línguas

A língua portuguesa chega ao Brasil no período das grandes navegações, no fim do século XV e início do século XVI, e passa a estabelecer relação, em um espaço de tempo novo, com falantes de línguas diferentes, no caso as línguas indígenas. Ao considerar como parâmetro a relação⁴³ da referida língua com as diferentes línguas usadas a partir de 1932, quatro momentos podem ser estabelecidos. O primeiro momento correspondente ao início da colonização e se estende até o período no qual os holandeses foram embora da região, em 1654. Nesse espaço de tempo, o português estabeleceu relação linguística com as línguas indígenas, língua holandesa e com as línguas gerais (importante lembrar que a língua holandesa também era uma língua colonizadora). As línguas gerais constituíam línguas tupi faladas por grande parte da população e eram a forma de contato entre as diferentes comunidades indígenas e portuguesas e seus descendentes. Assim, a língua geral se fazia uma língua franca. A língua portuguesa, sendo a língua oficial do estado, era usada em documentos oficiais e falada por aqueles que pertenciam à administração da Colônia.

O segundo momento é marcado com a partida dos holandeses do Brasil e a chegada da família real portuguesa ao Rio de Janeiro, em 1808. Essa partida dos holandeses transforma o cenário de relações entre as línguas faladas no Brasil, uma vez que deixa de existir uma outra língua de Estado, no caso o holandês, que disputava espaço com a língua portuguesa. Assim, a relação a partir desse período passa a ser essencialmente entre o português e as línguas indígenas, mais precisamente as línguas gerais, e as línguas dos escravos africanos. Essa é uma fase marcada por intenso processo de colonização e simultaneamente extermínio das línguas gerais. Vale destacar que a população brasileira antes da chegada dos portugueses era majoritariamente de indígenas. Com a processo de colonização acelerado, o país recebe grande quantidade de portugueses, assim como de africanos, que vieram na condição de escravos. De acordo com Guimarães (2005, p. 24),

Para se ter uma ideia, no século XVI, foram trazidos para o Brasil 100 mil negros. Esse número salta para 600 mil no século XVII e 1,3 milhão no século XVIII. O espaço de línguas do Brasil passa a incluir também a relação das línguas africanas dos escravos e o português. Com o maior número de portugueses, cresce também o número de falantes específicos do português.

⁴³Essa relação constitui uma relação política e estabelece espaços de enunciação, em que as línguas funcionam se relacionando, e isso acontece em função da relação das línguas com os falantes. Desta forma o falante é uma figura linguística e política estabelecida pelo espaço de enunciação (Guimarães, 2018).

Em meio a esse processo, um aspecto é peculiar: os portugueses que então chegavam ao Brasil eram originários de diferentes regiões de Portugal. A partir daí, passam a coexistir no país, no mesmo espaço de tempo, variações do português que coexistiam como dialetos de diferentes regiões de Portugal. Em meio a todo esse processo, ainda há dois fatores de grande relevância: i) a intervenção direta do Império português, que age para proibir o uso da língua geral nas escolas, medida que constitui uma conduta orientada de política de línguas de Portugal para efetivar o português como língua de maior comunicação no Brasil. Segundo Guimarães (2005, p. 24),

Uma dessas ações mais conhecidas é o estabelecimento do Diretório dos Índios (1757), por iniciativa do Marquês de Pombal, ministro de Dom José I, que proibia o uso da língua geral na colônia. Assim, os índios não poderiam mais usar nenhuma outra língua que não a portuguesa.

ii) a presença crescente da população portuguesa no Brasil. A associação desses acontecimentos causou um impacto específico que contribuiu para o declínio definitivo da língua geral no país. Dessa forma, a língua portuguesa, além de passar a ser a oficial do estado, torna-se também a mais falada no Brasil.

O terceiro momento que marca o domínio do português no país inicia-se com a chegada da família real em 1808 – que fugia da guerra com a França – e chega ao fim com a independência, em 1826, quando o parlamento brasileiro institucionalizou a língua nacional do Brasil. A chegada da família real ao país teve dois impactos significativos: primeiro deles está relacionado ao aumento acelerado da população em um espaço de tempo mínimo. O segundo foi a mudança da capital do Império, que passou a ser Rio de Janeiro, fato que acarretou novas relações sociais no país. Essa mudança afeta também a questão da língua, visto que o português se estabeleceu como idioma oficial e dominante no país.

Em 1826, inicia-se o quarto momento, marcado por um projeto do deputado José Clemente que propunha que os diplomas dos médicos no Brasil fossem escritos em “língua brasileira”.

No ano posterior, em 1827, houve intensas discussões acerca do ensino, e levantou-se a questão de os professores terem de alfabetizar usando a gramática da língua nacional. Entre outras palavras, a língua portuguesa no Brasil tornava-se uma imposição que viria a transformá-la de língua do colonizador em uma língua da nação brasileira. Isso implica a sobreposição da língua oficial com a língua nacional. Assim, o português no Brasil reflete as

condições históricas brasileiras. Em razão de relações estabelecidas com outro espaço de línguas, como as línguas indígenas, a língua geral, as línguas africanas, o português sofreu modificações específicas no fim do século XIX, já que os estudiosos da linguagem uniram-se aos escritores brasileiros com o intuito de afirmar o sentido do português como língua nacional da nação.

Esse quarto momento, em que o português já se estabeleceu como a língua oficial e nacional do Brasil, trará uma nova dinâmica: o início das interações entre o português e as línguas de imigrantes. Em 1818/1820, inicia-se o fluxo de imigração no Brasil com a chegada de alemães a Ilhéus (1818) e a Nova Friburgo (1820), que vieram para estabelecer-se no país. Com esse processo de imigração, entram no país falantes de alemão, italiano, japonês, coreano, holandês e inglês.

Dessa forma, o espaço de enunciação⁴⁴ brasileiro passa a ter duas relações notavelmente diferentes quanto à língua oficial e nacional. Por um lado, as línguas indígenas (juntamente com as línguas africanas dos descendentes de escravidão) e, por outro, as línguas trazidas pelos imigrantes. Há que se considerar que, nesse contexto, as línguas indígenas e africanas são vistas como línguas desvalorizadas, de povos primitivos (afinal, na visão do colonizador, os indígenas é que precisavam ser civilizados). A língua dos negros, também sob o olhar do colonizador, não seria a indicada para se adotar por todos no Brasil. Isso significa dizer que não houve espaço para essas línguas e seus falantes.

Diferentemente das línguas dos povos indígenas e das línguas dos escravos africanos, as línguas dos imigrantes que chegam ao país têm outro status, pois estas línguas chegam por meio de política governamental que visava à cooperação para o desenvolvimento nacional. As línguas trazidas pelos imigrantes são, de certo modo, línguas nacionais ou oficiais nos países de origem dos imigrantes, o que as legitima, desigualmente, no contexto global das relações de línguas se comparadas com as línguas indígenas e africanas. As línguas dos imigrantes eram naturais de povos vistos civilizados, em comparação com as línguas indígenas e africanas, que eram consideradas incivilizadas, da mesma forma que seus falantes eram considerados incivilizados.

É importante ressaltar que o português como língua oficial e nacional do Brasil é falado em todo o território brasileiro e coexiste com vasto grupo de diferentes línguas, no

⁴⁴ o *espaço de enunciação* é o espaço de relações de línguas no qual elas funcionam na sua relação com falantes. Assim não há línguas sem outras línguas, e não há línguas sem falantes e vice-versa. Um aspecto importante na configuração do espaço de enunciação é que as línguas do espaço de enunciação são distribuídas de modo desigual, não se é falante das línguas deste espaço da mesma maneira. (Guimarães, 2018, p. 23-24, grifo do autor).

caso as línguas indígenas e línguas de imigrantes. Uma vez que o português é a língua nacional ela é considerado língua materna de todos os brasileiros, sobrepondo-se a uma quantidade significativa de brasileiros que tem uma língua materna diferente do português, no caso das línguas indígenas, africanas e de imigrantes, que continuam não tendo reconhecimento.

As línguas indígenas e seus falantes

O Brasil é um país onde convivem inúmeras línguas, mas que tem a língua portuguesa, como oficial. Guimarães (2005, p. 22) afirma que

Esta característica linguística é significada politicamente pela tensão histórica entre um imaginário de unidade, comum a um grande número de países contemporâneos, e uma divisão das línguas e de seus falantes. Esse imaginário de unidade é parte da construção das identidades nacionais modernas.

Pensar no multilinguismo brasileiro hoje faz-se necessário antes de considerar a diversidade de línguas indígenas que existiam no Brasil no período que antecede a colonização. Dois aspectos são levados em consideração para estabelecer um número aproximado de línguas nesse período, em conformidade com Rodrigues (1993, p.91), que diz o seguinte:

Por ora vamos limitar-nos a estas duas, a do Brasil leste de Cardim e a do interflúvio Tapajós-Madeira, as quais representam regiões bem distintas e situações diferentes de penetração europeia, e vamos utilizar a média aritmética delas, a qual é de 1.175 línguas, para o Brasil no início da colonização.

Para chegar a esses dados, considerou-se a presença de 76 povos indígenas que habitavam parte do rio São Francisco em encontro com o Rio de Janeiro, e essas informações estão contidas em manuscritos feitos por um padre jesuíta, Fernão Cardim, no século XVI. Cardim (1993) levou em consideração precisamente a identidade ou a distinção entre as línguas faladas entre esses povos, destacando que a junção de todas as línguas resultava em 65, sem considerar a língua dos indígenas tupinambás (que incluem os tupiniquins, caetés, potiguaras, tamoios etc.). A língua tupinambá era a língua usada para estabelecer contato com os portugueses. Vale ressaltar que, mesmo considerando a vasta diversidade de povos originários presentes na costa atlântica, um aspecto chama atenção na colonização europeia que não se limita apenas à portuguesa, já que houve tentativas francesas em priorizar o

conhecimento da língua dos tupinambás, ou seja, sempre que havia a necessidade de se comunicar com uma língua indígena, a escolhida era a língua dos tupinambá, que chegou a ser documentada por José de Anchieta no fim do século XVI. Para a comunicação com povos que não usavam a língua dos tupinambás havia intérpretes indígenas. Segundo Nantes (1709, *apud* Rodrigues, 2005, p.35),

Uma consequência dessa situação é que, durante os três séculos do período colonial fizeram-se gramáticas e dicionários de somente três línguas indígenas: do próprio tupinambá, de que foram feitas duas (Anchieta, 1595, e Figueira, 1621), da língua kirirí (Mamiani, 1699) e da língua dos Maramonins ou Guarulhos. Desta última, elaborada pelo Padre Manuel Viegas com o auxílio do Padre Anchieta, estão, entretanto, perdidos todos os manuscritos (gramática, vocabulário e catecismo). As gramáticas do tupinambá e do kirirí foram publicadas nos séculos XVI e XVII e, assim, sobreviveram e puderam ser reproduzidas em novas edições (a de Figueira já no século XVII, as de Anchieta e Mamiani só no século XIX), mas a de Viegas não foi publicada e se perdeu, assim como seus outros trabalhos sobre a língua. [...]ainda não se tem notícia sobre a possível sobrevivência de manuscritos de gramática e dicionário dos capuchinhos franceses que atuaram no fim do século XVII e no início do XVIII no rio São Francisco, junto a um povo estreitamente aparentado aos kirirís, o povo dzubukuá, em cuja língua Frei Bernardo de Nantes publicou um catecismo.

Diante dessas informações, podemos observar a diversidade de línguas que conviviam no início da colonização do Brasil e que, por razões diversas, foram se perdendo com o passar do tempo, aspecto que será abordado mais adiante.

Atualmente, o número de línguas indígenas vivas no Brasil não ultrapassa 160. Esse número pode oscilar para mais ou para menos, em razão da não precisão na diferenciação entre algumas línguas e dialetos. A Funai, que acompanha a presença de povos indígenas ainda isolados, considera que podem existir aproximadamente 20 grupos na situação de isolados; dessa forma, esses grupos podem falar línguas de outros povos já conhecidos, assim como podem usar línguas que ainda são desconhecidas. Com avanço dos registros acerca das línguas indígenas brasileiras, elas passam a ser organizadas em famílias genéticas, classificação que é científica, baseada na natureza genética dos falantes. Trata-se daquelas línguas que apresentam evidências de ter se originado de uma mesma língua ancestral.

Na atualidade, são reconhecidas 43 famílias indígenas, e algumas delas integram apenas uma língua, reconhecida como “língua isolada”. Esse isolamento é frequentemente consequência de acidentes históricos e, no caso das línguas brasileiras, possivelmente decorre do processo de colonização, que extinguiu os falantes de diferentes línguas que pertenciam à mesma família.

Uma particularidade significativa entre algumas famílias diz respeito a características compartilhadas similares que possivelmente podem ser justificáveis por uma ancestralidade comum a uma mesma família. Nesse sentido, propõe-se uma categoria genética mais ampla e com maior extensão temporal: o tronco linguístico. No Brasil, é reconhecido um tronco linguístico bem consolidado, chamado Tupi, que inclui dez famílias linguísticas. Há, ainda, outro tronco linguístico, de caráter ainda bastante hipotético, chamado Macro-jê que inclui doze famílias linguísticas.

De acordo com Rodrigues (2005), a diminuição da quantidade de línguas indígenas ao longo de 500 anos de exploração é resultado de um sistema de colonização devastador e permanente que persiste até hoje, sem ter sido interrompido mesmo com a independência política do país no início do século XIX, tão pouco com a promulgação da “Constituição Cidadã”, de 1988, que foi a primeira constituição a admitir os direitos indispensáveis dos povos originários, incluindo direitos linguísticos. A atual Constituição Federal tem exercido papel determinante no sentido de promover os avanços expressivos para as comunidades indígenas em diversas áreas, incluindo o acesso a projetos educacionais mais direcionados e que valorizem suas línguas nativas. Apesar disso, ainda persiste uma grande hostilidade e agressão impulsionadas não apenas por cobiça de caráter econômico, como pela falta de conhecimento acerca da riqueza cultural do país. Assim, fica evidente o cenário crítico em que se encontra grande parte das línguas indígenas, que sofrem grande risco de desaparecimento.

Segundo Rodrigues (2005), no contexto global, é amplamente considerado que qualquer língua falada por menos de 100 mil pessoas enfrenta sérios obstáculos para sua sobrevivência e exige cuidados específicos. No Brasil, não há uma língua indígena que ultrapasse 40 mil falantes, considerando que a língua que tem mais falantes é a Tikúna, falada na região do Alto Solimões, no estado do Amazonas, que não excede o limite de 30 mil. Contudo, a situação mais preocupante reside nas línguas minimamente minoritárias em que a população não excede a 1.000 pessoas. Isso corresponde a 76% das línguas indígenas brasileiras. Ainda vale destacar os casos em que o número de falantes não corresponde ao número total da população da etnia, ou seja, a quantidade de falantes é bem inferior. Esse fato nos leva a observar que mais de 40 línguas⁴⁵, ou seja, mais de 25% das línguas indígenas, que ainda estão vivas no Brasil tem o número inferior a 100 falantes cada, e, entre essas, aproximadamente 30 línguas contam com menos de 20 falantes cada. Isso indica um fato

⁴⁵Fontes: FUNASA, FUNAI, ISA, UNESCO, CIMI 2010-2012.

extremamente preocupante que pressupõe uma iminente extinção de um número significativo de línguas num futuro próximo.

Para compreender a vitalidade de uma língua, segundo D'Angelis (2014), alguns indicadores são tomados como referência. A extensão da comunidade de falantes de uma língua é um dos aspectos que interfere na sua vitalidade. Ao observar a média de 160 línguas indígenas vivas no Brasil, é importante considerar o seguinte: aproximadamente 55 línguas – o que equivale 34,3% – tem o número inferior de 200 falantes, e outras 30 línguas – correspondente a 18,7% – tem aproximadamente 200 a 500 falantes. A junção dos dois grupos sinaliza um fato alarmante que demonstra que mais de 50% das línguas indígenas brasileiras têm menos que 500 falantes cada uma, e isso equivale a quase 70% dessas línguas que têm menos que mil falantes.

A importância de se considerar a quantidade de falantes como critério deve ser tomada em sua proporção relativa, pois o que precisa ser considerado não é a quantidade de falantes, e, sim, o percentual de falante da população total da etnia. Mais um critério significativo para identificar as línguas minoritárias é o aspecto sociolinguístico que corresponde ao que pode se denominar “capacidade reprodutiva” da língua. Os componentes que fazem parte desse cenário sociolinguístico são os seguintes: i) a relação da quantidade de falantes nativos da língua e o número completo de integrantes da comunidade em que aquela língua é o idioma dos antepassados; ii) a relação de faixa etária dos falantes nativos da língua; iii) a proporção de falantes que tem a língua como materna e a sua classificação entre homens e mulheres; iv) a presença ou ausência do desenvolvimento da leitura e da escrita na língua em estudo; v) a maneira como o uso linguístico acontece nos diferentes contextos, sociais, entre outros. Uma representação real, nesse sentido, pode ser observada no caso da língua Trumai e a língua Kaingang, que, conforme D'Angelis (2014), têm como falantes aproximadamente entre 50 e 60% correspondente ao total da população da etnia. O que diferencia as duas é, no que se refere à língua Trumai, os não falantes da língua são os jovens, e isso implica dizer que a língua não mais é transmitida intergeracionalmente, ou seja, entre as diferentes gerações. Quanto à língua Kaingang, 40% (oscilando um pouco para mais) não usam (falam) a língua, situação que ocorre em famílias e até mesmo aldeias por completo. No entanto, essa língua se mantém viva em outras dezenas de comunidades quase completamente.

Mais um aspecto decisivo para a vitalidade das línguas minoritárias é o posicionamento dos falantes quanto a ela e à língua majoritária, ou seja, as “atitudes linguísticas” das pessoas que constituem a comunidade minoritária. Línguas que são

validadas como oficiais pela própria comunidade de falantes (aquelas que a comunidade considera como a identidade da etnia) são as que certamente têm bem mais oportunidade de se manter vivas, ou seja, tem maior vitalidade. De forma bastante genérica, a maneira socioeconômica da comunidade falante é mais um fator significativo para a vitalidade da língua, pois a imagem ou valor social que essa comunidade tem em meio a sociedade majoritária contribuirá desisivamente para a sobrevivência ou morte dessa língua determinada. Segundo D'Angelis (2014, p.4),

De um ponto de vista bastante genérico, um outro fator relevante para a vitalidade de uma língua é a condição socioeconômica da comunidade falante (ou de uma parcela bastante significativa dela, e não de indivíduos isolados) e a representação ou imagem dessa comunidade no conjunto da sociedade majoritária. Costumo dizer que, se os Kaingang fossem um povo rico, haveria restaurantes especializados em comidas como bolo de milho azedo e coró de palmeira. Mas eles não são um povo rico (apesar de, hoje, já existirem vários caciques corruptos e, eles sim, viverem muito bem). Muito diferente é a situação do povo francês e do povo japonês, e sua valorização no Brasil. Basta ver que as pessoas vão a finíssimos e caros restaurantes “franceses” para consumir *escargot*, que é um primo da lesma e do caracol; ou a restaurantes “japoneses” para comer peixe cru.

O denominado “preconceito linguístico”, antes de ser um preconceito pela maneira como as pessoas falam, na verdade é um preconceito contra a forma como determinadas pessoas ou comunidades falam em função de suas origens. Ou seja, o preconceito econômico, social e étnico é o que reproduz e faz perpetuar o preconceito linguístico.

O preconceito sofrido pelos povos indígenas é uma prática que teve origem desde a colonização do Brasil, quando os povos originários foram os primeiros a serem escravizados na agricultura, assim como na construção dos engenhos de açúcar. Os estudos que abordam as consequências, assim como a permanência dessa escravidão, ainda não têm visibilidade. Portanto, grande parte dos problemas vivenciados pelos indígenas na atualidade é consequente dessa escravização do passado. Vale ressaltar que essa forma de exploração não ficou no passado e, como nunca foi reprimida, ela se faz muito presente nas fronteiras agrícolas e nos subempregos em lavouras, de maneira mais contínua, no Mato Grosso.

Essa exclusão foi reconhecida nas intenções com que foi criada a política de cotas e ações afirmativas para as faculdades, com vista a reparar a violência histórica que essa minorias vivenciaram, durante muitos anos como comentado no excerto a seguir:

Na Comissão Nacional da Verdade que investigou os crimes da ditadura, a violência contra os povos Ameríndios ficou relegada a textos temáticos, em um relatório reduzido diante das violações e das próprias conclusões iniciais de que ao menos 8350 pessoas ameríndias foram mortas. Tampouco tiveram estas populações participação direta na elaboração do relatório, que contou com apenas uma pessoa

indígena entre trinta pesquisadores “aliados” e “intermediários” (Scimago Institutions Rankings, s/d).

Crimes de tamanha proporção tiveram a devida repercussão, tampouco a visibilidade necessária, em uma sociedade em que o preconceito sofrido por esses povos é mascarado de todas as formas. Esse tipo de preconceito tende, na grande maioria das vezes, a ser disfarçado. No entanto, não faltam declarações públicas de autoridades políticas reafirmando o mesmo. Podemos mencionar o ex-presidente Bolsonaro, autor de diversas falas públicas preconceituosas, no início do governo dele, quando se tornou frequente a agressividade e ataques contra os povos indígenas, a destruturação da FUNAI e do subsistema de saúde indígena, e a incitação ao ódio contra os indígenas. O preconceito contra povos indígenas se caracteriza por meio de uma violência estrutural que marca o cotidiano desses povos de Norte a Sul do Brasil.

A existência de uma tradição escrita, segundo D’Angelis (2014), é um fator considerável para a vitalidade das línguas, e isso não significa que a escrita seja melhor ou se sobreponha à tradição oral; mas certamente porque a escrita possibilita entender a posição em que as comunidades indígenas minoritárias estão em relação à sociedade brasileira, já que o que sustenta as línguas majoritárias nos lugares em que ocupam é exatamente seu uso escrito.

Em suma, D’Angelis (2014), afirma que esse cenário é preocupante e demanda uma missão de extrema importância que exige brevidade de estudo específico que promova à documentação, análise, compreensão e classificação teórica das línguas indígenas, uma vez que grande parte delas só existe no Brasil. Também é de extrema importância priorizar a implementação de medidas que assegurem às comunidades indígenas as condições cabíveis para manutenção e transmissão de suas línguas às gerações futuras.

O registro científico das línguas é algo que se faz necessário diante da situação que ameaça a sobrevivência de inúmeras delas. Para realizar a documentação de uma língua, é necessário observá-la com base na escrita. Rodrigues (2005) considera que

As línguas são objetos fugidios, cujas manifestações faladas são momentâneas e se sucedem em alta velocidade, de modo que sua observação e sua análise científica dependem normalmente de uma fixação. Esta é obtida mediante a escrita, que se desenvolve primeiramente como fiel transcrição fonética dos enunciados ouvidos pelo pesquisador, frequentemente gravados eletronicamente para poderem ser repetidos com precisão, e progride para uma representação fonológica mais abstrata, que permite registrar com fidelidade os dados relevantes para a análise gramatical e a interpretação semântica (p.36).

O linguista que desenvolve esse tipo de estudo precisa estar em contato com falantes nativos da língua, de modo especial para as línguas que ainda não são conhecidas. Esse é um procedimento que exige aproximadamente quatro anos de pesquisa ou mais, isso em condições satisfatórias, para só assim obter uma gramática e um dicionário com qualidade que seja capaz de apresentar um vocabulário vasto que inclua 100% do domínio semântico importante da cultura nativa. Ainda vale ressaltar que ,para desenvolver a documentação de uma língua indígena, que é culturalmente peculiar, é necessário que o linguista também detenha um certo conhecimento etnológico, uma vez que a pesquisa também é de tal forma etnológica. E ,em razão da quantidade significativa de línguas faladas pelos povos indígenas do Brasil e a séria ameaça de extinção que paira sobre grande parte delas, é essencial que haja um número significativo de pesquisadores dedicados de forma contínua e em condições favoráveis para documentá-las. Esse é mais um problema que as línguas indígenas brasileiras enfrentam, conforme enfatiza Rodrigues (2005), pois não há incentivo necessário para fomentar a pesquisa, assim como não há formação de pesquisadores para trabalhar com essas línguas.